

DM

Leituras Sobre Uma Sociedade Ameaçada

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ernesto da Silva Coelho

MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E CULTURAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

janeiro | 2017

Leituras Sobre Uma Sociedade Ameaçada

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ernesto da Silva Coelho

MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS

ORIENTADORA

Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

CO-ORIENTADORA

Luísa Marinho Antunes Paolinelli

Ernesto da Silva Coelho

Leituras Sobre Uma Sociedade Ameaçada

Dissertação apresentada à Universidade da Madeira para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos e Culturais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Isabel Moniz e da Professora Doutora Luísa Marinho Antunes Paolinelli.

Janeiro de 2017

Í N D I C E

Resumo	5
Introdução	8
I - O Poder da metáfora e da linguagem metafórica	
1.1 Literatura: a máscara do real	12
1.2 Escrever por metáforas: a comunicação das ideias	17
1.3 A metáfora espelhada no mito, no símbolo e na imagem	22
II - As metáforas nascem com a aurora e não dormem	
2.1 Metáfora como figura de retórica: Padre António Vieira	31
2.2 <i>A Ilustre Casa de Ramires</i> : a liberdade do Casco	39
2.3 <i>A liberdade de pátio</i> , de Mário de Carvalho: recurso à metáfora	55
III - Construção de um percurso distópico: ontem e hoje	
3.1 <i>Utopia</i> de Thomas More	70
3.2 Revolução Francesa: consequências culturais e políticas	79
3.3 (O) poder do Estado: <i>versus</i> (a) liberdade	83
3.4 “A liberdade de pátio” na sociedade atual	99
3.5 Possibilidades de utopia na atualidade	110
Considerações finais	113
Bibliografia	116

ANEXOS

I - Quadro resumo de metáforas	132
II - <i>Somos livres</i>	135
III - <i>A liberdade de pátio</i> : transcrição do vídeo de apresentação da obra literária na FNAC – Chiado (Lisboa)	136
IV - Periódico <i>A Paródia</i> (1900 - 1903)	145
V - A origem das cores da Bandeira Nacional: uma hipótese	157

Aos meus pais, ao meu filho e à minha mulher

Agradecimentos

O primeiro reconhecimento público é dirigido às minhas orientadoras, Professora Doutora Ana Isabel Moniz e Professora Doutora Luísa Marinho Antunes Paolinelli, pela permanente disponibilidade patenteada, pelas sugestões bibliográficas, pelas orientações temáticas e pela revisão de texto. Um agradecimento sobretudo pelo profissionalismo e pela gentileza demonstrados.

Uma dissertação de mestrado é concluída no segundo ano do respetivo ciclo de estudos. Contudo, todo o percurso académico é fundamental para que as fundações do projeto sejam sólidas. Nesta ótica, tenho que agradecer a todos professores da Universidade da Madeira (UMA), com os quais tive o privilégio de aprender, aos profissionais da biblioteca da UMA, da Biblioteca Municipal do Funchal, do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, pela sua competência profissional e permanente vontade em ajudar.

Para o fim, não por ser o menos importante, deixo o meu agradecimento aos meus colegas, pelo espírito académico demonstrado e pela cavaqueira durante a nossa “liberdade de pátio” entre os intervalos das aulas.

Palavras-chave: Liberdade, Metáfora, Crítica Social e Utopia

Resumo

O estudo centra-se na temática da liberdade e da utopia, ontem e hoje, abrindo alguns caminhos de leitura nas obras literárias sujeitas a esta pesquisa, das quais se destacam as seguintes: *A Utopia* de Thomas More; *Sermão de Santo António aos peixes*, do padre António Vieira; *A Ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queirós e *A liberdade de pátio*, de Mário de Carvalho.

Esta investigação analisa como a interligação entre as ciências literária e histórica permite a complementaridade e cumplicidade na transmissão do saber, na compreensão e reflexão sobre o comportamento humano.

As narrativas são caracterizadas pelo enigma, pelo requinte metafórico, alegórico e pela crítica a uma sociedade vítima da crise cultural. A análise permite também investigar como é que a raça humana convive com a sociedade ameaçada.

Keywords: Freedom, Metaphor, Social Criticism and Utopian

Abstract

The study focuses on the theme of freedom and utopia, in the past and today. This research aims to open new reading paths for the literary works studied, paying particular attention to the following books: *A Utopia*, by Thomas More, *Sermão de Santo António aos Peixes*, by António Vieira, *A Ilustre Casa de Ramires*, by Eça de Queirós, and *A liberdade de pátio*, by Mário de Carvalho.

The following research analyses how literary and historical sciences are related, and how they may work as complementarity and support the transmission of knowledge, understanding and thinking on human behaviour.

The narratives are characterized by enigma, metaphorical and allegoric refinement, and by the critics at a society victimized by cultural crisis. The analysis also allows the possibility of exploring how human race coexists within a threatened society.

Auctoris carmen and librum

*Si qui te criticus docto perstrinxerit ungue,
Sint tibi censoris munera grata tui.
Grates laetus ages: toruos ne contrahe uultus
Nec signa ingrati pectoris ulla dabis.
Si quid Aristarchus forsán laudauerit idem,
Lumina deiicies, occupet ora rubor.
Ne te mulceri flatu patiaris inani:
Debetur soli gloria uera deo.*

Poema do autor dirigido ao leitor

*Se algum crítico te unhar com dedo sábio,
Grato te seja tal favor do teu censor.
Darás alegre testemunho de tua gratidão.
Não arreganhes agastado cenho
Nem se te verá mostra alguma ingratidão.
Se porventura o mesmo zoilo algo teu exalçar,
Os olhos baixarás e o pejo há-de corar teu rosto.
Não permitas que te afague a vã soberba:
A vera glória só a Deus pertence.*

(Padre Manuel Álvares, 2014: 17-18)

INTRODUÇÃO

A literatura, através das suas narrativas, ficciona o real recorrendo frequentes vezes à crítica social. Nessa denúncia, através do recurso a metáforas, a construções alegóricas, a mitos, a símbolos e a imagens, o narrador conduz o leitor a uma liberdade de interpretação que o faz navegar nos mares do sonho e da utopia. Neste sentido, a presente investigação procurará incidir sobre algumas obras literárias que retratam o comportamento desviante dos indivíduos.

É também o nosso fito estudar algumas narrativas com o objetivo de desvendar a verdade calada pelo poder oficial, para assim dar voz aos vencidos e aos que não têm voz, resgatando, deste modo, uma outra verdade, já que as estórias podem complementar os factos históricos. Assim sendo, a ciência literária poderá ser uma doutrina complementar à História.

Procurar-se-á também compreender se o estudo de obras literárias fomenta um sentimento de esperança numa sociedade menos distópica. Neste nosso percurso de investigação, parece-nos importante promover uma reflexão crítica, visando a compreensão da sociedade rumo à utopia, sem pretender, no entanto, atingir tal objetivo, pois, aqueles que o afirmam ter conseguido poderão estar inseridos em regimes políticos totalitários.

Através do estudo de obras literárias o leitor é confrontado com certos comportamentos que atentam contra a humanidade ou que fomentam a esperança e o sonho. Para o efeito, nesta dissertação procuraremos abordar obras como a *Utopia* de Thomas More, *O Sermão de Santo António aos Peixes* do padre António Vieira, *A Ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queirós e *A liberdade de pátio* de Mário de Carvalho.

A pesquisa inclui a análise das obras, cuja ficção se confunde com o real, inculcando verosimilhança ao texto literário. Deste modo, o leitor pode extrair de um romance ou de um livro de contos ensinamentos com o objetivo de entender o passado, analisar o presente e projetar o futuro.

Em *A Utopia*, Thomas More descreve uma sociedade em que seis horas de trabalho diárias são suficientes, o que permite a todos ocuparem postos de trabalho,

não havendo, assim, desemprego. As restantes horas seriam dedicadas ao lazer, à cultura e ao descanso, razões que justificam ao ser humano uma imperiosa necessidade de continuar a sonhar com essa ilha descoberta por um navegador português há cerca de 500 anos.

Nos textos da autoria do padre António Vieira sobressai a preocupação com a denúncia dos desvios do comportamento humano. É o caso de o *Sermão de Santo António aos Peixes*, em que o orador proclama e escreve aos peixes, porque os colonos da cidade do Maranhão não o querem ouvir. O declamador classifica os seres humanos como peixes em função dos seus comportamentos. Pretende-se esclarecer por que razão o Jesuíta foi o defensor dos índios e criticou os abusos dos colonos. A escrita metafórica e alegórica deste autor, numa época absolutista, foi entendida como ofensa pelo Tribunal da Inquisição, tendo o pregador afrontado os juízes do Santo Ofício em Lisboa e em Roma.

Eça de Queirós, em a *Ilustre Casa de Ramires*, brinda o leitor com um romance histórico com características políticas. É nosso objetivo tentar resgatar as estórias plasmadas nesta obra literária e entender a sua relação com as questões políticas e com a Revolta do Porto. Qual terá sido o papel desempenhado pelo Grande Oriente Lusitano, no 31 de Janeiro? A personagem Casco inventada pelo autor terá alguma ligação com os 500 “revoltosos” que foram julgados em Tribunal Militar sobre o casco de três navios fundeados ao largo de Leixões?

Por sua vez, a escrita enigmática de Mário de Carvalho, em *A liberdade de pátio*, dá ao leitor sete contos, cujas narrativas apresentam temáticas como a liberdade, o poder económico, passagens históricas, paixões proibidas, burocracia, a cultura da “Wikipédia”, entre outras abordagens textuais.

Ao ser confrontado com a falsa inocência do escritor, o leitor beneficia de um riso mordaz quando o texto assume uma crítica ao poder instituído. A escrita imaginativa caracteriza a obra literária, o que poderá fazer revestir de uma função social a Literatura. Esta função tem sentido se for entendida no contexto das distopias sociais do mundo atual. Os conflitos armados, bem como os ataques terroristas, fazem-se notar em vários teatros de operações, o que poderá representar uma ameaça à paz global; o movimento migratório sem precedentes tem transformado o Mediterrâneo num cemitério; milhares de seres humanos fogem à guerra com destino à Europa e o continente da liberdade recebe-os com vedações de arame farpado. As ameaças à sociedade também são alimentadas por uma classe política que se tem mostrado

incapaz de lidar com uma crise financeira e económica, cujas consequências são o desemprego, a fome e a emigração. Os estágios profissionais substituem os antigos postos de trabalho e surge uma nova classe profissional, os precários.

A nossa investigação encontra-se organizada em três partes. Na primeira, dedicamo-nos ao poder da metáfora e da linguagem metafórica; na segunda, incidiremos sobre a interligação entre a metáfora, a ironia e, a crítica social e na terceira, as temáticas analisadas serão as utopias e os comportamentos desviantes do ser humano em diversos espaços temporais.

Ao alertar para os desvios do comportamento humano, os autores denunciam uma sociedade ameaçada. Talvez a solução esteja em cada um respeitar a cultura do outro e, deste modo, extinguir as crises culturais causadas pela carência de ética comportamental. Num texto literário, as máscaras da ironia e da escrita metafórica despertam consciências, cativam o leitor e oferece-lhe um sentimento de esperança por uma sociedade mais justa e mais humana.

I - O Poder da Metáfora e da Linguagem Metafórica

*Desgraçado o país
em que a avareza e os afectos privados
se sentam no banco do magistrado!
Aí desvanece-se a justiça
que é o mais firme esteio dos Estados
(Thomas More. *A Utopia*, 1985: 141)*

1.1 - Literatura: a máscara do real

A arte literária pode ser vista como um produto social, ao representar a vida em sociedade. Para os filósofos Vico e Voltaire, a literatura é o espelho de uma comunidade, dos seus problemas e dos seus sonhos (*cf.* Cândido, 1980:19). Segundo Malinowski, o estímulo para a criação de uma obra literária é inculcar-lhe uma função social (*cf.* Cândido, 1980:46). Espaço, tempo, personagens, ação, verosimilhança e interligação entre a ficção e o real caracterizam esta arte.

O discurso narrativo torna-se plural e “cabe ao leitor concretizar, através da leitura, sentidos possíveis” (Reis, 1995: 129), uma vez que tem ao seu dispor vários caminhos de interpretação. Apenas podemos entender uma obra fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra (*cf.* Cândido, 1980:4). No entanto, não se deve desviar do espírito do escritor, pois só assim se vai ao encontro dos ensinamentos contidos na obra literária: “Virgílio nas Geórgicas (III, 82)” diz que os cavalos melhores se contam pela cor glauca. [...] E Virgílio [...] está a falar de cavalos belos mas normais e não de visões LSD” (Eco, 1992: 54). O narrador estabelece com o leitor um pacto lúdico e provocador, obrigando o recetor a entrar num jogo ficcional e de verossimilhança. No caso, por exemplo, de Mário de Carvalho, as distopias do mundo ameaçado são apresentadas de modo metafórico e simbólico. O leitor é circundado por um sentimento estranho de divertimento, de tristeza e de esperança.

Outra das características da literatura é o facto de esta incidir o seu olhar sobre o indivíduo em concreto. As personagens literárias podem vestir a capa das vítimas da injustiça, da cobardia, da incompetência, e transmitirem a outra verdade:

“Sou mentiroso por vocação”, bradou. “Minto com alegria. A literatura é a maneira que um verdadeiro mentiroso tem para se fazer aceitar socialmente”.

Acrescentou a seguir, já mais sóbrio, baixando a voz, que a grande diferença entre as ditaduras e as democracias está em que no primeiro sistema existe apenas uma verdade, a verdade imposta pelo poder, ao passo que nos países livres cada pessoa tem o direito de defender a sua própria versão dos acontecimentos (Agualusa, 2016:82-83).

A narração e a retórica encontram-se ligadas aos princípios históricos, segundo alguns pensadores contemporâneos, tais como Paul Ricoeur, Benveniste, Northrop Frye, Hayden White ou Seymour Chatman, ao defenderem que a história é uma arte essencialmente literária (*cf.* Eco, 1992: 37). Por conseguinte, as histórias são apropriações do real e encontram-se entre a verdade e a verosimilhança. A ciência literária utiliza um carácter ficcional ao narrar as histórias caladas e alerta o leitor para a possibilidade da não verdade sobre alguns dos chamados factos históricos.

Não podemos descurar a relação de cumplicidade existente entre o discurso da ficção e o discurso da História. Poderemos mesmo afirmar que a História é complementada pelo romancista, o qual lhe oferece outra voz e por vezes uma visão distinta dos acontecimentos históricos:

Como o romance histórico das origens alencariano coloca [...], precisamente questões que se prendem com a História como memória oral e escrita, individual e colectiva, ligada aos mitos e ao imaginário, importa encontrar as ligações existentes entre estas realidades para se compreender como a História também pode entrar tematicamente na literatura como mito ou a ele associada (Paolinelli, 2004: 5).

O narrador divaga, comenta, pode apresentar, inclusivamente, uma rotura com a razão, e denuncia o funcionamento e os abusos da sociedade, sobretudo daqueles que detêm a autoridade. O narrador com a intenção de desafiar e complementar a História, por vezes, recorre ao humor, à sátira e às elipses. A ficção e a realidade confundem-se, assim, através da escrita.

Em França, nos primórdios do romance histórico, a palavra ficção torna-se ação e é um instrumento de reforma social. Também em Itália, Margherita Ganeri considera o romance histórico um meio ligado à dinâmica sociocultural e um instrumento de difusão da ideologia liberal, um veículo de ideias “risorgimentali”, o que possibilita escapar à censura (*cf.* Paolinelli, 2004: 25). Num contexto literário, a ideia de ficção é explicada pela verosimilhança, logo, o escritor não tem necessidade de justificar a sua narrativa, porque a mesma é legítima (*cf. Idem:* 241).

A literatura desempenha um papel complementar à ciência histórica, apesar de ambas partilharem as mesmas aspirações, ou seja, explicam os eventos passados e presentes. Constatam-se, todavia, que a literatura trata o indivíduo como um ser

individual e não generalizado como acontece com a História. Os textos literários dão voz aos esquecidos, aos que não têm voz, aos derrotados e aos oprimidos pelo poder. A máscara da ficção é utilizada pelos escritores para narrar as injustiças e as incompetências das entidades governamentais e políticas.

O período literário designado por pós-modernismo tem origens norte americanas e chega ao continente europeu nos anos setenta do séc. XX. Mário de Carvalho engloba o leque de escritores desta nova tendência literária (*cf.* Arnaut, 2002: 14-16). Contudo, “uma das acusações que se dirige à literatura pós-moderna [de Mário de Carvalho] reside no elitismo em que se fecha, ao reescrever ludicamente textos que nem sempre pertencem à enciclopédia básica do leitor contemporâneo” (Martins, 2011: 469).

Esta escola adotou uma postura de representação literária, vincada pela mistura dos géneros, pela ficção e pela paródia. Além disso, algumas “nuances” simbólicas e mesmo subversivas pintam o quadro desta nova literatura. O conceito de mimese é uma interpretação da realidade através da representação literária ou da imitação (*cf.* Arnaut, 2002: 20). Ressalva-se que Aristóteles é o primeiro a teorizar sobre a literatura real, ao assegurar que “imitar é congénito ao homem [...] e os homens se confundem no imitado” (Santos, 2012: 160). Todavia, a nova corrente pós-modernista corta o cordão com as concepções românticas de Almeida Garrett e de Alexandre Herculano, discípulos de Walter Scott, sem, contudo, se desviar completamente dos princípios realistas e naturalistas.

Uma nova moral conjugada com princípios históricos e com a ficção fomenta a pedagogia do leitor. Este fenómeno americano dos anos 50 cria uma espécie de insubordinação em relação ao modernismo e professa um futuro possível através de uma escrita malabarista. Decerto esta nova forma de escrever viria a criar uma certa separação com a anterior escola literária, preocupada apenas com a representação da realidade social. A narrativa pós-modernista abraça o campo filosófico, pelo que o leitor terá de procurar seguir as viagens históricas e realistas realizadas pelo escritor (*cf.* Santos, 2012: 25-39).

Conforme esclarece Carlos Reis, a ficcionalidade da personagem implica uma relação direta ou indireta com o mundo real, sobretudo, com os aspetos ideológicos, sociais, culturais. Esta é uma característica típica do pós-modernismo, como escola literária na qual se inclui Mário de Carvalho (*cf.* Reis, 2006: 21-22). Uma das características do pós-modernismo é a utilização de linguagem metafórica na produção

escrita. Este género literário desempenha um papel fundamental ao denunciar as distopias sociais que ameaçam a sociedade.

Na Literatura, o autor recorre à ironia como técnica literária, com o objetivo de transmitir uma mensagem contrária à compreendida em primeira mão pelo leitor. Esta camuflagem da verdade pode ser considerada uma estratégia construtiva, porque respeita o visado, o que não acontece com o sarcasmo arrasador. A ironia pode ser lida no contexto literário, assumindo-se como uma crítica ao real. Por sua vez, a sátira pode ser considerada uma ironia, cujo fito visa sobretudo denunciar de forma clara os graves comportamentos humanos, inimigos da utopia. Fernanda Castro reflete sobre o estudo da ironia de Linda Hutcheon:

O alvo da ironia satírica é extramural, na medida em que suporta uma apreciação crítica perante a sociedade, denunciando abertamente os vícios, a corrupção, os excessos e as injustiças, na esperança de corrigir os comportamentos morais e sociais. A autora considera a ironia como “o principal mecanismo retórico para despertar a consciência do leitor” [*apud*, Hutcheon, 1985: 47] para a autorreflexividade [*idem*: 13]. Nesta perspetiva, a ironia transforma-se num importante veículo de criatividade, na medida em que concebe novos níveis de sentido, no que diz respeito à criação da ilusão e conseqüente fantasia e utopia (Castro, 2014: 54).

Significa que escrever com ironia leva a uma escrita verosímil e satírica que desperta a perceção do leitor. Este mecanismo de retórica visa denunciar os desvios éticos de uma sociedade. Assim sendo, a utopia e a ironia cruzam-se numa escrita humorística, na qual a denúncia se afirma como prioridade. O autor pretende ridicularizar o absurdo do ser humano, semear dúvidas e questionar a suposta realidade. A ironia literária espelha de forma dissimulada a outra verdade. Uma narrativa alicerçada na ironia mascarada por metáforas pode ser considerada uma escrita de intervenção.

O autor traça um juízo crítico na ação intemporal e o plano central baseia-se assim no alertar de consciências adormecidas. Para o efeito, utiliza uma escrita através da qual destaca o ridículo do ser humano. Confrontado com esta técnica da escrita, o leitor troça da ação, já que a ironia e a sátira poderão provocar riso ao recetor da mensagem. O escritor ironiza porque desempenha um papel de anti-sistema ou anti-

poder numa escrita intencional, em que a inocência não existe. Representa, sim, uma missão subversiva e de autorreflexão.

O leitor coopera com a falsa inocência do escritor, rindo da narrativa. Existe uma relação de cumplicidade entre o autor, o narrador e o leitor. As críticas irônicas geram uma possibilidade de espelhamento no indivíduo que lê o texto. O discurso ficcional, cativa e prende o leitor à narrativa. O narrador dialoga e notifica o leitor sobre o conteúdo narrativo e este retrata-se no texto e intervém no processo criativo da obra. Ao leitor compete assumir a responsabilidade de uma reflexão sobre a ação, beneficiando da liberdade interpretativa e sendo confrontado com a crítica social, desconstruindo a realidade ao refletir sobre a escrita e assumindo uma consciência crítica, na qual a ficção representa através da verosimilhança, a verdade.

1.2 - Escrever por metáforas: a comunicação das ideias

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara
Livro dos Conselhos
[Marc Augé]
(Saramago, 1995:9)

Nos textos literários, quando impera a metáfora como figura de retórica, o leitor pode ser convidado a ler uma crise cultural marcada pelos excessos, pela falta de ética, pela burocracia e por outros males que afetam a sociedade. Esse discurso narrativo evidencia-se nos finais do séc. XIX, no seio de crises económicas e políticas, numa época pautada por revoluções e por contra-revoluções. Apesar disso, esse modo de produção da escrita já tinha sido cultivada em textos anteriores aos autores novecentistas.

Apesar de a Literatura ostentar a capa da metáfora, o narrador desempenha um papel verosímil assente no pacto literário entre autor e leitor. Por vezes, faz viajar o leitor ao passado histórico e a outra realidade social. Já Homero, na sua epopeia, recorre a acontecimentos antigos para enriquecer a sua escrita.

Desde Aristóteles, a metáfora como figura de retórica tem sido alvo de múltiplas considerações a nível filosófico, tendo invadido também o espaço da área da linguística. Segundo a visão deste filósofo, a metáfora surge pela substituição de uma palavra por outra em sentido figurado. Também Cícero, Horácio, Longinus e Quintiliano reforçaram as visões aristotélicas sobre esta técnica de transformação da linguagem. Harry Shaw considera a metáfora como uma figura de retórica “pela qual, em referência a uma pessoa, uma ideia ou um objeto, se emprega uma palavra ou uma frase que não lhe é literalmente aplicável” (Shaw, 1978: 296). O mesmo autor esclarece também que a metáfora é uma analogia implícita através do processo imaginativo. Os autores da escrita e da leitura identificam uma realidade com a outra, em que um escritor modifica o sentido de uma palavra. Assim sendo, surge um pacto interpretativo entre o produtor da escrita e aquele que a lê (*cf. Ibidem*).

A técnica literária da analogia é utilizada por alguns escritores na construção de metáforas, geralmente quando os textos apresentam uma função irónica ou crítica. Também a antonomásia, a sátira, o burlesco, a caricatura, a inventiva, a paródia e os símiles são usados na construção metafórica, sobretudo em textos literários, na pintura e na escultura.

Podemos encontrar características satíricas e burlescas nas caricaturas publicadas no jornal satírico “A Paródia”, durante os primeiros anos do século XX. As publicações aludem a uma época caracterizada pela falta de esperança e a um poder governamental incapaz de evitar o descalabro das finanças públicas em Portugal. A solução encontrada foi um aumento esmagador de impostos, conjugado com a delapidação do valor dos apoios sociais dependentes dos monarcas e de ordens religiosas, bem como do sistema mutualista¹ (v. Anexo IV: 145 - 156).

Analogia em literatura designa semelhança e comparação: “a analogia entre o coração e uma bomba” (Shaw, 1978: 32), ambos podem explodir. A analogia, como método argumentativo, utiliza-se como persuasão de uma ideia ou de um pensamento:

As metáforas, os símiles e a antonomásia são formas de analogia. Este símile tirado do *Ensaio sobre a Crítica*, de Pope é um exemplo de analogia:
Os nossos juízos são como os nossos relógios, nunca marcham a par, mas cada um confia no seu (*Ibidem*).

A comparação como arte literária está no texto à espera que o leitor a descubra, como, por exemplo, na obra literária *Viagens de Gulliver*, a qual contém conselhos e sugestões destinadas ao leitor. Swift compara a raça humana a uma sociedade de pigmeus.

Não é de estranhar se um trabalho literário estiver assente numa analogia continuada. Esta técnica está patente em *Educação Liberal*, de Thomas Huxley, na qual a vida é comparada por analogia a uma partida de xadrez. “Outro ensaio do mesmo autor, em que compara o método da investigação científica com a atividade ordinária do espírito humano” (*Idem*: 33).

¹ “Sistemas de Proteção Social – Apontamentos do Conselho das Finanças Públicas n.º 2/2014”. In <http://www.cfp.pt/publications/apontamento-sobre-sistemas-de-protecao-social/#.WCsygdSLTiw> (consultado em 12 de maio de 2016);

“Evolução do sistema de Segurança Social”. In <http://www.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social> (consultado em 12 de maio de 2016).

A antonomásia como figura de retórica consiste na identificação de uma pessoa, não pelo seu nome próprio, mas por outro termo característico do seu comportamento. Neste sentido, um grande amante é conhecido por Don Juan e se for do género feminino é uma Jezabel (cf. *Idem*: 42). Os dois versos seguintes da *Elegia* de Thomas Gray mostram-nos também exemplos do uso da antonomásia:

Talvez aqui repouse algum mudo e inglório Milton,
Algum Cromwell inocente do sangue da sua pátria (*Ibidem*).

A sátira como estilo literário é utilizada para ridicularizar de forma irónica, sarcástica, mordaz e “pôr a nu as fraquezas e os defeitos da humanidade” (Shaw, 1978: 412). Este processo utilizado na escrita literária visa combinar o bom humor e criticar a atividade do ser humano e das instituições em que está inserido. O termo sátira anuncia uma análise moral e o desejo de mudar determinado comportamento, ou seja, corrigi-lo. Por vezes, é violenta, bem-humorada e trocista. “Entre os maiores escritores satíricos do passado e do presente, contam-se Aristófanes, Juvenal, Horácio, Molière, Dryden, Pope, Swift, Thackeray, Evelyn Waugh, Aldous Huxley, Sinclair Lewis, John P. Marquand, Philip Roth e John Cheever. Em Portugal cultivaram brilhantemente a sátira, entre outros, Tolentino, Bocage e Junqueiro” (*Ibidem*).

O adjetivo burlesco ridiculariza de forma desproporcionada. Com a veste de substantivo significa uma atitude, um estilo próprio ou uma ideia apresentada de modo caricato (cf. Shaw, 1978: 76-77):

Sir Thopas, de Chaucer, e, de certo modo, o *Dom Quixote*, de Cervantes são imitações burlescas do romance medieval. O romance *Joseph Andrews*, de Fielding é uma paródia ou imitação burlesca de *Pamela*, de Richardson. *A Ópera dos Mendigos*, de Gray, e *Patience*, de Gilbert e Sullivan, são peças burlescas bem conhecidas da literatura musical (*Ibidem*).

O termo caricatura visa ridicularizar um ou vários aspetos característicos de uma pessoa, de uma atitude ou de uma ideia. “Deriva do italiano “caricare” (carregar) e podemos dizer, assim, que se trata de uma figuração a traço carregado”. (Shaw, 1978: 87). Surge mais associada ao desenho, ao humorístico, cujo objetivo é usar o efeito cómico de modo exagerado:

A caricatura aparenta-se com o burlesco (arremedo do que é digno ou elevado e do que é ordinário ou trivial, mediante uma inversão de estilo) e com a paródia, que é, propriamente, a exageração duma determinada característica, através de processos que são ainda humorísticos, mas menos aparentes, menos impressivos e menos violentos; no entanto, dá-se às vezes também esta mesma designação a limitações grosseiramente extravagantes, cujo objectivo é apenas ridicularizar e escarnecer (*Ibidem*).

Em literatura, a palavra “invenctiva” significa expressões violentas, que podem ser injúrias, calúnias, censuras ou acusações (*cf.* Shaw, 1978: 260). A paródia como estilo literário é utilizada para imitar de modo satírico, humorístico, burlesco, uma determinada atitude humana. Destina-se a ridicularizar, a criticar, ou seja, a fazer uma cópia inteligente do episódio (*cf.* *Idem*: 344). Por sua vez, o símile espelha comparações imaginárias, cujo objectivo é abrilhantar a narrativa. Esta habilidade literária é utilizada pelo escritor para aclarar ou embelezar o discurso (*cf.* Shaw, 1978: 422):

Mãos de veludo, mãos de mártir e de santa,
O vosso gesto é como baloiçar de palma” (*Ibidem*).

Segundo o ponto de vista de Harry Shaw, a alegoria está assente numa metáfora desenvolvida. Consiste num método de representação em que uma pessoa, uma ideia abstrata ou um determinado facto nos aparece com aquilo que realmente é e também como alguma outra coisa diferente. O termo aplica-se com frequência a uma obra de ficção em que o autor pretende que as suas personagens e respetivas ações sejam entendidas em termos diferentes daqueles que à primeira vista aparentam e significam. Esse sentido mais amplo e profundo envolve conceitos morais ou espirituais de maior significado do que a narrativa em si própria contém (Shaw, 1978: 22-23).

A mais famosa e talvez compreensível destas narrativas a dois níveis é, na literatura inglesa, o *Pilgrim's Progress* (*O Peregrino*, traduzido em português e publicado já no século XVIII com o título de *Peregrinação dum Cristão*), de John Bunyan. Nesta alegoria, Cristão, Fiel, o Sr. Mundano e Desespero são criaturas reais, mas são ao mesmo tempo símbolos da humanidade, personificações de ideias vagas aplicáveis a qualquer um. As figuras de *A Rainha das Fadas*, de Spenser, são

personagens reais e são também qualidades abstratas. Partes da *Divina Comédia*, de Dante, e de *Os Idlios do Rei*, de Tennyson, são alegóricas, no sentido de que a ação se revela não tanto na narrativa em si, como no propósito de apresentar uma verdade moral ou espiritual (*Ibidem*).

A parábola também é uma forma de alegoria, contando-se uma estória com o objetivo fundamental de exprimir uma verdade religiosa. Na fábula, os animais revelam, nas suas falas e nos seus atos, supostas verdades acerca da humanidade. A sátira pode ser uma forma de alegoria², como sucede com *As Viagens de Gulliver*, de Swift, na qual as aventuras de Lemuel Gulliver, cirurgião, capitão de navios e viajante, assumem o carácter de comentário satírico das fraquezas humanas. Também na pintura e na escultura muitas obras sugerem ou implicam mais do que aquilo que nelas se mostra aos nossos olhos (*Ibidem*).

Esta figura de estilo literário foi considerada por Aristóteles como a metáfora em série (*cf.* Mendes, 1980: 87). Por sua vez, para Walter Benjamin, na sua visão pessimista da realidade e de poeta revoltado, a alegoria é utilizada num conceito de catástrofe social, influenciada pelo drama alemão durante o início do século XX (*cf.* Coelho, 2006: 41). Segundo a opinião de Baudelaire, o artifício da alegoria representa a “mimesis” realista, porque a ilusão e a mentira são reabilitadas. Os textos alegóricos valorizam-se em obras como *Les Fleurs du Mal*, e *Le Poème du Hachisch* (*cf. Idem*: 44 - 45). Para este poeta, a alegoria surge relacionada com a vivência histórica pautada pela dor (*cf. Idem*: 49).

A escrita alegórica também é encontrada por exemplo, no *Velho Testamento*, em outras doutrinas Bíblicas, na *República* de Platão e na poética de Aristóteles. A literatura alegórica é muito utilizada durante a Idade Média, bem como nas mitologias clássicas. Esta cultura é desenvolvida em Inglaterra por Swift, com a sua obra *A Tale of a Tub*, publicada em 1704. Por sua vez, durante os séculos XIX e XX, surge esporadicamente pela mão de escritores e de críticos literários. (*cf.* Eco, 2003: 149).

² Para Massaud Moisés, alegoria, cuja origem vem da palavra grega alegoria, significa o outro discurso e é constituída por uma sequência ordenada de metáforas (*cf.* Moisés, 1982: 15). Podemos considerar alegoria, as imagens, as figuras e as ideias abstratas. A narrativa ficcional funciona como disfarce ou dissimulação do aspeto moral, concretiza o mundo abstrato (*cf. Idem*: 15-16); Como técnica de representação do mundo abstrato ou imaginário, a alegoria parece remontar ao começo da própria espécie humana. As inscrições rupestres, no interior de velhas grutas, ou os hieróglifos indicam o afã obstinado de emprestar forma aos conteúdos mentais fruto da elaboração intelectual da fantasia (*Ibidem*).

1.3 - A metáfora espelhada no mito, no símbolo e na imagem

*Toda a gente se ocupa a sério da coisa pública,
porque o bem particular
se confunde realmente com o bem comum.*
(Morus, 1985: 175)

A construção de um imaginário cultural faz-nos viajar até à mitologia e simbologia. Deste modo, o escritor contemporâneo serve-se da relação com o passado e constrói mitos culturais nos quais bebe ensinamentos nas obras míticas de Homero, Virgílio, Dante, Camões, Cervantes, Shakespeare, etc. (*cf.* Reis, 1995: 93-95).

Por vezes, nos textos em prosa, identificamos o sentido de um poema. “Os dois fundamentais organizadores da poesia são o metro e a metáfora; além disso o metro e a metáfora andam juntos” (Wellek/Warren, 1949: 229). A sequência composta por imagem, a metáfora, o símbolo e o mito é importante para o estudo da poesia, porque liga a poesia à música e à pintura (*cf. Idem*: 230).

A imagística é um tema que pertence à psicologia e aos estudos literários. Em psicologia, a palavra imagem significa uma reprodução mental, uma recordação de uma passada experiência sensorial, não necessariamente visual (*Ibidem*). As investigações de Francis Galton, em 1880, procuraram descobrir até que ponto o ser humano consegue reproduzir visualmente o passado. Concluíram que existia uma grande diferença entre si quanto à intensidade da visualização porque a imagística não é apenas visual. Existem não só imagens gustativas, mas também imagens terminais e de pressão: cinestésicas, hápticas, empáticas (*Ibidem*). A imagística distingue-se entre estática e dinâmica (cinética). Por vezes, o emprego de imagens coloridas pode representar uma atitude ou um ato simbólico. A imagística sinestésica, seja ela resultado de uma anormal constituição psicológica do poeta ou de uma convenção literária, transpõe de um sentido para outro — por exemplo, transmuda o som em cor (*Ibidem*). A imagística ligada é auditiva e muscular. Por outro lado, a imagística livre é constituída não apenas por imagens visuais, mas por outras. Varia de pessoa para pessoa e de padrão para padrão (*cf. Idem*: 231).

Armstrong Richards, em *Principles*, publicado em 1924, concluiu que a eficácia da imagem resulta do facto de ela ser uma sobrevivente e uma representação da sensação. A entoação vivida como imagem é mais fraca do que o evento mental ligado à sensação (*cf. Ibidem*).

A analogia e a comparação interpretam imagens de sensações passadas. Por vezes, as imagens não se aproximam dos factos reais. A poesia descritiva pode ser baseada apenas em retratos do mundo exterior. Para Ezra Pound, a imagem afigura uma situação intelectual e emocional para evitar rimas de tempo, ou seja, uma unificação de ideias dispersas. *Bildlichkeit* defende que Dante apresenta uma imaginação visual alegorista. Por outro lado, a alegoria, também pode significar imagens visuais claras. Para Milton, em *L'Allegro* e em *II Penseroso*, a imagística é narrada de forma generalizada. Este escritor não vê um determinado lavrador, uma determinada leiteira ou pastor concreto. O efeito sensorial dos poemas nota-se no ouvido e é adicionado aos conceitos de lavrador, leiteira e pastor (*cf. Ibidem*).

A analogia e a alegoria são utilizadas com o objetivo de agrupar ideias disseminadas, ficando para segundo plano o aspeto sensorial. “A imagem visual é uma sensação de uma perceção, mas também ocupa o lugar, é referência, de alguma coisa invisível, de algo interior.” (*Idem*: 232):

A negra noite de morcegos tomou voo
Além perante nós jazem desertos de vasta eternidade (*Ibidem*).

A imagem pode assumir, num texto, uma descrição e, como nos exemplos anteriores, uma escrita metafórica. A expressão “olhos do espírito” demonstra uma imagem simbólica e não metafórica (*cf. Ibidem*).

Middleton Murry considera o símil e a metáfora uma estratégia de retórica e o termo imagem abrange ambos. A imagem pode ser visual, auditiva, ou inteiramente psicológica (*cf. Ibidem*). Em escritores como Shakespeare, Emily Brontë e Poe, a ação baseia-se em metáforas ou em símbolos.

O símbolo surge como expressão utilizada na lógica, na matemática, na semântica, na semiótica, na epistemologia, nas belas artes, na poesia e na teologia. Na liturgia, símbolo é sinónimo de credo (*cf. Ibidem*). Os símbolos religiosos baseiam-se

na relação metafórica entre o signo e a coisa significada, como, por exemplo, a Cruz, o Cordeiro, o bom Pastor (*cf. Idem: 233*).

Alguns pensadores defendem a existência de um mero simbolismo. Deste modo, a religião e a poesia refletem imagens sensoriais dispostas de forma ritual. Coleridge afirma que a alegoria é “uma transposição de noções abstratas para uma linguagem pictórica, que em si própria mais não é do que uma abstração de objetos dos sentidos ...” (*Ibidem*). Uma imagem pode ser utilizada uma vez como arte metafórica. Contudo, se essa imagem for repetida continuamente transforma-se num símbolo. Pode também ser transformada no sistema simbólico ou mítico. Esta é a grande diferença entre o símbolo e a imagem (*cf. Ibidem*).

Como é possível verificar em a *Poética*, para Aristóteles, o mito significa o enredo e a estrutura narrativa baseada num determinado contexto histórico. Este termo é um dos favoritos dos escritos sagrados, do folclore, da antropologia, da psicanálise e das belas artes. Por vezes, o mito representa uma oposição à verdade, à ciência histórica ou filosófica (*cf. Wellek/Warren, 1949: 235*). Durante a época iluminista, o vocábulo também possuía uma conotação pejorativa. Um mito era uma ficção sem suporte científico e não confirmado pela História. Por outro lado, *Scienza Nuova*, de Vico, retrata o mito como uma espécie de verdade. Assume-se, assim, a autoridade literária como um complemento científico e histórico (*cf. Idem: 235-236*).

O ritual religioso adota o mito como um fenómeno natural e necessário. Em certas manifestações culturais é utilizado em rituais, com o objetivo de conseguir abundância nas colheitas agrícolas, para fomentar a fertilidade humana de uma comunidade, ou para proteger os defuntos após a morte. Esta narrativa esclarece ao homem as razões da sua existência e do seu destino (*cf. Idem 236*).

Para a teoria literária, os aspetos mais relevantes estão patentes na imagem ou no quadro, na sociedade e na sua envolvência com o mundo sobrenatural. A narrativa e a ação são enquadradas em espaços atemporais e míticos. Segundo o ponto de vista de Sorel, o mito da greve geral dos trabalhadores de todo o mundo, embora nunca seja possível concretizá-lo historicamente, serve para dinamizar os trabalhadores. (*cf. Ibidem*).

Richard Niebuhr classifica a mítica cristã, nomeadamente em a *Segunda Vinda e o Juízo Final*, como imagens históricas futuras. Excetuando a ciência literária e a filosófica, as outras doutrinas científicas não reconhecem as criações míticas porque estas não apresentam lógica científica. O mito é social, incógnito e literário (*cf. Idem:*

236-237). Não só a Literatura como também a pintura, entre outras artes, empregam o mito nas suas criações culturais. Ciclicamente, ouvimos falar em:

O regresso do mito na literatura mundial.

O livro sucedeu ao mito tal como a cidade cosmopolita à sociedade homogénea do estado-cidade (*Ibidem*).

Uma questão coloca-se ao homem contemporâneo: faltará ao homem moderno um mito? Nietzsche defende a teoria que Sócrates, “os sofistas e os intelectuais tinham destruído a cultura grega” (*Ibidem*). Do mesmo modo, é possível afirmar que a corrente iluminista iniciou a destruição da mitologia cristã (*cf. Ibidem*). Porém, outros escritores teorizam e defendem que o homem moderno teria mitos simplistas, inadequados ou possivelmente falsos, “tais como o mito do progresso ou da igualdade ou da instrução universal, ou do bem-estar higiénico e à moda a que a publicidade convida” (*Ibidem*). Como denominador comum entre as duas teorias, parece ser aceitável a opinião que os mitos e os rituais praticados pelo homem da Antiguidade o empobrece, do ponto de vista cultural, por ser oposto aos pensamentos modernistas. No entanto, na área literária, falar de mito é um imperativo, pois o escritor desempenha um papel relevante na sociedade (*cf. Ibidem*).

Os simbolistas franceses parecem viver num isolamento consentido e consciente. Estão convencidos de que o poeta tem de escolher entre “a prostituição comercial da sua arte e a pureza e frieza estéticas” (*Ibidem*). Yeats aglutina a mitologia céltica com o seu conceito sobre os autores anglo-irlandeses pós-clássicos, como Swift, Berkely e Burke. Também o seu pensamento sofre influências do heroísmo praticado pelo povo americano e explanado na imaginação de Vachel Lindsay (*cf. Idem: 237-238*).

“Muitos escritores concebem o mito como denominador comum entre a poesia e a religião” (Wellek/Warren, 1949: 238). A moderna teoria de Mathew Arnaud e os primeiros trabalhos de I. A. Richards defendem uma poesia com a responsabilidade cada vez mais crescente de ocupar o lugar da religião sobrenatural, em que os intelectuais contemporâneos não acreditam (*cf. Ibidem*):

A religião é o ministério maior, a poesia, o menor. O mito religioso seria a sanção, em grande escala, da metáfora poética. E assim Philip Wheelwright, asseverando que pelos positivistas são repudiadas com ficções a verdade religiosa e a verdade poética, afirma que o ângulo de perspectiva necessário é de natureza mítico-religiosa (*Ibidem*).

Os antigos estudos literários não parecem ter dado a devida importância à conjugação das técnicas: imagem, metáfora, símbolo e mito. Estes eram analisados apenas como elementos decorativos e de ordenamentos retóricos estudados como partes descartáveis da obra literária. Por outro lado, René Wellek e Austin Warren defendem a teoria de uma literatura centrada na metáfora e no mito (*cf. Ibidem*).

Muitos pensadores tentaram reduzir a duas ou três categorias as cerca de duzentas e cinquenta subdivisões de figuras. “Uma dessas categorias é constituída por esquemas e tropos — divisão entre figuras de som e figuras de sentido. Outra escola separa as figuras de fala, ou figuras verbais, das figuras de pensamento “(*Ibidem*).

A metáfora tem despertado a atenção de teóricos da poesia, da retórica e de outras expressões literárias, desde a época de Aristóteles. Contudo, algumas construções metafóricas perderam o estatuto literário:

A perna da cadeira, o pé da planta, a cabeça do motor são a aplicação por analogia de partes do corpo humano a partes de objectos inanimados. Estas extensões foram, porém, assimiladas pela linguagem e comumente já ninguém — nem as pessoas com sensibilidade literária e linguística — sente que elas sejam metáforas. São metáforas desbotadas, ou gastas, ou mortas (*Idem: 242*).

O desconhecimento cultural de uma determinada comunidade pode originar interpretações incorretas por parte de pessoas que estão fora dessa sociedade. Para estes indivíduos, um determinado signo linguístico pode ser considerado uma metáfora e para os nativos é uma mera convenção cultural e identitária. É necessário conhecer o idioma, a convenção poética e entender a intenção metafórica de um texto literário, num determinado espaço cultural (*cf. Idem: 243*).

Segundo Heinz Werner, a metáfora foi usada com muita frequência em alguns povos primitivos, quando os mesmos não podiam pronunciar o nome de certos objetos. “Lembra-nos imediatamente do fértil talento hebraico para metaforizar o inominável Iavé em Rocha, em Sol, em Leão, etc.” (*Ibidem*).

A função da literatura é ser imaginativa. Sabemos que a metáfora como técnica literária imaginativa apresenta quatro elementos básicos: a analogia, a dupla visão, a imagem sensorial reveladora do imperfectível e a projeção animista. Os quatro elementos nunca são aplicados em conjunto, variam de país para país e entre épocas literárias. Cada época tem o seu método metafórico especial e característico. “A poesia neoclássica, por exemplo é caracterizada símil, pela perífrase, pelo epíteto ornamental, pelo epigrama, pela semelhança, pela antítese” (*Idem*: 244). A época Barroca é caracterizada pela utilização frequente de linguagem metafórica, incluindo nas figuras cristãs:

Pode falar-se antropomorficamente de Deus, porque Ele fez os Homens à Sua imagem; mas Ele é, também, o Outro transcendental. Por isso, na religião barroca pode exprimir-se a verdade acerca de Deus por meio de imagens analógicas (O Cordeiro, o Esposado) (*Idem*: 244-245).

Existem três categorias principais da imagem: a sumida, utilizada na poesia clássica; a radical, utilizada pelos metafísicos, principalmente por Donne, e a expansiva, a eleita de Shakespeare, apesar de utilizar também as outras categorias (*Idem*: 249). Maturação é uma imagem sumida, inspirada em campos cultivados, nos quais é possível encontrarmos pomares. É-nos sugerida uma analogia entre os ciclos naturais da vegetação e os ciclos da vida (*cf. Ibidem*):

Os Homens têm de suportar
O daqui irem, assim como o aqui virem;
A maturação é o que importa
(Shakespeare)

Segundo o ponto de vista dos neoclássicos, algumas imagens sumidas de Shakespeare são mistas (*cf. Idem*: 250):

Como poderá o bafo de mel estival aguentar
O destruidor cerco dos percucientes dias (*Ibidem*).

A imagem radical caracteriza-se por representar uma lógica invisível ou não poética, por ser demasiado técnica, científica ou erudita. Como veículo metafórico não possui evidentes associações emotivas. Pertence ao discurso da prosa, abstrato ou prático. Este género de imagem costuma ser utilizado na poesia religiosa (*Ibidem*):

Mas tal como o veneno de algumas das serpentes
Só mata se a serpente viva o inocula
Assim tua virtude ao lado te precisa
Para a vermos, pois mais do que ela és virtuosa (*Ibidem*).

Por último, temos a imagem expansiva. É o pensamento progressivo, o da paixão forte e meditação original. Engloba metáforas religiosas e filosóficas que podemos encontrar em Burke, Bacon, Browne e, principalmente em Shakespeare. Nesta imagem, um dos termos abre o horizonte à imaginação e modifica o outro, o que permite a ocorrência de interação, segundo a teoria poética. Encontramos exemplos de imagem expansiva em *Romeo and Juliet* (*cf. Idem*: 251):

Estivesses tu embora tão distante
Como essa infinda praia, p'lo mais distante mar banhada,
Ainda à aventura eu partiria, tal prémio demandando (*Ibidem*)

E em *Macbeth*:

A luz torna-se espessa, e agora o corvo
Dirige o voo para o gralhento bosque:
As boas coisas diurnas caem em modorra (*Ibidem*).

Nestes últimos versos, Shakespeare forma um ambiente metafórico para o crime. Deste modo, permite a configuração de uma metáfora expansiva ao estabelecer um paralelo entre a noite e o mal, entre o iluminado e o bom. O sujeito e o predicado agem mutuamente entre si, progridem e retrocedem (*cf. Idem* 251-252).

O revestimento metafórico é visível nos poemas de amor profano, *Songs and Sonnets*, de John Donne. O autor, ao amor sexual aplica os conceitos católicos de êxtase, canonização e martírio. Nos sonetos sagrados *Holy Sonnets* dirige-se a Deus por meio de narrativas eróticas (*cf. Idem* 256-257):

Sim, amo-te; que me quisesses, queria;
A teu inimigo, porém, me prometi.
Vai-te a mim, desata, corta este nó de novo,
Toma-me em ti, prende-me, pois que,
Se não me escravizares, não serei livre nunca
Nem casto se não me violares (*Ibidem*).

A interligação entre a sexualidade e a religião equivale a admitir que o sexo representa uma certa religiosidade e que a religião é uma forma de amor. Neste contexto, a imagística permite ao poeta criar imagens metafóricas, como se estivesse a sonhar (*cf. Idem: 257-258*).

II - As metáforas nascem com a aurora e não dormem

*Infelizmente,
o mal também é um hábito superficial,
fútil,
além de uma ameaça permanente
à ordem social*

(Fernando Gómez. Aguilera, 2014:104)

2.1 - Metáfora como figura de retórica: Padre António Vieira

*Procurar a felicidade
sem violar as leis
é próprio da sabedoria*
(Thomas More. *Morus*, 1985: 116)

Padre António Vieira, que viveu no século XVII, foi professor de retórica em Olinda, no Brasil (Mendes, 1989: 89). Destaca-se como pregador em eventos públicos, incluindo oficiais. Este jesuíta, nos seus sermões, além da temática apostólica, proclama questões cívicas e políticas (*cf. Ibidem*). Comparecem às pregações sempre muitas pessoas. Em Lisboa é comum ouvir-se a seguinte frase: “Manda lançar tapete de madrugada em São Roque para ouvir o padre António Vieira.” (Alves, 1998: 11). A sua fama de declamador chega ao conhecimento do rei que o nomeia pregador da Capela Real (*cf. Idem* 12). Em Itália, continua a grande afluência de público durante as suas declamações (*cf. Idem*: 15).

A oratória do padre António Vieira, perpetuada em livros, evita o lirismo típico da eloquência. Os textos criam, sim, simulacros da oralidade e os efeitos da pronúncia. “Os sermões são simuladores da oralidade: pertencem ao género oratório e não a qualquer outro” (Mendes, 1989: 249). “Além da pregação Vieira acredita no sermão como texto escrito, na sua capacidade de criar e de acionar na leitura uma imagem do pregador, ainda que fisicamente ausente da cena da comunicação” (*Idem*: 315). A publicação dos seus textos não é bem apreciada pelas autoridades eclesiásticas, principalmente pela Inquisição. Este tribunal religioso não concorda com a circulação privada dos textos, “por permitir a propagação incontável de heresias” (*Idem*: 70).

A escrita barroca de Vieira ostenta estratégias, fantasias e realismo, onde o imaginário se confunde com a realidade (*cf. Mendes*, 1989: 296). Para o autor, a *mimese* é utilizada como fonte de “argumentação, de intervenção, de reforço, de emoções e convicções” (Mendes, 1989: 297). O apontamento idealista de representação de figuras bíblicas e mitológicas, característica do Renascimento, transforma-se em outro realismo caracterizado pela imitação de obras literárias

antigas, com a finalidade de aplicá-las à causa humanista. Esta habilidade literária incide sobre o papel do indivíduo na sociedade em que está inserido (*cf. Ibidem*). O escritor cultiva no seu conteúdo literário a paródia, o “estilo precioso do pregador comediante e culto” (*Idem*: 394).

Padre António Vieira, em plena época absolutista, em que reina o poder do Tribunal da Inquisição, defende os índios brasileiros contra as injustiças praticadas pelos colonos portugueses. O jesuíta assume-se defensor da liberdade religiosa e protetor da libertação dos índios, combatendo também outras injustiças sociais. Com as suas atitudes, afronta o poder do Reino, incluindo o Santo Ofício e a Companhia de Jesus. Com a declamação do Sermão de Santo António critica e satiriza o comportamento humano. “Em Lisboa, a sua voz, plena de autoridade, ecoa de novo na Corte” (*cf. Alves, 1998: 12-13*).

O maior orador português é expulso dos Jesuítas de São Luís do Maranhão e desterrado para o Porto, em 1663, preso, interrogado e condenado pelo Tribunal da Inquisição. A sentença acalma os colonos opositores da Companhia de Jesus. Os jesuítas podem regressar ao Brasil, com exceção do herói da liberdade dos índios. Cinco anos depois, parte para Roma e afronta novamente a Inquisição, ao defender os cristãos-novos. (*cf. Idem: 14 e 15*).

Oradores clássicos como Demóstenes e Cícero influenciam a oratória do jesuíta. Utiliza a construção metafórica para declamar sobre as injustiças praticadas pelo ser humano (*cf. Alves, 1998: 20-21*). Vieira imita Santo António, concebe um sermão e prega aos peixes, satirizando o que seria atribuível aos homens. Para o pregador jesuíta, as calamidades dos povos advêm da ambição, do orgulho, da traição e da exploração de outros seres humanos. Os homens mascaram a realidade e escravizam os seus semelhantes, por isso, quando Vieira louvou e repreendeu os peixes, construiu uma alegoria para não atacar diretamente os colonos brasileiros (*cf. Idem: 22*).

Este mestre da oratória emprega frequentemente a metáfora nos seus sermões. Segundo Vieira, num sermão de 1637, e após um terramoto que ocorreu na Ilha Terceira, apenas ficaram de pé, a cadeia, a casa da misericórdia e o púlpito da igreja maior. Os dois primeiros estão ligados ao tema da justiça e da misericórdia, a indicação do púlpito representa a instituição a que pertence o orador (*cf. Mendes, 199: 90*).

Vieira utiliza o método argumentativo para atacar os excessos religiosos, através da edificação de metáforas, comparações e paralelismos audaciosos. Critica sobretudo, as falsas interpretações dos textos sagrados (*cf. Idem: 156*):

Quantas vezes ouço dizer, que são palavras vossas [de Deus], o que são imaginações minhas; que me não quero excluir deste número!

Verdadeiramente não sei de que mais me espante, se dos nossos conceitos, se dos vossos [do auditório] aplausos? (*Idem: 156*).

Para o locutor Vieira, cada texto ficcional caracteriza a sua pessoa como ser humano, cuja encenação ostenta “metáforas, pinturas, sonhos e exemplos” (*Idem: 235*). No sermão a S. Iria, pregado em Santarém, talvez em 1651, cujo tema é a perseguição da santa, injustamente difamada e por fim glorificada, o orador metaforicamente destaca, “o coração com dentes e a mastigação violenta” (*Idem: 273*):

Por ventura o coração tem dentes? Direi. O coração dos que a calúnia endoudece, não: mas os dos que não perdem nela o juízo, sim. A calúnia, o falso testemunho, e a afronta, a infâmia que dela resulta, têm muitas durezas que quebrar, que mastigar, que moer, e remoer: e isto só o faz um coração tão generoso, tão grande e tão forte como o de S. Iria. Outro coração que em tal estado se achasse com dentes, morder-se-ia de raiva, comer-se-ia de desesperação, ou se enviaria como um leão furioso a despedaçar vivo o enganoso autor de tão estranha maldade; porém o coração heroico de Iria nunca mais em si, que quando tantas razões tinha para sair fora de si, tudo sofria, tudo calava, tudo comia consigo (*Idem: 272-273*).

Também em 1655, o narrador persiste nas metáforas “dentes” e “morder”, na narrativa sobre Santo Antão (ou Santo António) que recusa ir a uma corte imperial romana, a convite da rainha Cristina. No quadro narrativo estão estampadas as invejas sofridas e as glórias recusadas (*cf. Idem: 314*).

Na pregação de S. Pedro, declamada em 1644, o orador coloca em cena a metáfora e elucida o público sobre a utilização desta figura de retórica. (*cf. Idem: 421*):

Suposto andarem tão validas no púlpito, tão bem recebidas do auditório as metáforas, mais por satisfazer ao uso, e gosto alheio, que por seguir o gênio, e ditame próprio, determinei, na parte que me toca desta solenidade, servir ao

Príncipe dos Apóstolos também com a metáfora. Busquei-a entre as árvores [...], busquei-a entre as aves [...]. Desenganando, pois, de não achar em todos os tesouros da natureza algo tão perfeito, de cujas propriedades pudesse formar as partes do meu panegírico (que esta é a obrigação da metáfora) despedindo-me dela, e deste pensamento, recorri ao Evangelho para mudar de assunto (*Idem*: 421-422).

Este texto apresenta-se como uma verdadeira explicação para a utilização de metáforas. O pregador utiliza a metáfora como um serviço prestado ao santo – S. Pedro (*cf. Idem*: 422): “As metáforas funcionam como ofertas ou brindes poéticos, do escritor para o destinatário” (*Ibidem*). Os signos metafóricos ocupam o espaço com jogos intertextuais, durante a época literária seiscentista (*cf. Idem*: 457). “Os pregadores dispunham de compilações mariânicas com hieroglíficos, metáforas, enigmas, letras, orações, as quais lhes forneciam ideias para os sermões sobre os mistérios da Virgem” (*Idem*: 475). Outro jesuíta, bem diferente de Vieira vive num outro ambiente cultural: “o austero e ciceroniano”. O padre Laval censura as metáforas e outras figuras de retórica (*cf. Idem*: 171).

No sermão a S. Pedro, proclamado em 1644, o sacerdote coloca-se na narrativa com o papel de narrador auto diegético. Emprega metaforicamente os minerais, seguem-se os vegetais, os animais, os planetas, o céu, os homens e finalmente os anjos. “Transparece em cada etapa deste percurso, como numa filigrana, o texto matricial do *Génesis*, e o quadro de organização cósmica que institui e divulgou” (*Idem*: 502).

A manifestação textual de Vieira revela que “ao Ventre associa-se o Parto” o parto é a imagem de toda a Criação (*cf. Idem*: 517). O retrato metafórico do parto e arrasta “consigo a visão mítica do universo como um colossal corpo de mulher” (*Idem*: 518):

Aquela mesma mulher [Santa Teresa, antes do seu “prodigioso parto”] enchia, e ocupava todo o Céu, e todos os Céus. Com os pés estava no Céu da Lua, que é o primeiro; com o corpo passava pelo Céu do Sol, que é o quarto; com a cabeça chegava ao Céu das estrelas, que é o oitavo; Logo, era tão agigantada a sua estatura, que desde o primeiro até ao último tomava todo o Céu. Pois se a grandeza de cada um dos Céus é tão imensa, e a de todos tão incomparavelmente maior; como é possível, que uma só mulher a ocupasse toda? (*Ibidem*).

Sobre o Quinto Império e o mapa do mundo, para Vieira, “O Mapa serve muitas vezes de metáfora do universo” (*Idem*: 523). Devido à sua localização geográfica, Portugal é o local predestinado pelo “supremo Arquiteto” (*cf. Ibidem*). “A etimologia que serve Portugal: “Mundanus” (de todo o mundo), significada no nome de Tubal, o neto de Noé que desembarcara em Portugal” (*Ibidem*):

Portugal é toda a terra, Portugal quanto ao reino, é parte de uma parte da terra na Europa; mas Portugal quanto à Monarquia, é um todo composto de todas as quatro partes da terra, na Europa, na África, na Ásia, na América (*Ibidem*).

Uma conhecida metáfora vieiriana está contemplada no Sermão a N^a. S^a. da Conceição, proferido em 1639, no qual utiliza o trocadilho entre a palavra “Pátria” e “Mátria”. Se “Pátria” é a cidade de Deus e “Mátria” a cidade dos homens, quando a pátria se transforma em mátria passa a ser uma mãe, “mas mãe má e cruel ao rejeitar os seus filhos: então a “terra, que é mãe que nos cria” e por isso chama “Mátria”, será para o homem “desterro” (*Idem*: 290-291).

Vieira não escreve nenhum sermão sobre a arte de reinar. No entanto, a sua preocupação sobre a instrução do príncipe e sobre a arte de reinar nota-se em alguns excertos de sermões (*Idem*: 129). Na pregação a S. Roque realizada em 1652, “afloresce mitos conteúdos das doutrinas pós-tridentinas relativas à monarquia absoluta” (*Idem*: 134). No Sermão a S. Teresa, proferido em 1644, alerta para o comportamento do príncipe para com os vassallos. Baseado numa parábola evangélica, a “Arte de reinar” e no Sermão a S. Pedro, proclamado em 1644 esclarece:

Os Reis são os espelhos, a que se compõem os vassallos, e tais serão as acções do reino, quais forem as inclinações do Rei;
Mudar o Rei os criados, não é condenar os talentos, é repartir os trabalhos;
Melhor é ter menos cidades, e mais obedientes”; “liberdade não as hão-de sofrer as Coroas” (*Ibidem*).

Santo António pregou aos peixes e o padre António Vieira, com a ajuda de uma pena, imitou-o, e também falou aos peixes. Neste sermão declamado no

Maranhão, em 1654, o orador defendeu que os pregadores devem ser como o sal para protegerem os seres humanos dos vícios e da corrupção (cf. Mendes, 1989: 279):

Muitas vezes vos tenho pregado nesta Igreja, e noutras, de manhã, e de tarde, de dia, e de noite, sempre com doutrina muito clara, muito sólida, muito verdadeira, e a que mais necessária, e importante é a esta terra, para emenda, e reforma dos vícios que a corrompem (*Ibidem*).

Na construção alegórica de Vieira, o auditório maranhense são os peixes e o pregador é o santo (*Idem*: 280). Numa atitude teatral, o jesuíta é um autêntico autor no palco; pregando representa a figura de Santo António (cf. *Ibidem*).

A pregação visa um auditório real, os colonos que assumem um papel ficcional e teatral de peixes:

Se vós lhe abrisseis esse peito [Santo António], e lhe visseis as entranhas, como é certo, que haveis de achar, e conhecer claramente nelas, que só duas cousas pretende de vós, e convosco; uma é alumiar e curar as vossas cegueiras, e outra lançar-vos os demónios fora de casa [...] Ah moradores do Maranhão, quando eu vos pudera agora dizer neste caso! Abri, abri, estas entranhas; vede, vede este coração. Mas ah sim, que me não lembrava! Eu não vos prego a vós, prego aos peixes (*Ibidem*).

A temática do pregador funciona como um espelho do seu pregador (*Idem*: 171). Condena os pregadores que se pregam a si e não a Cristo (*Ibidem*). Representa uma pregação no interior de outra, sendo Vieira o protagonista de ambas (*Idem*: 257). O orador e narrador recalcam uma situação enunciativa específica. O pregador ordena as criaturas no universo segundo está enunciado em *Génesis* (cf. *Idem*: 500). A sequência verbal segue a da Criação, segundo o aparecimento das espécies, no mundo. “Primeiro foram criados os peixes, depois as aves e depois os restantes animais” (*Ibidem*). Muitos peixes são escolhidos para mostrarem os castigos a que estão sujeitos aqueles que pretendem alterar a ordem natural. Por exemplo “o peixe Voador, quis ser ave, quis mudar de elemento, e morreu” (*Idem*: 501). Vieira pretende criticar, com recurso à metáfora, a cobiça e a ambição dos seres humanos durante o séc. XVII. Para Vieira, o efeito do sal é impedir a corrupção. Numa Terra tão corrupta, os pregadores

não pregam a verdadeira doutrina. Segundo o orador, “os pregadores dizem uma coisa e fazem outra” (Alves, 1998: 25).

O pregador menciona alguns peixes, cujas ações representam o bem e são os verdadeiros adversários das imperfeições humanas. O santo peixe de Tobias é virtuoso e tem um bom coração. Uma das bondades deste peixe é alumiar e curar as cegueiras dos outros peixes (*cf. Idem: 33 e 34*). Também a Rémorá aparenta a força e o poder, apesar do seu pequeno tamanho (*cf. Idem: 35*). A Rémorá, com um pequeno tamanho e uma grande força, não deixa avançar as naus Soberba, Cobiça, Vingança e Sensualidade (*cf. Idem 66*). O Torpedo, ao tocar no anzol faz tremer o pescador (*cf. Ibidem*). O Quatro-olhos, pequeno no tamanho, mas com uma visão enorme: dois vêm para cima e dois vêm para baixo. Este peixe embaraça os humanos que vivem em completa cegueira (*cf. Ibidem*).

Vieira utiliza a nau, meio de transporte marítimo, para criticar as falhas do ser humano. A crítica social é uma constante na oratória de Vieira. A nau Soberba repleta de fortunas navega com as velas inchadas. Navega com peso excessivo, pode rebentar a qualquer momento (*cf. Ibidem*). A nau Vingança está sempre com a artilharia preparada para abrir fogo. Nesta nau navega o ódio, bem como a fúria (*cf. Idem: 36*). Navega uma nau carregada até às gáveas, é a nau Cobiça. Não mede o perigo que corre, pois, por estar com excesso de peso não pode navegar e fica à mercê dos corsários (*cf. Ibidem*). Por sua vez, a nau Sensualidade navega de noite e de dia, ao sabor da corrente e deixa-se enganar pelo canto da sereia. (*cf. Ibidem*). Estas naus iriam desfazer-se nos baixios se não fosse a intervenção de Santo António e da complacente Rémorá (*cf. Ibidem*).

Para o padre António Vieira, os seres humanos enganam-se mutuamente. Os detentores do poder económico, político e governamental não perdem uma oportunidade para explorar os outros seres humanos:

[...] Não só vos comeis uns aos outros, [...] mas como os grandes comem os pequenos, nem mil para um só grande (*Idem: 40*).

Vede um homem desses que andam perseguidos de pleitos ou acusados de crimes, e olhai quantos o estão comendo. Come-o o meirinho, come-o o carcereiro, come-o o escrivão, come-o o solicitador, come-o o advogado, come-o o inquiridor, come-o a testemunha, come-o o julgador e ainda não está sentenciado, e já está comido.

São piores os homens que os corvos. O triste que foi à forca, não o comem os corvos, senão depois de executado e morto; e o que anda em, júizo, ainda não está executado nem sentenciado, e já está comido (*Idem: 42*).

O orador dirige-se a cada peixe em particular. Desvenda as suas crueldades, os seus vícios e os seus males. Uma vez mais, Vieira chama à atenção dos peixes para criticar o homem.

Os roncadores são peixes muito pequenos e roncam muito. Vieira não percebe como e porque roncam tanto. Qualquer aleijado com um simples alfinete torcido os pode pescar. Por sua vez, o possante espadarte, nunca ronca. Regra geral, Deus não quer roncadores com exceção das baleias. Roncam, mas têm desculpa devido à sua grandeza, é como o gigante Golias entre os homens. O saber e o poder pode transformar o homem em peixes roncadores (*cf. Idem: 48 e 49*).

Os pegadores são peixes pequenos. Têm por hábito o de se aproximar dos maiores e de nunca mais os largarem. Representam uma espécie de lapa que não descola da rocha. São comparados aos animais que seguem os leões durante as caçadas e se alimentam com os restos abandonados pelas feras. A sua vítima não se pode mexer, nem voltar a cabeça. O tubarão rodeia a nau com os seus pregadores às costas. O tubarão cai numa armadilha montada pelos pescadores e morrem também os seus hóspedes inconvenientes (*cf. Idem: 50*).

Vieira apresenta uma grande queixa aos voadores: “Dizei-me, voadores, não vos fez Deus para peixes? Pois porque vos meteis a ser aves? O mar fê-lo Deus para vós, e o ar para elas. Contentai-vos com o mar, e com o nadar, e não quereis voar, pois sois peixes.” (*Idem: 52-53*). As barbatanas não se podem transformar em asas. O peixe morre com um anzol ou com uma físga, os voadores morrem pela presunção, pelo capricho e pela sua soberba ambição (*cf. Ibidem*). Para o padre António Vieira, o pior de todos é o polvo:

O polvo com aquele capelo na cabeça, parece um monge; com aqueles seus raios estendidos, parece uma estrela, com aquele não ter osso nem espinha, parece a mesma brandura, a mesma mansidão. E debaixo desta aparência tão modesta, ou desta hipocrisia tão santa, testemunham os dois grandes Doutores da Igreja Latina e Grega, que o dito polvo é o maior traidor do mar (*Idem: 55*).

O polvo é mais traidor do que Judas. O polvo engana, é covarde e ataca às claras. Judas enganou Cristo, abraçando-O. Fez um sinal! Executou a traição às escuras. A cobardia e a crueldade do polvo, leva-o a armar uma cilada e a trair sem piedade, à vista de todos! (*cf. Idem: 56*).

2.2 *A Ilustre Casa de Ramires*³: a liberdade do Casco

Na Literatura, as sequências narrativas podem combinar-se em revezamento quando duas histórias são contadas de forma intercalada. Uma sequência interrompe-se para dar lugar a outra, alternando-se assim as sequências de origem diversa. É esta a aceção mais corrente do termo alternância. Trata-se de uma narrativa opcional, uma vez que o discurso é linear. No entanto, para Bremond, a alternância caracteriza-se pelo facto de o mesmo acontecimento desempenhar uma determinada função segundo a perspectiva de uma personagem e uma função diferente seguindo o ponto de vista de outra personagem. Constata-se, assim, a existência de percursos narrativos paralelos em qualquer narrativa: a vitória do herói, por exemplo, é sempre a derrota do adversário (cf. Reis/Lopes, 1987: 23).

Durante o século XIX, o romance domina a produção literária. Flaubert, Maupassant e Henry James são considerados mestres desta época e Tolstoi e Dostoievski enriquecem este género literário com experiências humanas perturbantes, realistas e naturalistas. Com esta escola, a obra literária socorre-se de estudos científicos para plasmar, no texto, os meios sociais. Os heróis altivos e dominadores substituem-se, quer para o bem quer para o mal, por personagens e acontecimentos realistas que transmitem a alegria e a dor. Eça de Queirós adota a nova corrente literária (cf. Silva, 1984: 683), como se depreende da afirmação de Carlos Reis e Cristina Lopes:

No romance *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós, a história da existência monótona do fidalgo português Gonçalo alterna com a história da novela por ele escrita. Desta combinação ressalta fundamentalmente a relação de contraste entre o fulgor do passado e a insipidez humilhante do presente (Reis/Lopes, 1987: 23).

Por sua vez, Eça destaca:

³ As primeiras publicações de *A Ilustre Casa de Ramires* ocorreram a 20 de novembro de 1897, na “Revista Moderna” editada em Paris, dirigida pelo brasileiro M. Botelho. A primeira edição em livro é datada de 1900 (Queiroz, 1900: 363).

Era com esse sombrio feito do seu vago avoengo que Gonçalo Mendes Ramires decidira em Coimbra, quando os camaradas da “Pátria” e das ceias o aclamavam “o nosso Walter Scott”, compor um romance moderno, de um realismo épico (Queiroz, 1900: 17).

Eça espelha a “questão africana em *A Ilustre Casa de Ramires*”, lembra Carlos Reis (Soares, 2015: 28-29). As críticas ao Rei D. Carlos, por ter cedido perante as exigências das autoridades britânicas, fizeram-se em várias vertentes e a liberdade de imprensa foi amordaçada. Este romance realista apresenta características de uma obra literária romanceada com a temática da liberdade:

A 7 de abril de 1890, o ministro da justiça, Lopo Vaz, promulgou uma nova lei de imprensa, mais restritiva, numa tentativa de travar as críticas dos jornais republicanos. Fica conhecida como Lei das Rolhas (*Ibidem*).

Também o autor de *A Ilustre Casa de Ramires* narra sobre a questão da liberdade:

E a campanha do Rebate começava com cinco artigos esmagadores sobre a tomada da Bastilha (Queiroz, 1900: 199).

Poderá não ser despropositado afirmar que a Literatura e a História são ciências complementares. A verdade calada pelo poder oficial, a dos vencidos e a dos que não têm voz, apenas é resgatada e oferecida ao leitor pela ciência literária. Talvez seja legítimo sustentar que Eça defende a interligação entre as duas ciências, ao enquadrar *A Ilustre Casa de Ramires* no romance histórico:

Todos conheciam o “Fidalgo da Torre” trabalhava numa novela histórica, “A Torre de D. Ramires”, destinada ao primeiro número dos “Anais de Literatura e de História” (Queiroz, 1900: 5).

Gonçalinho parecia gloriosamente votado a restaurar em Portugal o Romance Histórico (*Idem*: 11).

Eça de Queirós refletiu sobre as problemáticas relacionadas com a questão africana, o Ultimato Inglês e as penas de degredo em África a que foram condenados

muitos dos revoltosos que aderiram à Revolta do Porto, conforme consta nas passagens narrativas *infra*:

Porque também ele, como o Governo, venderia Lourenço Marques, e Moçambique, e toda a Costa oriental! E às talhas! Em leilão! Ali, toda a África posta em praça, apregoada no Terreiro do Paço! E sabiam os amigos porquê? Pelo são princípio de forte administração (Queiroz, 1900: 35-36).

— O Gonçalo sim! É chupado, é rijo; não carrega aguardente; está na conta para a africanista (*Idem*: 103).

O sonho de ligar por terra Angola a Moçambique ficou plasmado no mapa cor-de-rosa. Os portugueses defenderam o direito histórico dos territórios localizados entre aquelas ex-colónias e a Grã-Bretanha protegeu o direito da ocupação efetiva das mesmas regiões. O rei D. Carlos acabou por ceder às exigências da velha aliada, contempladas no ultimato inglês, datado de 11 de janeiro de 1890. As forças militares portuguesas foram intimadas a abandonar os territórios do Chaire e dos países dos Mocololos, bem como dos Machonas. Deste modo, tornaram-se inúteis os esforços de exploradores portugueses, sobretudo de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.⁴

As manifestações fizeram-se ouvir em todo o país, desde o meio académico, ao literário e militar. Essa cedência portuguesa foi considerada uma humilhação nacional (*cf.* Moreira, 2013: 18), o que gerou um sentimento antibritânico. Promoveram-se reuniões, comícios e várias ações de protesto. As contestações cimentaram-se, através de publicações provocadoras. Guerra Junqueiro apelida a Inglaterra de “monstro daninho”, “ladroão”, “raça assassina” (Rita/Vila Maior, 2011: 81). O Partido Republicano Português (PRP) aproveitou esse sentimento de desilusão nacional e assumiu-se como alternativa ao poder governamental.

Outras ações de protesto foram tomadas, como o envio de uma mensagem a estudantes dos países que subscreveram a Conferência de Berlim, a cobertura da estátua de Camões com panos negros, a devolução ao governo inglês de títulos que personalidades nacionais tinham recebido do governo britânico, personalidades literárias deixaram de utilizar termos britânicos na língua portuguesa (*ex.*: meeting e

⁴ A fundação da Sociedade de Geografia. “Em Lisboa com olhos em África”. In <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e50.html> (consultado em 18 de setembro de 2015).

club), também se fomentou um boicote às mercadorias oriundas da Grã-Bretanha, a Maçonaria tentou realizar um presépio aos monumentos de Camões e de Vasco da Gama, foi fundada uma comissão da Grande Subscrição Nacional, que visou a aquisição de um cruzador para combater as tropas britânicas, formou-se a Liga Patriótica do Norte, com a presidência de Antero de Quental. “A reação ao ultimato britânico de 11 de janeiro de 1890 fez tremer uma monarquia com sete séculos de história” (Soares, 2015: 28-29):

O comportamento Britânico também origina manifestações públicas de repúdio em países estrangeiros. Alguns jornais franceses classificam o ato como “descarado, brutal, e cynico” (Chagas/Coelho, 1901: 20).

Na assemblea annual da camara do commercio de Mancherter, um dos assistentes, M. Rasdex, declarou que o conflicto com o governo portuguez teve por origem o procedimento violento, deshonesto e arbitrário, do governo inglez (*Ibidem*).

Em *A Ilustre Casa de Ramires*, o narrador faz alusão à maior força naval de então, como se pretendesse defender o território Nacional. “Rui Ramires sorria às naus inglesas que, ante a proa da sua capitânia, submissamente amainavam por Portugal” (Queiroz, 1900: 279).



A Portuguesa, da autoria de Henrique Lopes de Mendonça, oficial da Armada Nacional, e com a composição de Alfredo Keil, marcou mais um protesto contra o

⁵ Caricatura de Rafael Bordallo Pinheiro.

ultimato inglês, foi proibido pela Monarquia e oficializado, como Hino Nacional, em 1911, após a proclamação da República.

Com a sua escrita realista, Eça de Queirós critica com ironia o poder político e governamental português dos finais do século XIX. A ação e os espaços alternados entre tempos presentes e passados históricos, cativam o leitor, alertando-o para as distopias sociais que afligem a sociedade num período histórico caracterizado por uma crise política, económica e financeira. No periódico satírico, “A Paródia”, Rafael Bordalo Pinheiro pinta o decadentismo, a falta de esperança, a ausência de liberdade e a miséria do povo português, vítima de um fardo fiscal penoso e de uma irresponsável dívida pública (v. Anexo IV: 145 - 156). O tecido empresarial, bem como as finanças do Estado agonizam-se numa época de retração económica. As péssimas condições de vida da maioria dos portugueses não lhes transmitiam esperança no futuro, apenas angústia e desilusão. A emigração apresentou-se, assim, como a melhor solução para milhares de pessoas.

Algumas passagens narrativas de Eça despertam no leitor uma certa carência de esperança. A resignação e a ausência de um forte sentimento nacional são representadas numa personagem mediocrementemente conformada:

Encolheu os ombros, resignadamente, já acostumado, através da sua missão, a estes desfalecimentos do Patriotismo (Queiroz, 1900:14).
É um dever, um santo dever, sobretudo para os mais novos, colaborar no “Anais”, Portugal, menino, morre por falta de sentimento nacional! (*Ibidem*).

O narrador confronta o leitor com o incumprimento das responsabilidades contratadas perante as entidades bancárias, o que agrava as condições de vida dos portugueses:

Ao outro dia, procurou, José Lúcio Castanheiro na repartição dos Próprios Nacionais, à pressa, — porque, depois de uma conferência no Banco Hipotecário, ainda prometera acompanhar as primas Chelas a uma exposição de bordados na Livraria Gomes (Queiroz, 1900: 19).
O pai do Gonçalo, governador civil de Oliveira, sempre atarefado, enredado em política e em dívidas (*Idem*: 41).

Eça presenteia o leitor com dezenas de passagens narrativas em contexto político. Talvez não seja despropositado afirmar que *A Ilustre Casa de Ramires* é um

romance histórico de cariz político. Algumas personagens não têm qualquer pejo em demonstrar o seu único objetivo: conquistar a cadeira do poder:

E depois realmente vida em Lisboa só a desejava com uma posição política, — cadeira em S. Bento, influência intelectual no seu Partido, lentas e seguras avançadas para o Poder (Queiroz, 1900: 28).

— Agora, meu amigo, com o tio Cavaleiro, ministro da Justiça e o José Ernesto ministro do Reino, vai a deputado pelo círculo quem o André Cavaleiro mandar [...].

Noutro círculo ainda se podia encaixar à pressa um deputado fabricado em Lisboa (*Idem*: 137).

O autor sofre influência de um ambiente social e político desfavorável aos portugueses, razão pela qual a sua escrita poderá não estar isenta de alusões à Revolta do Porto:

Desde que o regimento se aquartelara em Oliveira, tratara logo Gracinha por tu e Gonçalo por primo [norma de tratamento utilizada entre os operacionais da Carbonária] (Queiroz, 1900: 92).

As entidades governamentais controlaram a liberdade dos cidadãos nortenhos. Qualquer pessoa podia ser detida e presa sem culpa formada porque anular a utopia impunha-se como um imperativo (*cf.* “Diário Ilustrado”, 2 fevereiro 1891: 2). A dúvida quanto ao número de mortos e de feridos na Revolta do Porto, associada a um Tribunal Militar a funcionar em três navios fundeados no mar de Leixões, pode abrir caminho para, através da literatura, se questionar o leitor sobre a outra verdade. Parece que o poder governamental sentiu a necessidade de ocultar factos à História, pois estava sob pressão dos compromissos financeiros assumidos perante as entidades bancárias britânicas:

Temos pendente um gravíssimo conflicto com a Inglaterra, e uma situação financeira em extremo melindrosa. Estavam pendentes as negociações para o empréstimo. A insurreição talvez as faça mallograr! Os revoltosos preparavam o seu triumpho sobre as ruínas da Pátria! (*Idem*, 1 fevereiro de 1891:2).

A elite nacional encontrava-se ferida no seu orgulho. O movimento revolucionário do Porto serviu-se de jornais como “A Pátria”, “A República Portuguesa” e “A Justiça Portuguesa”. A residência do redator deste periódico foi utilizada para reuniões com sargentos da Guarda Fiscal (Chagas/Coelho, 1901: 71). Foram publicadas várias cartas de militares que apelam ao sentimento de patriotismo, à revolta e dão vivas à República. Há uma estimativa de 5.000 militares, alegadamente, disponíveis para marcharem sobre Lisboa. A publicidade sobre a revolta fez-se sentir, e sem reservas. “A mãe-pátria agoniza. É preciso que seus filhos a salvem sem demora” (*Idem*: 46). Surgiu uma consciência nacional, sobre uma revolta que eclodiu na cidade invicta. “O conflicto anglo-portuguez de 1890 foi a causa única da revolta do Porto” (*Idem*, Capítulo I: 1). A comunidade internacional já dava como certa a queda da monarquia em Portugal (*Idem*: 196). Eça de Queirós pode ter retratado a iminente revolta militar na passagem narrativa *infra*:

E recolheu à Torre, decidido a tomar um desforço tremendo do Cavaleiro por tanta injúria amontoada sobre o seu nome, sobre a sua dignidade! Toda a abafada e enevoada sexta-feira a consumiu amargamente meditando esta vingança, que queria bem pública e bem sangrenta. (Queiroz, 1900: 156).

Um ano após a data do ultimato inglês, surgiu na cidade do Porto um movimento republicano em 31 de janeiro de 1891. A revolta apresentou uma vertente civil composta por Augusto Manuel Alves da Veiga (advogado), José Pereira de Sampaio (jornalista) João Chagas (jornalista — membro do governo durante a 1ª. República e fez parte do grupo de trabalho que criou a atual Bandeira Nacional), Santos Cardoso - jornalista, Miguel Verdial — ator, João Pais Pinto — padre e Basílio Teles — economista (Serrão, 1979-1995: 46).

O Grande Oriente Lusitano desempenhou um papel ativo na revolta, bem como o seu braço armado, a Carbonária. O templo maçónico serviu de local de reuniões preparatórias para o movimento. Nestes planeamentos operacionais estiveram presentes oficiais de todas as unidades militares do Porto, incluindo da Guarda Municipal (Chagas/Coelho, 1901: 88). Foram julgados em Conselho de Guerra vinte e dois civis, dos quais, dois pertencem à maçonaria. Os carbonários apresentam-se como o exército secreto da República, cujos operacionais designam-se por primos. Uma

revolta iniciada por sargentos em comunhão com o diretório republicano de Elias Garcia, Grão-Mestre da Maçonaria.

Vários oficiais deram apoio ao movimento. No entanto, hesitaram e aderiram apenas o Capitão António de Amaral Leitão, o tenente Manuel Maria Coelho e o Alferes Augusto Rodolfo da Costa Malheiro. “Estão de igual modo comprometidos alguns oficiais de infantaria n.º.18” (Serrão, 1979-1995: 34). As forças revoltosas dispunham do apoio de oficiais superiores, inclusivamente de um oficial general. Aqueles, apenas têm conhecimento da revolta, quando a mesma já estava a decorrer. Por imperativo foi necessário antecipar o movimento, porque o quartel-general já tinha ordenado a transferência de “oficiais inferiores” – sargentos (Chagas/Coelho, 1901: 225). Uma vez mais, o texto literário aborda questões históricas:

— A transferência do Noronha!... A transferência do desgraçado Noronha! (Queiroz, 1900: 108).

— Infamemente, sr. Gonçalo Mendes Ramires, infamissimamente! E para Almodôvar, para os confins do Alentejo! Para uma terra sem recursos, sem distrações, sem famílias!... (*Ibidem*).

O motivo!

Publicamente, como sempre nestas prepotências, o motivo era a conveniência de serviço (*Idem*: 110).

Santos Cardoso, na “Justiça Portuguesa”, narra que a rebelião⁶ se baseou numa conspiração dos Sargentos (Chagas/Coelho, 1901: 95). Os republicanos e a maçonaria

⁶ É provável que as forças armadas que aderiram à revolta tenham sido as seguintes:

Batalhão n.º. 3 da Guarda Fiscal (GF): 186 militares de infantaria e de cavalaria, incluindo 7 sargentos foram presentes em Conselho de Guerra (Júlio Aires Crespo, Capitão (1982). *A Guarda Fiscal na Revolta do Porto*. Revistas da Guarda Fiscal n.º. 4; 5 e 6. In <http://guardafiscal.org/> (consultado em 22 de novembro de 2011); 87 militares pertencentes ao efetivo da 5.ª. Companhia; Secção Fiscal do Pinheiro; Secção Fiscal da Boa Vista e parte da força da 5.ª. Companhia”. Talvez, não aderiram à revolta, apenas militares de unidades e subunidades localizadas na cidade do Porto. Feliciano da Conceição foi condenado em Conselho de Guerra. Este militar pertencia à 4.ª. Companhia (à altura dos fatos, com sede em Chaves), do Batalhão n.º. 3 da Guarda Fiscal (Crespo, dezembro 1982: 6). De outras unidades militares: Batalhão de Caçadores n.º. 9; Regimento de Infantaria 10; “vinte e tal” do Regimento de Infantaria 18 e um Destacamento de Cavalaria (Chagas/Coelho, 1901: 293).

O Boletim da Guarda Fiscal n.º. 1 de 1891 publicou uma Portaria do Ministério dos Negócios da Fazenda, a qual transcreveu um louvor atribuído pelo rei D. Carlos I, aos oficiais e praças do Batalhão n.º. 3 da Guarda Fiscal, por terem auxiliado “as tropas fieis na sufocação da revolta militar” ocorrida no dia 31 de janeiro o mesmo ano. No entanto, este diploma de louvor também exclui as “praças que guarneciam as Secções Fiscais do Pinheiro e da Boa Vista e ainda parte da força da 5.ª. Companhia” do

aproveitaram o descontentamento que existia na classe de Sargentos, devido a irregularidades verificadas na ascensão da carreira profissional e nos respetivos vencimentos, para aliciá-los a aderirem ao movimento revolucionário. O periódico “O Sargento” apresentou-se como o meio utilizado para a divulgação desta insatisfação que havia no meio militar.

Ocorreram conflitos no interior dos quartéis, incluindo gritos de traição e tiros para o ar, o que levou à fuga de alguns militares. As forças encontravam-se divididas. Algumas não aderiram ao movimento por atuação dos respetivos comandantes. “A noite negra do “traidor Castro” [...]. O “Sargento Castro traiu” os seus camaradas, denunciando a data e hora da revolta (Abreu, 1012, Capítulo XVII). Segundo o testemunho de alguns sargentos no Conselho de Guerra foi o “sargento-ajudante de infantaria 18, Castro”, o principal impulsionador do movimento e depois “traiu” os seus camaradas (Chagas/Coelho, 1901:123). Contribuiu para que comandantes tivessem dissuadido mais forças aderentes ao movimento, incluindo, parte do Regimento de Infantaria 18. As tropas leais à monarquia constitucional organizaram-se com o objetivo de neutralizar os revoltosos. A narrativa de Eça não esquece as alusões a um “traidor”:

— Para trás, donde vieste, voltarás, burlão traidor, se eu por mercê mandar a teu pai o teu corpo numas andas! (Queiroz, 1900: 123)

Seu filho Lourenço, ferido na lide de Canta-Pedra, acabado à punhalada pelo Bastardo de Baião, diante das muralhas de Santa Ireneia, com o sol no céu alto a olhar a traição! Indignado, o velho Castro esmurraçou a mesa (*Idem*: 304).

Pelas duas horas, numa fria e nebulosa noite de inverno, as tropas marcharam desde os quartéis em direção ao Campo de Santo Ovídio. A cidade do Porto despertou ao som da “banda de infantaria 10. Tocava “*A Portuguesa*, essa bellíssima e patriótica composição de Alfredo Keil.” O povo abriu as janelas, acenou e num ápice uma enorme multidão acompanhou as tropas da revolta. “Os revoltosos” são aclamados

mesmo Batalhão (Crespo, junho 1982: 9-10). Assim sendo, podemos concluir que estas subunidades da Guarda Fiscal participaram na mesma revolta armada (*cf.* Crespo, setembro 1982: 15). Tendo em consideração as unidades e subunidades envolvidas, poderemos indicar como estimativa, uma participação superior a 1.000 militares.

como heróis. As vivas à República misturaram-se com gritos de júbilo e de entusiasmo. O povo com regozijo contagiante clamou: “— vão proclamar à República!” “Não são apenas os homens que se entusiasmam com a revolução; as senhoras adejaram com seus lenços às tropas, a manifestar-lhes que a República está no espírito de todas e que essas forças merecem as suas mais acrisoladas simpatias.”⁷

Na Câmara Municipal do Porto, uma bandeira de cor vermelha, de fundo verde, com as seguintes inscrições: “Centro Democrático Federal 15 de Novembro” cumprimentou a República, em homenagem à implementação do regime republicano no Brasil, em 15 de novembro de 1889. O texto literário foca a narrativa em brasileiras e lenços vermelhos:

Todavia [o visconde, D. António] mantinha amizades muito seguidas e activas com brasileiras ricas de Oliveira — até com a viúva Pinho, dona da loja de panos (Queiroz, 1900: 93).

O capelão encolheu os ombros, desdobrando cautelosamente o seu vasto lenço de quadrados vermelhos (*Idem*: 96).

Alves Veiga, perante um mar de pessoas, proclamou a República e indicou os nomes que constituem o governo provisório. Ao som da *Portuguesa* os regimentos sob o comando de um Capitão, de um Tenente e de um Alferes continuaram a marchar pelos ideais defendidos e por um novo regime político.



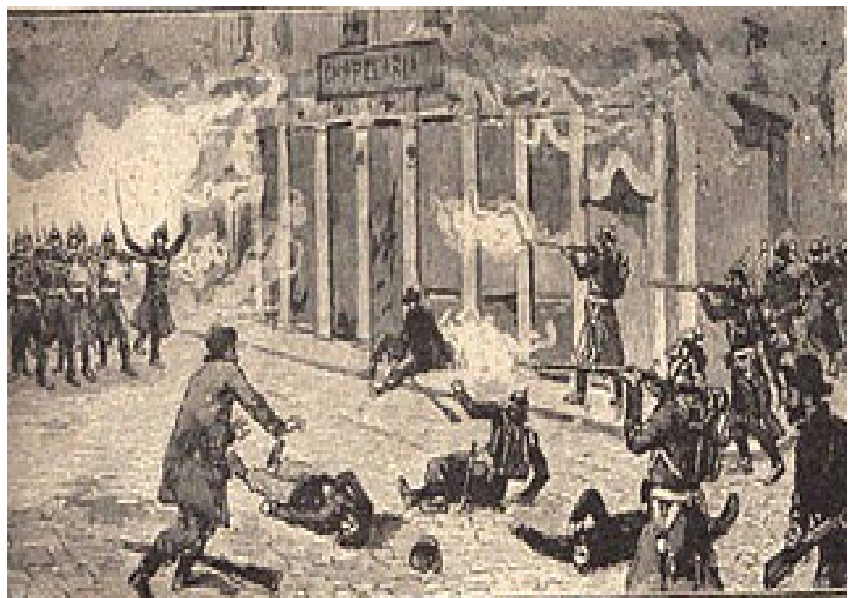
⁷ Eduardo Cintra Torres (2010). “A utopia descendo a Rua do Almada”. Revista de Sociologia do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, pág. 475. In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8814.pdf> (consultado em 12 de novembro de 2011);

⁸ In <http://www.gremiolusitano.eu/archives/419> (consultado em 25 de novembro de 2011).

Porém, a Guarda Municipal, o Regimento de Infantaria 18 e os militares da Guarda Fiscal, que não aderiram ao movimento, tomam uma forte posição defensiva. Do meio de Infantaria 10 surgiram dois tiros, disparados para o ar. Seguiu-se um pequeno lapso de tempo! Mais uma vez, a narrativa de Eça solicita ao leitor que faça uma leitura histórica do texto:

Um tiro atroou o terreiro! E Gonçalo com um salto no selim, avistou o rapazote moreno ainda com a espingarda erguida, a fumegar, mas já hesitando aterrado.
– Ah, cão! (Queiroz, 1900: 286).

Uma descarga sobre a Guarda Municipal, a que esta retorquiu com fogo cerrado. Caíram os primeiros mortos e feridos. Houve uma debandada geral (*cf.* Crespo, 1982: 16). Os esforços do Capitão Leitão não são reconhecidos! – “Rapazes não atirem! São nossos amigos!” (Chagas/Coelho, 1901: 9). Os combates iniciaram-se junto à Casa dos Banhos. Na Rua de Santo António, os republicanos foram esmagados pela cavalaria e os confrontos armados expandiram-se para a atual Praça da República. Os revoltosos refugiaram-se na Câmara Municipal do Porto. De nada serviu, o edifício foi bombardeado! Os confrontos prolongaram-se até por volta das 14 ou 15 horas.



⁹ In <http://re-descobrirarepublica.blogspot.com/2010/02/b.html> (consultado em 20 de novembro de 2011).

As tropas aderentes ao movimento republicano foram derrotadas pelas forças comandadas pelo Coronel João de Lencastre e Menezes, conhecido por Cabanelas. Desta forma, a revolta militar foi vencida e cai por terra a primeira tentativa de implementar em Portugal o regime Republicano (*cf.* “Diário Ilustrado”, 2 fevereiro 1891:1). Eça poderá ter retratado os combates, na passagem textual *infra*:

Creio que dei cabo de dois homens... Ficaram numa poça de sangue! Não digas que vais da Torre, que te podem atacar! Mas sabe o que sucedeu, se estão mortos!... (Queiroz, 1900: 290).

E desse trovão, rolando por todo o Norte, se encarregava ele com delícia. Libertava a cidade de um governador detestável (*Idem*: 112).

Na cidade do Porto foram cancelados todos os direitos individuais durante 30 dias, o que permitiu às autoridades prenderem qualquer pessoa sem culpa formada (*cf.* “Diário Ilustrado”, 2 fevereiro 1891: 1). Passado um mês, essa interrupção da liberdade individual foi prorrogada (*cf. Idem*, 28 fevereiro 1891: 2). São suspensos todos os jornais e periódicos que publiquem artigos contra a segurança do Estado (*cf. Idem*: 2). “A República”, a voz do Partido Republicano, na sua edição de 31 de janeiro, não fez qualquer alusão à rebelião e não foram encontradas as edições seguintes, pelo que talvez tenha reiniciado a publicação dois meses após esta revolta. O narrador em *A Ilustre Casa de Ramires*, esclarece sobre a imprensa:

Esse jornal da oposição, o “Clarim de Oliveira”, nem uma denúncia, nem uma alusão?... (Queiroz, 1900: 110).

A “Gazeta do Porto”, atribuindo o atentado à Política, ultrajava furiosamente o Governo. O “Liberal Portuense”, porém, relacionava com certas vinganças dos republicanos de Oliveira o pavoroso atentado que quase causa a morte de um dos maiores fidalgos de Portugal e de Espanha e um dos mais pujantes talentos da nova geração! (*Idem*: 309).

A verdadeira dimensão do confronto armado pode ter sido ocultada pelas entidades governamentais, conforme informação de diversas notícias publicadas na época: “Correu muito sangue. Há muitas vítimas entre os que se mantiveram fieis à

sua bandeira e à causa da ordem pública,” incluindo 11 populares (*cf. Diário Ilustrado*, 1 fevereiro de 1891: 2 e 3); Na publicação do dia seguinte, foram contabilizados 8 mortos e cerca de 3 dezenas de feridos. “Consta, porém, que ainda há mais mortos” (*Idem*, 2 fevereiro de 1891: 2); O mesmo periódico documenta que “o número de mortos ascende a 100” (*Idem*, 5 fevereiro 1891: 2). Estórias proferidas por populares afirmaram que “foram sepultados centenas de corpos em vários cemitérios” (Abreu, 1912, Capítulo XX). “Em todos os rostos havia um ar dolorido, lutuoso, produzido pelos boatos que corriam, anunciando grande número de mortes.”¹⁰ Perante as incertezas acerca do número de falecidos, poderemos concluir que o governo ocultou a realidade dos acontecimentos. Eça salienta no seu romance a possibilidade da existência de mártires:

Vai ler um artigo que escreveu para o “Boletim de Guimarães”, sobre as formas de fabricar ossos mártires (Queiroz, 1900: 101).

Lá no cemitério de S. Miguel... E agora, sr. Gonçalo Ramires, o despotismo campeia, desenfreado! (*Idem*: 111).

Foram recuperadas e guardadas no Quartel-general 207 armas e vários equipamentos. Também, a realização de buscas culminou com a apreensão de armamento e uniformes, incluindo um de oficial da Guarda Fiscal (Crespo, setembro de 1982: 18). Segundo uma informação policial, os despojos dos revoltosos é vasto e variado. Em alguns casos excede uma centena de unidades, como se indica:

147 espingardas, 147 terçados, 1 espadim de official, 3 espadins de musicos, 1 bainha de espada de cavallaria, 147 patronas, 176 cinturões completos, 197 cananas, 14 cantis, 12 mochilas, 92 capacetes grandes, parte dos quaes sem a corôa real, 13 bonets da guarda fiscal, 9 instrumentos musicos, uma corneta, dois tambores, 39 capotes, um capote de official, 23 jaquetas, a maior parte das quaes pertencentes a sargentos, 173 massos de cartuchame embalado com vinte tiros cada um, 227 massos com dez tiros e uma grande porção de balas soltas (Abreu 1912, Capítulo XX).

¹⁰ Fernando de Sousa. “O Jornal de Notícias e a revolta de 31JAN1891”. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 261. In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2216.pdf> (consultado em 22 de novembro 2011).

Dos participantes na revolta militar, 505 militares e 22 civis foram presentes a Conselho de Guerra. O tribunal funcionou no vapor Moçambique, na corveta Bartolomeu Dias e no navio India que permaneceram fundeados ao largo de Leixões. As condenações variaram com prisão até 10 anos e 15 anos de degredo em África. Os pioneiros da República, não tiveram direito a um julgamento no solo da Pátria, onde sentiriam outro apoio familiar e popular. Eça de Queirós parece destacar as penas de degredo, a que foram condenados os implicados no “31 de janeiro”, na seguinte passagem narrativa:

[O Noronha] obtendo deste nefasto Governo que fosse transferido ou antes arrojado, cruelmente exilado, com a família de três delicadas senhoras, para os confins do Reino, [para o inferno, para o Algarve] para a mais árida e escassa das nossas províncias, por o não poder empacotar para África no porão sórdido de uma fragata! (Queiroz, 1900: 113 - 114).

Os revoltosos do “31 de janeiro” sonharam com a liberdade do Casco. A liberdade da personagem Casco pode simbolizar metaforicamente a prisão de cerca de quinhentos revoltosos, no casco¹¹ de três navios fundeados ao largo de Leixões, à espera para serem interrogados e sentenciados pelos juízes que constituem o Tribunal Militar¹²:

— É que está lá a mulher do Casco a levantar uma celeuma [...]. Apareceu aí por baixo da água, com os pequenos, até um de mama. Quer por força falar com o senhor doutor. E não se cala, lavada em lágrimas, de joelhos com os filhos, que é mesmo uma Inês de Castro! (Queiroz, 1900: 159).

— Veio por baixo de água. Até um dos pequeninos está bem doentinho, ainda não fez senão tremer... (*Idem*: 160).

— Ai, meu rico senhor, tenha compaixão! Ai, que me prenderam o meu homem, que mo vão mandar para África degredado! (*Idem*: 161)

¹¹ “Casco”, corpo de embarcação sem superestrutura, mastros aparelhos e demais acessórios (Houaiss, 2003: 833); A parte do navio, afora a mastreação e aparelho (Bivar, 1948: 646).

¹² V. “Diário Ilustrado”, 27 fevereiro, n.º. 6:432: 2; *Idem*, 1 março, n.º. 6:434: 2; *Idem* 2 março, n.º. 6:455: 2; *Idem*, 3 março, n.º. 6:435: 2 e *Idem*, 4 março, n.º. 6:410: 1 e 2.

Por Decreto nº. 8001, de 30 de janeiro de 1922, é atribuído o grau de oficial da Ordem de Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito ao Batalhão nº. 3 da Guarda Fiscal, pela sua participação na Revolta de 31 de Janeiro:¹³

Atendendo ainda a que é de inteira justiça que a data de 31 de Janeiro do corrente ano, aniversário do movimento patriótico que há 31 anos se efectivou na cidade do Porto, onde a Guarda Fiscal se nobilitou pelo seu denotado esforço e bravura em prol da Pátria e da República, fique inteiramente ligada àquela corporação e desejando o Governo da República vincar por actos de reconhecimento essa heróica acção;... seja conferido com carácter excepcional, ao Batalhão nº. 3 da Guarda Fiscal o grau de oficial da Ordem de Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito.

O ultimato inglês de 1890 promoveu a revolta dos Sargentos. Após a derrota dos revoltosos assistiu-se a um lavar de mãos pelos elementos afetos ao Partido Republicano e à Maçonaria. “A derrota – memorável pelo rasto quase épico que deixou” apadrinhou as cores do estandarte aceite pelos republicanos, pois os “sublevados”, declinaram as cores azuis e branca, adotadas pela monarquia liberal (Rita/Vila Maior, 2011: 16).

Por tudo o que está a florado no presente trabalho, o “31 de Janeiro” porventura não foi apenas uma aventura nortenha, mas sim uma verdade calada pelo poder governamental de então e o berço dos atuais símbolos nacionais.

As estórias narram a voz dos derrotados que não têm voz. Segundo esta reflexão pessoal, participaram na revolta talvez mais de 1.000 militares e foram presentes a Conselho de Guerra, apenas 500. Neste sentido, é possível que durante a Revolta do Porto tenham falecido centenas de pessoas e não pouco mais de uma dezena e quatro dezenas de feridos, conforme a História elucidada. Esta obra de Eça pode espelhar a verdade calada sobre o “31 de janeiro”. Deste modo, a narrativa literária complementa a verdade oficial plasmada na História.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade é a divisa do Grande Oriente Lusitano (GOL), maçonaria portuguesa desde 1802 (cf. Braz, 2011: 48-49). Durante o final do séc. XIX, esta organização apoiou o Partido Republicano, além de ter estado implicada

¹³ Júlio Aires Crespo, Capitão (1982). “A Guarda Fiscal na Revolta do Porto – 31 de janeiro de 1891”, revista da Guarda Fiscal, nº. 4, 5, e 6. *In* http://guardafiscal.org/index.php?option=comm_content&view=category&layout (consultado em 24 de novembro de 2011).

na Revolta do Porto. A república brasileira e o GOL podem ter influenciado o verde rubro aprovado para o Estandarte Nacional. Estas cores também foram acarinhadas pela Carbonária portuguesa de 1910. O estandarte do Clube Republicano, fundado em 1887, na cidade brasileira de Paranaguá, é muito semelhante ao que foi hasteado na Câmara Municipal do Porto, na manhã de 31 de janeiro de 1891. Além do que foi aflorado, nos brasões, da cidade do Paranaguá, dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, bem como do Rito Escocês brasileiro, o verde rubro é rei (v. Anexo V: 157 - 162).

Após o insucesso da primeira tentativa de implementar em Portugal o Regime Republicano, o Grande Oriente Lusitano (GOL)¹⁴, porque representa a defesa da “República, da Democracia e da Liberdade” (Braz, 2011: 51), não desistiu dos seus objetivos. A Maçonaria apoiada pelo seu braço armado, a Carbonária Portuguesa contribuiu para a Proclamação da República em 5 de outubro de 1910 (*Idem*: 106). O rei D. Carlos e o príncipe regente, “caíram às balas de dois membros da Carbonária” (*Idem*: 107). No entanto, esta organização tornou-se inconveniente:

Uma vez implantada a República, a luta dos partidos contribuiu poderosamente para a dissolução da Carbonária. Tinha deixado de ser necessária e torna-se uma organização incômoda.

Acima dos altos interesses da Pátria tinham-se, entretanto, colocado as conveniências dos bandos políticos que disputavam o poder.

Manter a Carbonária era, pois, impossível (*Idem*: 111).

¹⁴ Grande Oriente Lusitano Unido — 1869/1935, In <http://www.gremiolusitano.pt/homepage/1869-1935> (consultado em 25 de novembro de 2016).

2.3 – *A liberdade de pátio*¹⁵, de Mário de Carvalho: o recurso à metáfora

Do ponto de vista de Mário de Carvalho, o conto como género literário possui raízes ancestrais, tem sido um fator de sedução e de união da comunidade: *As Mil e uma noites* poderá disso ser um exemplo. Por sua vez, os contos populares apresentam uma narrativa sobretudo lúdica e moralizante. O conto literário bebeu nos seus antecessores os princípios orientadores da escolha das temáticas a abordar, alavancadas sempre nas raízes identitárias da sociedade. O conto na oralidade surge em oposição ao romance, cuja prioridade é a escrita e a leitura. As “short stories” de um modo geral contrariam a dimensão mais ampla do romance:

Não há dúvida de que esta limitação de extensão arrastou outras limitações que tendem a ser observadas: um reduzido elenco de personagens, um esquema temporal restrito, uma acção simples ou pelo menos apenas poucas acções separadas, e uma unidade de técnica e de tom (...) que o romance é muito menos capaz de manter (Bonheim, 1982: 166).

As narrativas do conto são caracterizadas por uma reduzida extensão, na acção, nas personagens e no tempo. No que diz respeito à acção, o conto concentra os eventos e dispensa as passagens secundárias, típicas do romance. Desta forma, é mais eficaz na sedução ao leitor. Por sua vez, as personagens são articuladas à estrutura do texto, ou seja, não se apresentam como figuras complexas, podendo mesmo confundir-se com o espaço. A baliza do tempo determina o percurso das personagens, em que com alguma frequência é dispensado o tempo histórico. O narrador desvaloriza o sumário, a elipse e a pausa descritiva. O conto é caracterizado por uma economia temporal, em

¹⁵ Mário de Carvalho venceu o prémio literário Fundação Inês de Castro, com o livro de contos, *A liberdade de pátio*. In <http://www.publico.pt/cultura/noticia/mario-de-carvalho-e-gastao-cruz-recebem-premios-ines-de-castro-1619073> (publicado em 09 de janeiro de 2014 e consultado em 30 de março do mesmo ano). A mesma obra literária foi atribuído o Grande Prémio do Conto Camilo Castelo Branco. “Mário de Carvalho vence Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco”. In http://www.cm-vnfamalicao.pt/mario_de_carvalho_vence_grande_premio_de_conto_camilo_castelo_branco. (publicado em 2 de outubro de 2014 e consultado em 16 de abril de 2016).

comparação com o romance. A unidade de ação é uma marca insanável, bem como a coesão temático-ideológica (cf. Reis, 1998: 78 - 81).

Segundo Mário de Carvalho, o conto não é um género literário menor em relação ao romance. “Sobre o conto tem-se instalado de facto esta ideia peregrina, é o despautério” (Anexo III:139) Este autor destaca vários contistas e a atribuição do prémio Nobel da Literatura a Alice Munro, em 2013.

De acordo com a perspetiva de Abel Baptista, *A Liberdade de pátio* é um livro sobre a liberdade. Esta liberdade apresenta-se com duas vestes: uma das liberdades é boa já que obriga o leitor a ler, a interpretar, a pesquisar e a aprender; a outra representa o pior da condição humana. É a prisão, todas as privações e ações nefastas a que o ser humano é submetido. Nesta obra literária é possível ler uma construção alegórica porque nós muitas vezes abdicamos da nossa liberdade em nome de valores que julgamos serem maiores. (cf. Anexo III: 136):

Isto é um ato de cinismo, movimentar-se num quadrado do tamanho de um livro. Pode movimentar-se ao seu belo prazer, ali, mas é a liberdade de pátio. Isto significa que estamos a ler uma história sobre a liberdade (*Idem*: 137). Ele tem sempre as algemas, ele está sempre sujeito aos piolhos, ele está sempre sujeito à autoridade de outra pessoa [...]. Isto é para o leitor perceber que isto é um livro sobre a liberdade (*Ibidem*).
[...] O conto [“A liberdade de pátio”] tem toda a informação que é preciso e ao mesmo tempo, toda a margem de liberdade necessária para nós pensarmos no que quisermos (*Ibidem*).

Por sua vez, Mário de Carvalho defende que é um privilégio um preso conseguir a “Liberté de Préau”. Também o escritor sustenta que *A liberdade de pátio* pode funcionar como uma alegoria da condição humana. O leitor encontra-se preso numa narrativa e não se pode movimentar livremente, porque as muralhas da interpretação envolvem o texto (cf. *Idem*: 138).

Esta obra literária é composta por sete contos que retratam com refinada e provocante ironia as impiedades do homem. Nestas sete estórias, o leitor depara-se com distopias¹⁶ quotidianas que se convertem através do narrador numa superlativa metáfora social.

¹⁶ [utopia] “1 qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político e económicas verdadeiramente comprometidas com o bem estar da comunidade. 2

Além da temática da liberdade, Mário de Carvalho é um autor interessado na ciência histórica, na cultura, no poder económico e político. Tais textos, no fundo, interligam-se com a liberdade do homem e com o homem em liberdade.

Uma escrita sustentada por metáforas descreve as imperfeições de uma sociedade incapaz de hastear o estandarte de um ideal utópico. Numa ação intemporal, o autor fixa a atenção do leitor, o que permite a sua envolvência no texto. Um narrador comprometido com a denúncia de verdades inconvenientes pinta a sociedade, obriga o leitor a beneficiar das possibilidades de interpretação e do espelhamento oferecido pela linguagem escrita. Mário de Carvalho elabora uma grafia diversificada e misteriosa, logo, sugere ao leitor um estudo de diversas fontes do saber.

Também reina um elemento para textual, composto por um código literário que aconselha rumos de leitura e atribui um título a cada conjunto de contos: “NÉVOAS”¹⁷ (“A cabeça de Mânlio” e “A liberdade de pátio”), “ESGARES”¹⁸ (“Os Caminhos do sucesso”, “A força do destino” e “O passe social”) e “VINCOS”¹⁹ (“Vacilação” e “As estátuas de sal”).

Por vezes, o leitor encontra enigmas textuais (ex. “cabeça de Mânlio”), complementados com constantes chamadas de atenção para alguns abusos levados a efeito pelo homem: a destruição de livros, a incultura demonstrada pelo responsável

projecto de natureza irrealizável, ideia generosa, porém impraticável, quimera, fantasia. 3 [...] no marxismo, modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à organização social existente, porém inexecutável por não estar vinculado às condições políticas e económicas da realidade concreta. Cf. *socialismo utópico*. 4 [...] em sociólogos como Karl Mannheim (1893 - 1947) ou filósofos como Ernst Bloch (1885 - 1977) projecto alternativo de organização social capaz de indicar potencialidades realizáveis e concretas numa determinada ordem política constituída, contribuindo desta maneira para a sua transformação. [...] lat. *utopia*, nome dado por Thomas More (humanista inglês 1477 - 1535) a uma ilha imaginária, com um sistema sociopolítico ideal; formado com o gr. *ou* (do adv. de negação) + gr. *tópos* ou lugar. (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2003: 3647).

Utopia, projecto ou sonho de uma sociedade e, por extensão, de um futuro desejável, mas tido por quimérico; concepção impossível de realizar-se; fantasia”. (*Dicionário da Língua Portuguesa*. 5ª. edição. Porto: Porto editora: 1457).

Com a inclusão do prefixo “dis” a palavra exprime a ideia de negação ou oposto. “dis”³) “negação, oposição” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2003: 1362).

A distopia na literatura, como género, abre verdadeiras caixas de Pandora, numa tentativa quase periférica em relação ao futuro. O prefixo grego “δυσ-” (days - / dis -), que remete para qualidades como a “maldade”, a “anormalidade” ou “dificuldade”, aglutinando à palavra grega “τόπος” (“topos” - lugar), perfaz a palavra que conhecemos hoje como distopia (Castro, 2014: 46);

¹⁷ A névoa simboliza o indeterminado, a fusão dos elementos ar e água, o obscurecimento necessário entre cada aspecto delimitado e cada fase concreta da evolução. A “nevoa de fogo” é a etapa da vida cósmica que aparece depois do estado caótico, e corresponde à ação dos três elementos anteriores ao sólido (Cirlot, 1984: 406);

¹⁸ Esgar - trejeito, jeito do rosto, careta de escárnio [...] opinião, ponto de vista, acto de olhar, vigiar; [...] ação de levar algo em consideração, de dar atenção;” [...] (Franco, 2003: 1577);

¹⁹ Vinco - ruga, sulco ou prega da pele. Estava velha, cheia de vincos na face. 3 Marca, ranhura, vergão ou sulco sobre uma superfície qualquer ou sobre a pele.4 fig. marca profunda, influência “o novo governo vai combater os antigos v. da corrupção” (Franco, 2003: 3708).

do departamento cultural do município. Espelha, sobretudo, uma crise cultural, complementada com uma apurada crítica aos excessos da economia neoliberal e à penetração do gigante asiático no mercado europeu. A alusão a um Presidente da República com poderes divinos pode representar uma viagem cultural à época do Rei Sol. A riqueza intertextual munida do recurso à paródia lembra ao leitor que poderá ser necessário munir-se de uma espécie de enciclopédia literária. Mário de Carvalho ostenta o pavilhão da ironia, da sátira refinada e certa. As narrativas giram por comportamentos sociais privados de deveres morais. Das temáticas eleitas destacam-se a burocracia (uma das possíveis causas da corrupção) e a ligação dos “média” ao poder económico. A palavra “liberdade” ocupa um lugar de relevo, transformando-se no verdadeiro estandarte de Mário de Carvalho.

O narrador estabelece um pacto lúdico e provocador com o leitor, convidando-o a entrar no jogo ficcional de verossimilhança²⁰. O comportamento das personagens é apresentado de modo metafórico e simbólico, conduzindo o leitor a um sentimento estranho de divertimento e de tristeza, pois os caminhos da utopia são de difícil trilha.

Paixões proibidas parecem impor-se como os ingredientes fundamentais na narrativa. Todavia, o autor não se desvia do rumo traçado, ou seja, a crítica a uma sociedade que se encontra ameaçada. Para atingir tal meta, a narrativa consagra a máscara da desumanização.

Mário de Carvalho intercala nas suas narrativas passagens históricas. “Eram Brotz e Krutz, os expurgadores do castelo” (Carvalho, 2013: 17). Nesta exposição textual, pode ser lida uma alusão ao Holocausto, durante a 2ª. Guerra Mundial; As tempestades do Douro lembram “os canhões da Flandres”²¹ (cf Carvalho, 2013: 33), numa alusão à 1ª Guerra Mundial; Uma personagem entra na sede da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), o que pode refletir as prisões políticas durante o regime salazarista (cf. Carvalho, 2013: 80); “uma italiana impecavelmente penteada, muita asa de corvo, de ar permanentemente assustado, voz sussurrada, que tinha um apartamento à Marquês de Tomar, alegadamente pago por um conde”

²⁰ Plausibilidade, probabilidade, aparência ou semelhança de verdade. Uma obra cuja acção e cujas personagens parecem “aceitáveis” aos leitores e “fazem sentido” como representação adequada da realidade diz-se que tem verossimilhança. Esta qualidade, seja ela verdade e o realismo de *As Vinhas da Ira*, de John Steinbeck, ou o poder imaginativo da *Servidão Humana*, de Maugham, atinge-se mediante uma hábil selecção e apresentação de tudo aquilo que, na convicção do leitor, constitui o material de que a vida é feita” (Shaw, 1978: 473);

²¹ “Cavaleiros da Flandres”. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/CalvariosdaFlandres_ACasimiro_IGM_rarbib/CalvariosdaFlandres_A_Casimiro_IGM_rarbib_master/CalvariosdaFlandres.pdf (consultado em 13 de março de 2016).

(Carvalho, 2013: 85). A referência a esta personalidade sugere ao leitor uma viagem ao regime liberal de Costa Cabral (Cabralismo), durante a segunda metade do século XIX, e à Revolução de Maria da Fonte²². Deste modo, o narrador promove uma mistura textual, entre a ciência literária e a histórica.

Talvez, com o objetivo de criticar a sociedade, Mário de Carvalho “entrelaça o realismo quotidiano e o fantástico, a verosimilhança e o insólito, o passado histórico e o presente, a crítica sarcástica e o grotesco, a reflexão provocatória e o absurdo, o divertimento metaficcional e a paródia” (Martins, 2011: 463).

O primeiro conto, “A cabeça de Mânlio”, gera uma enigmática interrogação sobre qual será o seu significado. O escritor recua no tempo, até ao Império Romano, já que Marco Mânlio Capitolino foi cônsul romano durante o ano 392 a. C.. Apesar de ter sido considerado um herói, a sua cabeça rolou e os carrascos atiraram o seu corpo do alto de uma rocha.

“A cabeça de Mânlio não era muito pesada, pelo menos de início, nas primeiras ruas que percorri” (Carvalho, 2013: 9). Caso o leitor faça uma analogia da cabeça humana à sabedoria, também é possível socorrer-se de uma interpretação metafórica de um texto Bíblico:

A sabedoria é muitas vezes mais útil aos outros do que àquele que a possui.
[...]

E vivia nela um sábio pobre, que livrou aquela cidade pela sua sabedoria, e ninguém se lembrava daquele pobre homem (*Bíblia Sagrada - Livro do Eclesiastes*, 2011: 602).

Talvez o narrador pretenda transmitir a mensagem de que muitas vezes a sabedoria é incompreendida e desprezada, como a personagem que transporta a misteriosa cabeça.

O narrador auto-diegético percorre as ruas da cidade com a cabeça de Mânlio acondicionada numa caixa. As pessoas com quem se cruza demonstram uma especial atenção porque transporta uma enigmática parte do corpo humano. Nesta estória a

²² “Marquês de Tomar — António Bernardo da Costa Cabral. Restauração da carta constitucional. Cabralismo (1834 – 1844) 1ª Divisão, 25ª Secção Inventário de Documentos”. In http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia_de_Fundos/Documents/1-25%20Restaura%C3%A7%C3%A3o%20da%20Carta%20Constitucional_%20Cabralismo%20_1837-1844.pdf (consultado em 24 de janeiro de 2016).

personagem desempenha um papel irracional na ação e destaca o absurdo do ser humano. Ninguém quer recebê-la. Será o espelho da burocracia e dos atos irrefletidos do ser humano?

Um homem estava sentado a uma secretária, na minha frente. Outro, junto duma mesa mais pequena, carimbava velozmente resmas de papeis.

_ É você que traz a cabeça de Mânlio? (Carvalho, 2013: 11).

[...]

_ Pois. Faltam-nos os talões;

E voltou à sua tarefa. O outro apareceu, por instantes, leu um extenso documento.

De repente, levantou os olhos para mim e perguntou:

_ Então, ainda está aí? Não ouviu o que disse o Joll? Esgotaram-se os talões. Fica para outro dia.

_ Tenho então que levar a cabeça de Mânlio de volta?

_ Faça como entender.

_ Assim fiz (*Idem*: 11-12).

Numa narrativa aberta, a personagem, cuja identidade é indeterminada, continua a carregar o seu problema por resolver, ou seja, a sua “cabeça de Mânlio”. No entanto, outras leituras poderão ser aceites, se o leitor tiver em consideração os vários escritos existentes sobre o significado do substantivo, cabeça. Por exemplo, na arte medieval, a “cabeça mágica” representa a luz dos astros. Segundo Platão, o narrador Timeu afirma que a cabeça humana é a imagem do mundo. Por sua vez, Leblant defende a ideia de que o crânio significa o céu (*cf.* Cirlot, 1984: 129). Além destas, outras interpretações podem ser encontradas.²³

²³A cabeça simboliza geralmente o ardor de princípio activo. Inclui a autoridade de governar, de ordenar e de esclarecer.

Pela sua forma esférica, a cabeça humana é comparável, segundo Platão, a um universo. É um microcosmos.

Todos estes sentidos convergem para o simbolismo do uno e da perfeição, do sol e da divindade.

Os Gauleses cortavam a cabeça dos seus inimigos derrotados e levavam-nas triunfalmente consigo, atadas ao pescoço dos seus cavalos. Os troféus eram conservados com cuidado, se necessário, em óleo de cedro. O tema da cabeça cortada é frequentemente na numismática Gaulesa e em toda a plástica Gaulesa e galoromana. Os Irlandeses não agiram de forma diferente, e a epopeia insular apresenta alguns exemplos de guerreiros a transportarem a cabeça do inimigo vencido em combate singular. A cabeça simboliza também a força e o valor guerreiro do adversário, juntando-se aos do vencedor, e a degolação garantia ainda a morte deste mesmo adversário. A morte só era de facto conseguida, segundo as concepções célticas, quando eram atingidas as membranas do cérebro. As cabeças cortadas pelos guerreiros do Ulster eram conservadas na corte do rei Conchobar, numa edificação especial, *A Ala Vermelha*, contrapartida mítica do santuário de Entremont (Bouches-du-Rhône), no sul da Gália. A cabeça do rei galês Bran, levada pelos seus companheiros da Irlanda, onde foram vencidos, é enterrada em Gwynrryn, “colina branca”, em Londres. A ilha da Bretanha não deverá sofrer qualquer invasão, enquanto não for descoberta. Da mesma forma, na altura dos Romanos, ao fazerem as escavações de um templo de Júpiter,

Nos contos “A cabeça de Mânlio” e em “A liberdade de pátio”, a névoa pode representar uma espécie de cegueira branca (cf. Saramago, 2013: 9 e 13), também retratada por José Saramago em *Ensaio Sobre a Cegueira*. Este olhar sem ver, logo, sem corrigir o que está mal, tende a dialogar com o Nobel da Literatura, dando a ver a intertextualidade na escrita de Mário de Carvalho.

No segundo conto, que dá título ao livro, o texto narrativo incide sobre a prisão de um professor. As descrições cínicas e críticas recaem na condução do prisioneiro à cadeia e nas péssimas condições a que este se encontra sujeito. A privação da liberdade e a alusão à sede da polícia política convida o leitor a uma viagem mental à ditadura portuguesa, derrubada em 25 de abril de 1974, pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). O regime salazarista surge caracterizado pela falta de liberdade potencializada pelas atrocidades executadas pela PIDE, durante as inquirições, numa época de perseguições e de prisões políticas em Portugal. (cf. Dias, 2014: 32-33).

A prisão e “a liberdade de pátio” representam o pior da raça humana. Não interessa saber a localização do cativo, nem por que motivo o professor está preso. Por outro lado, “a liberdade de pátio” pode ser uma coisa salutar. O leitor pode beneficiar da liberdade de interpretar o texto (cf. Anexo III: 137 - 138). Esta narrativa permite analisar o despropósito do ser humano:

A velha fechadura estremeceu, resolveu-se, estrepitou e uma criatura fardada de cinzento, com um avental de caqui, entrou pela porta, acompanhada do sargento. Trazia um enorme cesto e começou imediatamente a pôr a mesa: toalha alvíssima com rendas e anagramas, prato de fina porcelana, gomil e talhares de prata (Carvalho, 2013: 18).

Apesar de o atendimento ser refinado, ao professor apenas é servido pão e água e não pode ler nem escrever. Porém, como o detido se porta de modo correto, é informado pelo sargento-mor que tinha ganho “a liberdade de pátio”. Dessa forma, já

descobriram na terra um crânio de dimensões excepcionais, e os adivinhos interpretaram este facto como um sinal da futura grandeza de Roma, que tornar-se-ia a cabeça do mundo.

Existem estátuas cefalóforas, uma personagem decapitada transportando a sua própria cabeça nas mãos, como a de S. Dinis, primeiro bispo mártir de Paris, na Notre-Dame. A lenda e a sua representação simbolizam a crença de que o carrasco não tirou a vida à sua vítima, que Dinis continua a viver e a agir espiritualmente, que domina pelo espírito o poder que o matou. O espírito da vítima, simbolizado pela cabeça, não só subsiste, como continua a ser transportado na própria terra, como pelo corpo do mártir, por todos os que compartilham a mesma fé (v. Chevalier/ Gheerbrant, 1982: 136-137).

pode ver a luz do dia entre as altas muralhas do castelo e olhar para os soldados nos pontos de vigia.

Neste texto, caracterizado por uma ironia apurada e por uma crítica certeira ao comportamento humano, parece-nos possível ler duas metáforas. Em primeiro lugar, o professor representa o expoente máximo da divulgação do saber e da liberdade. Neste sentido, a custódia do professor simboliza a apreensão do conhecimento e da liberdade. Por outro lado, a sociedade, também parece viver numa simbólica “liberdade de pátio”, cujas muralhas do castelo se metamorfoseiam nos elevados impostos, no desemprego, na pobreza, na emigração, na mentira, na concorrência despida de ética, na corrupção, na falta de palavra e numa crise cultural pautada pela ausência de valores morais. Esta é uma possível construção metafórica e mesmo alegórica de uma sociedade ameaçada.

A escrita de Mário de Carvalho tende a viajar pelos ideais da Revolução Francesa. O seu conceito de liberdade é amplo e *A liberdade de pátio* parece aproximar-se da utopia germinada no seio dos pensadores Iluministas. A Cidade Luz não só serve de inspiração ao título da obra, como os seus pensadores poderão, talvez, ter influenciado o narrador:

A liberdade de pátio é baseada em qualquer coisa que li sobre a Bastilha. A Bastilha não estava ao alcance de qualquer pessoa, eram os convidados do rei, era preciso estatuto. [...] Voltaire chegou a dizer: Agradeço muito a Sua Majestade que me alimente mas preferia que não tratasse do meu alojamento. Para uma senhora que lá esteve aqueles foram os melhores tempos da vida dela, porque namoriscava, usando a tal “liberté de préau”. Isso passava-se no século XVIII, do Luís XVI, e a Bastilha era muito bem frequentada (Dias, 2014:29).

No conto “A força do destino”, quatro professores aposentados encontram-se casualmente num jardim e conversam sobre o destino a dar às suas bibliotecas. Numa época onde os meios tecnológicos são fundamentais, os jovens desprezam os livros em formato de papel, em detrimento dos e-books, A neta mostra ao avô “uma tablete de chocolate” (Carvalho, 2013:52), na qual cabem todos os livros da biblioteca. Os livros servem para amortecer os projéteis:

- _ Quem foi o idiota que encheu a trincheira de papelada?
- _ Livros, chefe, havia milhares de livros velhos naquela... Temos aqui um espaldão de três metros de livros, quase todos encadernados. As balas embebem-se e perdem força (Carvalho, 2013: 56).

Neste conto, Mário de Carvalho sonha com a transformação de um antigo armazém chinês numa biblioteca (cf. Carvalho, 2013:54). Esta biblioteca pode significar o conhecimento e a esperança para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana baseada na ciência. Esse espaço cultural seria guarnecido com os títulos pertencentes aos quatro professores aposentados (cf. Carvalho, 2013: 54).

Apesar de todos os escritores serem importantes, principalmente num contexto regional, o autor salienta que o responsável pelo departamento da cultura da Câmara Municipal, após a exposição de exemplares de autores de reconhecido mérito literário, questiona: “Os senhores não têm assim nada mais acessível?” (Carvalho, 2013: 55). Se o leitor ler uma crítica nesta passagem narrativa, então, talvez seja oportuno fazer uma careta de escárnio ao suposto diretor que desconhece autores como Victor Hugo, Balzac, Alexandre Dumas, Roger Martin du Gard, Camilo, Eça, Saramago, Aquilino e Cardoso Pires (cf. *Ibidem*). Torna-se necessário estar atento ao “Presidente da República de Portugal [que] curou um cego pela mera imposição de uma das mãos” (Carvalho, 2013: 50). Neste excerto, o narrador pode estar a convidar o leitor a outra viagem no tempo, desta vez à época do poder absoluto e Divino de Luís XIV, o Rei Sol. No Séc. XVII e início do Séc. XVIII, este monarca absolutista era considerado o legítimo representante de Deus na Terra. Os nobres morriam de gula no palácio de Versalhes enquanto o povo morria à fome em Paris e arredores.

Em “Vacilação”, um comandante da Marinha não sabe lidar com uma negação. A funcionária bancária recusa a oferta do machado pré-histórico. Talvez porque não pretende envolver-se amorosamente com o comandante ou porque declina ligações pessoais com o negócio de armas e de diamantes. O apaixonado tenta oferecer um machado pré-histórico a Laura. Tão rara e valiosa oferta não é aceite: “— Não quero, Valdemar, não vale a pena. E repeliu o machado de anfíbolito” (Carvalho, 2013: 75).²⁴

²⁴ O machado fere e corta, vivo como um relâmpago, com o ruído e, às vezes, com faíscas. É por isto, sem dúvida, o que todas as culturas o associam ao raio e, portanto, à chuva: e que o conduz aos símbolos da fertilidade. Os exemplos e desenvolvimentos desta linha simbólica fundamental são múltiplos.

Neste conto, o narrador satiriza sobre a eventual interferência da administração nos órgãos de comunicação social, no texto a publicar: “Como se sabe, os proprietários nunca intervêm no conteúdo dos jornais. Especialmente nos dias ímpares, pela manhã” (Carvalho, 2013: 44).

Por sua vez, “Os caminhos do sucesso” é complementado com o subtítulo “Esta história baseia-se em factos reais” (Carvalho, 2013: 29). A narrativa foca-se no poder económico chinês, na influência da comunicação social, na liberdade de imprensa e na cultura “Wikipédia”²⁵. A estória destaca também a internacionalização de um prato típico português. O caldo verde é um produto universal (*Idem*: 39 e um sucesso na China (*Idem*: 46). Uma multinacional com sede em Londres comercializa em larga escala o caldo verde português. No texto poderá estar implícita uma crítica à globalização da economia:

_ Desculpe, senhor juiz, mas não ia falar do caldo verde?
_ Perguntou o professor distraidamente. _ É que, há bocado, na estrada, quando vinha para cá, ultrapassei dois camiões-cisterna do Caldo-Verde, Green Broth, London, Ld^a., e pensei que ... (Carvalho, 2013: 33).

A China é eleita pelo narrador como uma potência económica, já que conquista o mercado europeu. Para uma unidade empresarial apresentar resultados operacionais positivos, a internacionalização de uma marca ou de um produto manifesta-se como uma estratégia exigível ao sector de atividade. A combinação de uma especialidade

Tanto entre os Maias como no mundo ameríndio moderno, entre os Celtas ou na China do T'ang, o machado de pedra é chamado “pedra-de-raio”: diz-se, comumente, que caiu do céu. E, reciprocamente, os Dogons e os Bambaras do Mali dizem que o raio é um machado que o deus das águas e da fecundidade lança do Céu sobre a Terra. E por isso que os machados de pedra são guardados nos santuários reservados a esse deus e utilizados nos rituais sazonais, ou para combater a seca. São colocados também nas sementeiras, para que a força fecundante de que as pedras estão carregadas active a germinação.

Tendo o poder de atrair a chuva, o machado tem também o de a fazer parar, no caso de se tornar excessiva: é o que, sempre na África negra, asseguram os Azandes (EVAS). Em muitas lendas do Camboja e dos montanheseos do Vietname do Sul, o machado, sendo a arma do trovão, é emblema de força. Entreabre a Terra e penetra nela: isto é, o machado representa a união da Terra com o Céu, a sua fecundação. Fende a casca das árvores: é um símbolo de penetração espiritual (até ao coração do mistério), bem como um instrumento da libertação (v. Chevalier/ Gheerbrant, 1982: 429-430);

²⁵ “A Wikipédia” é um projeto de enciclopédia coletiva universal e multilíngue estabelecido na Internet sob o princípio “wiki” (rápido). Tem como objetivo fornecer um conteúdo reutilizável livre, objetivo e verificável, que todos possam editar e melhorar. *In*

https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal (consultado em 15 de dezembro de 2015). OBS.: As temáticas pesquisadas carecem de confirmação por outras fontes, porque nem sempre têm aferição de especialistas ou de académicos.

gastronómica portuguesa com outra da culinária chinesa também tem apresentado um enorme sucesso:

Os seus camiões percorrem toda a Europa e consta que as embalagens de cartão verde, muito características, começam a ser largamente apreciadas na China. Ao que parece o caldo-verde dá um pitéu requintadíssimo, em combinação com os ninhos de andorinha (Carvalho, 2013: 45-46).

Todos olharam, apreensivos, o enorme camião TIR que manobrava aflito, para caber na rua que vinha ao largo. A inscrição “Green Broth”, naqueles avanços e recuos ruidosos, só não seria lida por quem estivesse completamente distraído (Carvalho, 2013: 47).

Para o narrador, o caldo-verde foi introduzido no mercado por Ricardo, “Coração de Leão”, numa época em que a Inglaterra espoliava os camponeses com impostos (*cf.* Carvalho, 2013: 46-47).

O escritor também faz um reparo a quem consegue sucesso apoderando-se do trabalho de outra pessoa. Ao realçar que de pouco servem as queixas em tribunal, a narrativa reprovaa o modo como funciona a justiça.²⁶

A estória sobre “O passe social” apresenta como personagem principal o funcionário do metropolitano, que persegue o atleta medalhado por este ter faltado à palavra dada. A figura pública desconhece o valor da palavra e é considerado um “vígara” (Carvalho, 2013: 61). “Palavra dada! Questão de princípio!” (*Idem*: contracapa).

Esta personagem, ao tentar adquirir o passe social, verifica que não possui numerário. O funcionário do metropolitano disponibiliza-se para adquirir o título de transporte porque estava perante uma pessoa com bons princípios éticos. O empregado do metro cumpre a sua palavra e o atleta internacional adquire o passe social noutra estação do metropolitano, faltando, desde modo, à palavra dada. O zeloso funcionário fica revoltado e segue o prevaricador, denunciando-o a todos os passantes:

— É ele — bramia, vejam-me o infame que não é capaz de cumprir a palavra dada. Olhem para aquela cara culpada, fixem-no bem. Já sabem em quem não se deve confiar quando ele, armado em sonso, vos aparecer pela frente (Carvalho, 2013: 60).

²⁶ V. Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Dec-Lei n.º 63/85 de 14 de março, com a atualização dada pela Lei n.º 49/2015, de 05 de junho.

No conto, “As estátuas de sal”, a ação reflete uma viagem à mitologia grega, nomeadamente ao “Tonel das Danaides” (Carvalho, 2013: 83 e Anexo IV: 148).

A narrativa faz alusão às detenções efetuadas pela PIDE, durante o Estado Novo, ocasião para este narrador invocar acontecimentos de há cinquenta anos. Numa manhã, um juiz desembargador, embaraçado, entrou na sede da polícia política, à Rua António Maria Cardoso, para se inteirar da prisão do filho (*cf.* Carvalho, 2013: 80).

Maria de La Salette Bexiga considera que a PIDE era uma força policial que representava a ordem autoritária do Estado Novo (*cf.* Bexiga, setembro de 2013: 42). Numa entrevista concedida a Ana Sousa Dias, em 2014, Mário de Carvalho convida o leitor a viajar até à época do regime salazarista. As perseguições políticas, as detenções ideológicas, os interrogatórios sob tortura, ou seja, a privação de liberdade caracteriza este período histórico:

Havia um Volkswagen verde sistematicamente atrás de mim, o LG-72-45, familiarmente conhecido por “Lígia”. Ora aparecia atrás de mim ora atrás da minha mulher e também na vigilância de alguns amigos. (Dias, 2014: 32).

[...]

Porque há dossiês meus que não estão na Torre do Tombo, estão dados como desaparecidos. É uma coisa que nunca percebi e que também aconteceu com um amigo meu, e que nos incomodou a ambos (*Ibidem*).

[...]

Simplesmente, no que toca à falta de liberdade, à opressão sobre os outros, ao domínio completo do aparelho do Estado, à vigilância, ao medo instalado, isto era um fascismo, não tenho dúvida (*Idem*: 33).

No tempo do marcelismo houve um excesso de ferocidade, picos de ferocidade na tortura do sono, como os casos do Fernando Valente e do José Pedro Soares que são pavorosos. Estive preso com gente que foi espancada brutalmente, com o corpo todo negro das pancadas que lhe davam. (*Idem*: 33).

No mesmo conto, um sargento, instrutor de equitação, envolve-se numa paixão proibida com uma instruenda (Carvalho, 2013: 92). O autor descreve a paixão entre a personagem Geraldo e a prima Matilde que, por sua vez, também se apaixona pelo monitor. Geraldo fica com rugas de tanto esperar pelo seu amor não correspondido, pois a amada Matilde apaixonara-se pelo sargento Dinis:

As mãos dela cruzaram-se, apertaram-se, afastaram-se, e passaram uma pela outra numa carícia apressada e, de novo, a mão direita pousou no estofado. Mais próxima ou mais afastada do Geraldo?

E, nisto, chegaram a Beja e despediram-se. Geraldo seguiu viagem. (Carvalho, 2013: 97)

O regresso de Matilde, vários anos mais tarde, é retratado pelo autor com uma minuciosa descrição. A frustrada tentativa de aproximação amorosa não irá resultar porque Geraldo fica entretanto com rugas (“vincos”) de tanto esperar. Geraldo não pretende sofrer novamente por amor, seguiu o seu caminho e não olhou para trás, para não se transformar em estátua de sal.

Neste texto o leitor pode também efetuar uma leitura metafórica, porque segundo um texto Bíblico, aquele que olha para trás transforma-se em estátua de sal:

Génesis 19, 20

A destruição de Sodoma e Gomorra

26. E a mulher de Loth olhou para trás e ficou convertida numa estátua de sal. (*Bíblia Sagrada*, 2011: 20).²⁷

As sete narrativas curtas espelham, assim, uma sociedade sem esperança que tomba nas malhas da falta de ética. A raça humana talvez esteja minada por distopias sociais, tais como a mentira, a burocracia, o absurdo do ser humano, o desprezo pela palavra dada, a possível incultura de altos dirigentes da administração pública e por todos os comportamentos representativos da falta de liberdade.

O autor, na entrevista concedida a Ana Sousa Dias e na transcrição do vídeo respeitante ao lançamento da obra literária aqui estudada, além de focar alguns tópicos sobre este livro, também oferece a possíveis futuros escritores sugestões e técnicas

²⁷ Considerada um livro, a *Bíblia* apresenta-se uma coleção de livros, contendo obras de história de poesia, biografias, contos, cartas e revelações divinas. A palavra *Bíblia* provém de um termo grego que significa “livros” e pode ser aplicada ao “Livro” Sagrado de qualquer religião, dizendo-se por exemplo que o *Corão* é a *Bíblia* dos muçulmanos. Nos países cristãos, a palavra refere-se aos livros sagrados do *Velho Testamento* (escritos em hebreu antigo, em diversas épocas dos tempos pré-cristãos) e ao *Novo Testamento* (escrito no dialeto grego do oriente mediterrânico, nos séculos I e II da era de Cristo). Existem numerosas traduções da *Bíblia*, sendo a chamada *Bíblia* do Rei Jaime a mais famosa da língua inglesa.

A *Bíblia* é, em toda a literatura, o livro mais vendido, o mais citado, o mais influente e poderoso. O tema e o enredo de muitas obras, desde o *Paraíso Perdido*, de Milton, e o *Peregrino*, de Bunyan, à *Luz de Agosto*, de Faulkner, e as *Vinhas da Ira*, de Steinbeck foram direta e subtilmente afeiçoados pela influência incomparável da *Bíblia* no espírito e no coração dos homens (*cf.* Shaw, 1978: 68).

para escrever, alicerçadas em mais de trinta anos de escrita literária (v. Anexo III:140 - 144):

O Aquilino Ribeiro é capaz de criar novos leitores, capazes de serem autores dos livros que lêem. Isto parece ser extremamente importante, principalmente para os jovens escritores. E acho que a primeira coisa é conseguirmos ser autores dos livros dos outros (*Idem*: 144).

De uma forma geral, os leitores desconfiam das coincidências. Mas tenderão a aceitar melhor a coincidência que meta as personagens em sarilhos do que aquela que as livre de problemas (Carvalho, 2014: 125).

III - Construção de um percurso distópico: ontem e hoje

7

*O Comandante das tropas de ocupação tem um
Feiticeiro no seu estado-maior*

*Mas o sentido da honra militar embora condescendente
noutros casos sempre o impediu de utilizar esses poderes
sobrenaturais para ganhar batalhas.*

*O feiticeiro apenas intervém quando ao comandante das
tropas de ocupação apraz usar o chicote.*

*Nessas ocasiões saem ambos para os arredores da cidade
e postos num ponto alto convoca o mágico
os poderes ocultos e por eles reduz a cidade ao tamanho
de um corpo humano.*

*Então o comandante das tropas de ocupação faz
Estalar três vezes a ponta para habituar o braço e
logo a seguir chicoteia a cidade até se cansar.*

*O feiticeiro que entretanto assistira respeitosamente
afastado apela para os poderes ocultos contrários
e a cidade torna ao seu tamanho natural.*

*Sempre que isto acontece os habitantes
ao encontrarem-se nas ruas perguntam uns aos outros
que sinais são aqueles de chicotadas na cara.*

*Quando tão seguros estão de que ninguém
os chicoteou nem tal consentiriam.*

(José Saramago, 1987: 24 – 26).

3.1 – *A Utopia* de Thomas More

*Foi Platão quem disse:
“A humanidade será feliz no dia
em que os filósofos forem reis
ou os reis filósofos.”*
(Thomas More. Morus, 1985: 56)

Thomas More, na sua obra *Utopia* escrita durante os primeiros anos do Séc. XVI, em plena época do Renascimento, imagina uma ilha onde tudo seria irrepreensível. Neste país de sonho não há lugar para as injustiças sociais nem os comportamentos desumanos são tolerados.

*DE OPTIMO REIPUBLICAE STATU DEQUE
NOVA INSULA UTOPIA, Bâle, 1516*
(Morus, 1985: 4)

Uma sociedade utópica assenta numa perfeição ideal ou envolve esse tipo de perfeição. O termo utópico, derivado duma palavra grega que significa “nenhum lugar”, “ nenhures”, emprega-se para designar um tipo de literatura que nos descreve uma sociedade ideal. *Utopia*, que significa um país ou uma região ideal, e, por extensão, uma fantasia ou um sonho, é o título da obra literária, na qual o autor descreve uma ilha imaginária, cujos habitantes vivem numa sociedade perfeita, quanto às leis, política, costumes, além de outros benefícios sociais. Entre muitas outras obras, mais antigas ou mais recentes que abordam a utopia (no sentido de um sistema de vida ideal ou imaginário), contam-se a *República*, de Platão, a *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, *Erewhon* (anograma de Nowhere, em “parte nenhuma”, de Samuel Butler, *Olhando para Trás*, de Edward Bellamy, *Uma Utopia Moderna*, de H.G. Wells, e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (cf. Shaw, 1978: 467).²⁸

²⁸ A palavra “utopia” provém, etimologicamente, do grego “topos” (lugar - τ ο π ο ς) aliada à colocação do prefixo de negação “u”: ou + “topos” [apud, Reis, 2007: 7]. Por conseguinte, a utopia significa, literalmente, o “não-lugar”, ou seja, a reconstrução de um lugar inexistente e indefinido a nível físico e geográfico, mas existente como lugar literário, remetendo para um lugar do campo imaginário e do platónico, se pensarmos n’*A República* de Platão como alegoria utópica anterior à utopia moriana (Castro, 2014:25).

O Homem procurou e continua permanentemente à procura de paraísos ou utopias em que acreditar, sobretudo em períodos em que a Humanidade se vê desumanizada. Desde a *República* de Platão (séc. IV a. C.), passando pela *Cidade de Deus* (*De Civitate Dei*), de Santo Agostinho (413-26), *Utopia* de

Thomas More idealiza a *Utopia* como uma ilha, na qual, tudo é perfeito. O mal do ser humano não existe, porque essa República democrática não está corrompida pelo poder do dinheiro. Em plena época dos Descobrimentos, o narrador e navegador português Rafael Hitlomeu descobre essa ilha ideal. Para cumprir a sua missão, abandona a fortuna familiar, junta-se a Américo Vespúcio e navega rumo ao desconhecido (cf. Morus, 1985: 27-28).

O novo território localiza-se em parte incerta do novo mundo (*Idem*: 12). Em Inglaterra, apenas um piedoso teólogo, e talvez mais uma pessoa, deseja conhecer essa ilha paradisíaca (cf. *Ibidem*). A nação desconhecida da grande maioria dos seres humanos é melhor do que a República de Platão (cf. *Idem*: 18). Apenas Rafael conhece bem o novo país, incluindo a sua língua, pois viveu naquele território, durante cinco anos (cf. *Idem*: 19-20).

Nessa sociedade, as seis horas de trabalho diárias garantem ocupação profissional a todos os habitantes. A produção é distribuída de forma igualitária e o regime republicano e democrático proíbe a existência da propriedade privada e da moeda como meio de troca. Neste país a liberdade religiosa é uma realidade. Todos têm instrução militar e todos promovem a paz, porque apenas podem utilizar a força se a ilha for invadida. As entidades governamentais são escolhidas pelos cidadãos, os mais velhos são os sábios e a educação abrange todos os cidadãos. Estamos perante o paraíso, no qual o bem da comunidade é a prioridade.

O narrador compara a ilha da *Utopia* à ilha de Inglaterra e a outros países. Também censura as disputas armadas entre estas nações. As negociações, o “Direito Político”, a diplomacia e os interesses comerciais estão explanados na escrita do autor (cf. *Idem*: 25-26). Este faz uma crítica à participação de militares ingleses nas batalhas em solo estrangeiro. Não se esquece de reprovar o escasso apoio dado aos ex-combatentes: “Esses infelizes ficam demasiado enfraquecidos para exercer a antiga profissão e estão demasiado velhos para aprender outra” (*Idem*: 36).

Segundo o autor, a “causa principal da miséria pública é o número excessivo de nobres” (*Ibidem*), que vivem à custa do suor e do trabalho da maioria dos cidadãos.

Thomas More (1516), pela *Cidade do Sol* (*Civitas Solis*), de Tommaso Campanella (1602), *Christianopolis* de Johann Valentin Andrease (1619), pela *Nova Atlântida: a grande instauração* de Francis Bacon (1623), *New Jerusalém*, de Samuel Gott (1648), e já no século XIX *Looking Backward*, de Edward Bellamy (1888), *Voyage en Icarie*, de Étienne Cabet, *News from Nowhere*, de William Morris (1890), seguidas no século XX, por *A Modern Utopia*, de Herberto George Wells (1905), *Island*, de Aldous Huxley (1962), entre outros, a utopia deu ao Homem a possibilidade de este ser um indivíduo idealista e visionário, com a capacidade de imaginar uma realidade alternativa melhor do que a empírica (*Ibidem*).

Apenas se preocupam em comprar o prazer e estarem rodeados de “criados indolentes” (*Idem*: 37). Estes são despedidos com facilidade e quando adoecem não são alimentados. Se não tiverem coragem para roubar, morrem de fome (*cf. Ibidem*). Na ilha de Inglaterra, os nobres mandam destruir aldeias e campos agrícolas para que o gado ovino e caprino possa pastar à vontade. A fome, a miséria e a emigração assombram a maioria dos habitantes:

Os honestos agricultores são escoraçados de suas casas, uns por fraude, outros violentamente, os mais felizes por um conjunto de vexames e de perseguições que os obriga a vender as propriedades. E estas famílias mais numerosas do que ricas (quando a agricultura tem tanta falta de braços) emigram através das províncias, maridos e mulheres, viúvas e órfãos, e os pais e as mães com os filhinhos. Afastam-se os desgraçados, chorando, do telhado que os cobriu desde que nasceram, e do solo que os alimentou, sem encontrarem lugar de refúgio (*Idem*: 40).

Segundo o autor, o comércio de lã, em regime de monopólio, está sob a tutela de um grupo restrito de ricos açambarcadores. A destruição das pequenas propriedades e a ruína da agricultura levam os trabalhadores rurais a transformarem-se em mendigos e conseqüentemente a enfrentarem a prisão. Na ilha de Inglaterra, não há riqueza, apenas a miséria causada pela “avareza de um punhado de ambiciosos implacáveis” (*Idem*: 41-42). Os causadores da desgraça usam, luxo no vestuário e na alimentação, praticam jogos de cartas e de dados, movimentam-se na prostituição e nos “covis de bebedeira e corrupção” (*cf. Ibidem*). É uma sociedade dominada por “germes de crime e de miséria”, onde as crianças são abandonadas e sujeitas ao vício e às mais variadas delinquências (*cf. Idem*: 43).

Para o autor, o homem explorado e sem esperança nada tem a perder. Neste sentido, está disposto a participar numa revolução, para que o Estado seja derrubado. (*Idem*: 63). O narrador alerta o leitor sobre determinado rei que governa com falta de ética, permitindo o roubo e as humilhações a uma população de mendigos:

Um rei que suscitasse ódio e o desprezo dos cidadãos, e cujo governo só pudesse manter-se num regime de vexames, pilhagens, confiscações e mendicidade geral, deveria descer do trono e desistir do poder supremo. Empregando aqueles meios tirânicos, talvez possa conservar ainda o nome de rei, mas perderá o prestígio e a majestade. A dignidade real não consiste em reinar mendigos, mas sobre homens livres e felizes (*Idem*: 63).

O soberano ignorante governa com injustiça, causando a fome e a miséria dos seus cidadãos. O rei deve promover uma boa qualidade de vida a toda a comunidade. Caso contrário, semeia o ódio e o desprezo pelos seus súbditos. O governante não deve permitir “legislação absurda e bárbara [que] leva ao crime e à morte” (*Idem*: 64).

Por outro lado, na nação vizinha da Utopia, o rei ao tomar posse compromete-se a não ter os seus cofres cheios. No seu juramento fica claro – trabalha em prol do Estado e não com o fim de acumular riqueza. Nesse país, o rei não pode “enriquecer empobrecendo os súbditos” (*Idem*: 64-65). Segundo o narrador, num Estado onde é permitida a propriedade privada e o dinheiro, os cidadãos não são felizes, porque “a fortuna pública é presa de um punhado de indivíduos insaciáveis enquanto a massa é devorada pela miséria” (*Idem*: 69).

Thomas More rende-se aos pensamentos filosóficos de Platão. No ponto de vista do narrador, a única maneira de “organizar a felicidade pública era a aplicação do princípio da igualdade”. No entanto, salienta que este princípio não pode ser aplicável num Estado, onde a riqueza nacional é pertença de um pequeno número de cidadãos (*cf. Idem*: 70).

Para os utopianos, não existe propriedade privada e os habitantes da ilha da Utopia mudam de casa de dez em dez anos, após um sorteio. Os jardins são cuidados com paixão e existem concursos de jardins, entre as várias cidades. Abundam as árvores de fruta e várias espécies de plantas. Os habitantes trabalham e são felizes (*Idem*: 83). O príncipe eleito por escrutínio secreto é escolhido entre os cidadãos, sendo o mais virtuoso e mais apto. O principado é vitalício, a menos que se suspeite de que o príncipe aspire à tirania (*Idem*: 85).

As dezoito horas livres são utilizadas para dormir, descansar e frequentar cursos públicos. Só os indivíduos destinados às letras são obrigados a seguir tais cursos (*Idem*: 89). Contudo, todos os habitantes têm a possibilidade de frequentar o ensino público, incluindo os dois géneros humanos. Cada aluno tem a liberdade de optar pela via de ensino que mais gosta. O tempo de lazer é utilizado para passear pelos jardins, ouvir concertos e conversar. São proibidos os jogos de cartas, de dados ou quaisquer outros de azar (*cf. Ibidem*).

Nessa nação, as seis horas de trabalho diárias são suficientes para produzir riqueza. Por este meio, garante-se uma ocupação profissional a todos os habitantes e todos contribuem para o bem comum (*cf. Idem: 90*):

Dir-me-ão talvez: Seis horas de trabalho por dia não são suficientes para as necessidades públicas e a Utopia deve ser um país miserável. Muito longe disso, pelo contrário, as seis horas de trabalho produzem abundantemente todo o necessário e até o supérfluo (*Ibidem*).

Conforme a perspectiva do narrador, em outras nações existem muitas pessoas ociosas, grande parte mulheres. Muitos dos indolentes julgam-se nobres e fidalgos. Os restantes inativos são preguiçosos, mendigos e ladrões (*cf. Ibidem*). Nesses países, os profissionais muitas vezes desempenham funções desnecessárias, logo, nada produzem. No início do século XVI, o dinheiro compra todos os luxos e esbanjamentos:

Neste século do dinheiro, em que este é o Deus e a medida de todas as coisas, uma quantidade de artes frívolas aplica-se apenas a manter o luxo e os descaramentos (*Idem: 91*).

Na nação utopiana não existe desemprego, porque na falta de trabalho, um decreto governamental autoriza a diminuição de horas laborais. As ocupações profissionais inúteis não são autorizadas pelas entidades governamentais. O objetivo do serviço público é satisfazer o bem comum e as necessidades gerais da população. Os cidadãos desfrutam da liberdade para cultivar o seu espírito e para se dedicarem ao estudo das ciências e das artes (*Idem 93-94*). Em caso de doença, todos preferem ser tratados nos hospitais. De acordo com a prescrição médica, o que há de melhor nos mercados é recebido nas cantinas hospitalares. Sem distinção de hierarquias ou grupos sociais, os doentes são atendidos de modo semelhante o que significa que o tratamento das enfermidades está ao alcance de toda a população (*cf. Idem: 99*).

É impossível a ociosidade e a preguiça na ilha da Utopia. Não existem tabernas nem locais que favoreçam a libertinagem. “A mendicidade e a miséria são monstros

ignorados” (*Idem*: 104). A boa qualidade de vida, a liberdade, a igualdade de oportunidades, permite aos habitantes desta ilha republicana pertencerem a uma só família (*cf. Idem*: 105).

O narrador está ciente de que “o dinheiro é de um modo geral o nervo da guerra e fomenta traições” (*Idem*: 106). Os utopianos não utilizam este meio de troca, apesar de disporem de inúmeros tesouros. São conservados numa espécie de culto religioso e não como acontece em outras nações, onde é utilizado para disseminar o mal entre os seres humanos. A mãe natureza escondeu o ouro e a prata, a grandes profundidades porque não representam qualquer valor. Foi a loucura humana que lhes deu tamanho valor por serem raros (*Idem*: 107). Por sua vez, o ar, a água, a terra o que é essencial à vida está à superfície e ao alcance de todos. Os cidadãos são para a República da Utopia o tesouro mais querido e mais precioso (*Idem*: 150).

More salienta que os cidadãos residentes na ilha da Utopia não prestam honras quase divinas a um homem apenas porque ele é rico, como acontece em outros lugares do mundo. Alguns destes cidadãos são ávidos por manter os seus tesouros e devem muito aos comportamentos morais e éticos. Os avarentos deliciam-se com os seus tesouros, guardam-nos, escondem-nos, são considerados pelo narrador como miseráveis:

Admiram-se também de que um rico, estúpido como uma porta e também igualmente mau e imoral, mantenha na sua dependência uma porção de homens sensatos e virtuosos pelo facto de a fortuna ter colocado nas suas mãos alguns montes de escudos (*Idem*: 111).

Que dizer dos avarentos que amontam dinheiro para não o utilizarem mas para se deliciarem a contemplar enorme quantidade de metal? Não será pura quimera o prazer destes ricos miseráveis? E será mais feliz aquele que numa atitude ainda mais estúpida encerra as moedas? (*Idem*: 119)

Os insulares da ilha da Utopia desenvolvem o sentimento ético e de valores, que defende o bem comum, sustentado no estudo das ciências, na educação liberal e na liberdade cultural. A vocação científica é aferida desde tenra idade em ambos os géneros humanos. Deste modo, os utopianos escolhem a opção formativa que mais se adequa à sua pessoa. Nos estabelecimentos de ensino, é usada a rica, harmoniosa, e fiel intérprete do pensamento que é a língua utopiana (*cf. Idem*: 111-112). Nesta nação,

os doutores privilegiam o estudo da filosofia. Dos temas abordados salienta-se o estudo do bem e do mal, no contexto do pensamento religioso e Divino.

Segundo o pensamento e a doutrina utopiana, a natureza leva todos os homens a ajudarem-se mutuamente e a partilharem os bons momentos da vida. Deste modo, a natureza desaprova o aumento do “bem-estar próprio agravando a desgraça alheia” (*Idem*: 115 e 116). Um bom príncipe promulga leis defensoras das aspirações dos cidadãos. O príncipe não deve ser tirano, nem pode praticar sobre os seus súbditos artifícios que os prejudiquem. O seu lema é governar para o bem comum, “calçar os pés a felicidade de outrem para realizar a própria” (*Idem*: 116).

O narrador destaca que os utopianos valorizam o traje e desprezam o luxo desnecessário. Andam de cabeça levantada porque reconhecem o seu valor pessoal. Sentem-se indignados quando são olhados com indiferença por não usarem fatos de lã fina. Desprezam honras imerecidas, a falsa imagem, a avareza e os “maníacos da nobreza” (*Idem*: 118).

Os magistrados não são terríveis nem orgulhosos (*Idem*: 138), são considerados pais e defendem a justiça e a bondade paternal. O príncipe tem um tratamento similar aos demais cidadãos. No campo da justiça, as leis penais em pequeníssimo número evitam a prática de ilícitos criminais (*Idem*: 139):

O que os utopianos desaprovam principalmente nos outros povos é o número interminável de volumes de leis e comentários. Consideram suprema injustiça coagir os homens com inúmeras leis, tantas que as não podem ler todas, ou então obscuras em demasia para que as possam compreender (*Ibidem*).

Para este povo, a justiça não é “uma virtude plebeia e de baixa origem que rasteja muito debaixo do trono dos reis” (*Idem*: 142). Não existe a justiça “boa para o povo, que caminha de cabeça baixa [...]” e “outra, para uso dos reis, mais augusta” (*Ibidem*). A justiça é livre e aplica-se de igual forma a todos os cidadãos.

Estes insulares entendem que o sucesso ou a ruína de um território depende da maneira como é administrado. Não se deixam corromper pela sedução da fortuna (*cf. Idem*: 141). A República utopiana aceita como aliados aqueles países que vêm pedir-

lhês chefes. A ilha da Utopia nunca assinou nenhum tratado internacional porque é prática nas outras Nações não cumprirem com o determinado. Estão cientes que “é raro serem de boa-fé as convenções observadas entre os príncipes” (*Ibidem*). Não estabelecem convenções diplomáticas de espécie alguma porque a deslealdade de princípios (*Idem*: 143) é uma marca nesses países longínquos. “Talvez mudassem de opinião — se vivessem na Europa” (*Ibidem*).

Esta comunidade condena a guerra, por ser uma “coisa brutal e selvática” (*Idem*: 145). Na Utopia não há nada mais vergonhoso do que procurar a glória nos campos de batalha. Não significa que não existam exercícios militares, e até as mulheres são obrigadas a eles (*Ibidem*). Os utopianos apenas participam em conflitos armados para defender as suas fronteiras ou “para repelir uma invasão inimiga nas terras dos seus aliados, ou para libertar da servidão e do jugo de um tirano um povo oprimido pelo despotismo” (*Ibidem*). Nesta última possibilidade e em sua perspectiva contribuem para o bem da humanidade.

Neste território vigora a liberdade religiosa. Não são punidos os que não acreditam em Jesus Cristo nem nas leis do Evangelho: “Que ninguém seja ultrajado por virtude da religião que professa” (*Idem*: 160 -163). Os sacerdotes podem casar e as “viúvas e bastante idosas” podem exercer o sacerdócio (*cf. Idem*: 169). Existe a separação entre a religião e o poder governamental (*Ibidem*).

Na Utopia não é possível avistar pobres ou mendigos porque os celeiros públicos abundam. A riqueza do Estado é distribuída de forma justa. Os doentes e os inválidos têm a proteção do poder governamental (*Idem*: 176).

Todavia, em outros povos, uma ingrata e egoísta sociedade permite que uns acumulem tantas riquezas à custa dos que chamam de pobres, o carvoeiro, o lavrador, o operário, o carroceiro, que na sua juventude trabalharam ao máximo das suas forças (*cf. Idem*: 177). Quando são atacados pela doença e quando lhes faltam as forças morrem à fome (*cf. Idem*: 177 - 178), ou seja, os ricos acumulam os seus tesouros à custa da miséria e da fome daqueles que trabalham:

Os ricos diminuem todos os dias de uma ou de outra maneira o salário dos pobres não só com fraudes de vária natureza, mas por meio de leis especiais. Tão mal recompensar aqueles que mais merecem da república afigura-se, antes de mais nada, crueldade evidente; mas os ricos converteram inda as injustiças essa monstruosidade, sancionando-a por meio de leis.
[...]

Em primeiro lugar, garantir-se a posse certa e indefinida de uma fortuna mais ou menos mal adquirida; em segundo lugar, abusar da miséria dos pobres, abusar das suas pessoas e comprar-lhes pelo mais baixo preço possível o engenho e o trabalho (*Idem*: 178).

Na República da Utopia, a avareza não existe, porque a sua raiz, o dinheiro, de nada serve. Os crimes associados ao poder da moeda são inexistentes, como por exemplo, as fraudes, os roubos, as rapinas, as rixas, os tumultos, as querelas, as sedições, os assassinios, as traições e os envenenamentos (*Idem*: 178-179). A República é governada sem intervenção do dinheiro, com honra, nobreza e magnificência. No entanto, Thomas More, não acredita que seja provável viver na ilha da Utopia. “Deus permita que um dia isso me seja possível!” [...] “Desejo-o mais do que espero” (*Idem*: 181-182).

3.2 - Revolução Francesa: consequências culturais e políticas

*Uma conduta irrepreensível
consiste em manter cada um a sua dignidade
sem prejudicar a liberdade alheia.
(Voltaire)*

A definição de utopia, atribuída a Turgot, está assente na lógica iluminista. O projeto utópico de uma sociedade imaginária atinge uma dimensão universal e projeta para o futuro a sociedade ideal que nasce no Século das Luzes e amadurece com Revolução Francesa (*cf.* Vieira, 2002: 138-139).

Um chefe de Estado despótico promove a distopia social, cuja vítima é a grande maioria da população. O Rei Sol governou com um poder absoluto durante cerca de 72 anos. Apesar de ter deixado um importante legado na área cultural, este monarca representa o expoente máximo de um regime absolutista:

Desde o século XIX que muitos historiadores têm sugerido que o reinado de Luís XIV assistiu ao “triunfo do absolutismo”. Isto implicaria a consolidação do poder real, as reformas administrativas e a centralização, bem como a amputação das liberdades provinciais e urbanas (Campbell, 2009: 16).

Colbert e o monarca usaram a severidade contra o Terceiro Estado, apesar do Rei Sol saber que era perigoso atacar os direitos constituídos. Nas suas *Mémoires*, Luís XIV admite ter sacrificado com impostos os habitantes da província de Boulonnais, por mera decisão política, o que provocou a revolta popular. Trinta e oito companhias de soldados dominaram a revolta e 1000 homens viriam a ser condenados (*cf. Idem:73*).

Nessa sociedade, os nobres criminosos oprimem e aterrorizam pela violência o campesinato. Os tribunais não funcionam e os oficiais de justiça são ineficazes. Uma grande diversidade de leis torna o litígio e o processo muito complexo. Colbert constitui comissões de avaliação da prática legal, que não se mostram capazes de agilizar procedimentos administrativos e criminais (*cf. Idem:75*). A sociedade francesa

é muito legalista e burocrática, existindo uma hierarquia e um sistema bem definido nos tribunais (*cf. Idem: 39*).

O povo vive na pobreza e o financiamento das guerras apresenta-se como uma prioridade. Em 1687, o orçamento militar real ronda os 54 milhões de libras e em 1692 ascende a 138 milhões. A carga fiscal é imposta ao terceiro estado, o que promove a miséria e a fome. Por sua vez, nas mãos dos mais ricos circulam elevadíssimas somas de dinheiro, porque escapavam aos impostos, devido aos privilégios e isenções (*cf. Idem: 142*). A crise financeira abala a monarquia francesa que tenta por duas vezes tributar os mais ricos, embora sem êxito. A igreja suborna o Estado e as classes privilegiadas defendem as suas isenções fiscais (*cf. Idem: 143*):

Os empréstimos eram uma importância vital. Um dos artifícios mais ruinosos foi a *tontine*, através da qual um financeiro avançava capital e recebia uma taxa de juro acordada segundo um escalonamento etário daqueles que o emprestavam, existindo uma taxa definida para cada grupo, mas, quando os que emprestavam dinheiro morriam, deviam ser pagas somas cada vez maiores aos sobreviventes até ao último grupo morrer. Isto era ruinoso para a monarquia, já que acabava por pagar muito mais do que o valor do empréstimo inicial (*Idem 143-144*).

A miséria a que o povo francês está sujeito pode ser apontada como uma das causas da Revolução Francesa. Não podemos abordar esta revolta e omitir a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América datada de 4 de julho de 1776, assinada por Thomas Jefferson e pelos representantes dos treze Estados. Esta Declaração é complementada com Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787, que se assume como lei fundamental do governo federal. Estes dois documentos, entre outros direitos consagrados ao povo dos Estados Unidos, protegem a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a liberdade de assembleia e a liberdade de petição.²⁹

Inspirada nos pensamentos filosóficos do século XVII e na declaração da independência americana, A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão³⁰ marca

²⁹A Constituição dos Estados Unidos da América (1787) e a Declaração dos Direitos (1791). *In* <http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/brief-history/declaration-of-independence.html> (consultado em 22 de janeiro de 2016);

³⁰A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. *In* http://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html (consultado em 22 de janeiro de 2016).

uma rutura com a época das trevas e abre as portas a novas formas de organizar a sociedade. Desde então, tem influenciado as normas constitucionais de todo o mundo. O seu texto final é votado pela Assembleia Nacional Constituinte, em 26 de agosto de 1789.

Os seus 17 artigos protegem a liberdade, a propriedade, a segurança e o direito à resistência à opressão. As normas também defendem a igualdade perante a lei e a justiça, bem como a separação de poderes. O texto serve de base à primeira Constituição Francesa datada de 1791 e às normas constitucionais de 1852, 1946 e 1958.

Esta Declaração influencia a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela resolução nº. 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.³¹ Os seus princípios básicos também estão presentes na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, assinada em Roma em 4 de novembro de 1950.

A mesma matriz fundamental continua a influenciar a Carta Internacional dos Direitos do Homem que é constituída pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos e seus dois Protocolos facultativos. O Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos entrou em vigor a 23 de Março de 1976. Em 30 de Setembro de 1995, cento e trinta e dois Estados tinham ratificado ou aderido ao Pacto, entre os quais, Portugal.³²

Do mesmo modo, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia defende os mesmos princípios sociais, nomeadamente, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a dignidade do ser humano. Este é o imperativo em que se rege o espaço europeu e representa o seu berço. A Carta dos Direitos da União Europeia é aplicável em todos os países membros e a todas as instituições europeias³³. Também a

³¹ Declaração Universal dos Direitos do Homem, Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal [www.onuportugal.pt]. In http://www.fpce.up.pt/sae/pdfs/Decl_Univ_Direitos_Homem.pdf (consultado em 22 de janeiro de 2016);

³² A Carta Internacional dos Direitos Humanos. In http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_2.pdf (Consultado em 22 de janeiro de 2016);

³³ Carta dos Direitos Fundamentais [da União Europeia]. In <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=URISERV%3A133501> (consultado em 11 de dezembro de 2015) e Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. In <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:12012P> (consultado em 11 de dezembro de 2015).

Declaração Universal dos Direitos do Homem ³⁴ e a Constituição da República Portuguesa³⁵ contemplam os mesmos objetivos.

Com a Revolução de repercussões universais sob o signo da *liberdade, da igualdade e da fraternidade* germina o sonho da República (cf. Buescu *et al.* 2011: 8). A ideia de poder surge com a Revolução Francesa, seguindo a ideologia da antiga República romana. A mitologia jacobina originária daquela revolução continuará a influenciar os regimes políticos no mundo inteiro. Deste modo, a França inventa a República em oposição à Monarquia ideológica e culturalmente vinculada ao catolicismo (*Ibidem*). “A mitologia republicana”, após a segunda vaga revolucionária, em 1848, espalhou-se na Europa como horizonte incontornável, sem trazer com ela o espectro sangrento e radical de Robespierre (*Ibidem*). Por sua vez, as monarquias europeias aderem ao constitucionalismo, ou seja, a um rei que não governa (cf. *Ibidem*).

Neste contexto de contágio político surge entre a elite portuguesa o “fantasma histórico-mítico da República” (Buescu *et al.* 2011: 9). Na literatura portuguesa, autores como Antero de Quental e Teófilo Braga contribuem para a criação de um discurso republicano (*Idem*:10). Tal como Proudhon, os grandes nomes da Geração de 70 viveram com entusiasmo a sua visão socialista sobre uma monarquia que já não era a de direito divino (*Ibidem*). Segundo Antero, a revolução abriria as portas a uma nova ordem religiosa. Sobre a mesma temática, Teófilo Braga defendeu o positivismo como religião, ou seja, o fim da religiosidade histórica. Deste modo, abriu-se uma porta para combater o poder da Igreja (cf. *Ibidem*). A Geração de 70 questionou a estratégia política, cultural e económica do país. Essa nova ordem doutrinal é levada a cabo com uma liberdade de tom e sucesso aos poucos portugueses que liam (cf. *Idem*:11). Será que o mito de um novo Portugal estará baseado na “jacobina república francesa”, nas decisões históricas da Maçonaria, na Lei da separação da Igreja e do Estado, na Lei do Divórcio? (cf. *Ibidem*):

A criação de uma nova imagem de Portugal como República elaborar-se-á na confusão e no tumulto, logo seguido por uma espécie de silêncio novo, menos graças aos heróis cívicos do já longo sonho republicano de Henrique Nogueira e Basílio Teles ou João Chagas (*Idem*: 12).

³⁴ Declaração Universal dos Direitos do Homem, Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal [www.onuportugal.pt]. In http://www.fpce.up.pt/sae/pdfs/Decl_Univ_Direitos_Homem.pdf (consultado em 22 de janeiro de 2016);

³⁵ VII Revisão Constitucional [2005]. In <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (consultado em 4 de fevereiro de 2016).

3.3 (O) poder do Estado: *versus* (a) liberdade

*Aplicais aos ladrões terríveis tormentos;
pois não seria melhor assegurar a existência
a todos os membros da sociedade,
a fim de que ninguém se encontrasse
na necessidade imperiosa de roubar primeiro
e de morrer depois?*
(Thomas More. Morus, 1985: 36)

Nicollò Machiavelli (Maquiavel), autor de *O Príncipe*, em 1505, elucida em poucas páginas como um príncipe deve conquistar e manter o poder. No pequeno livro, esclarece o leitor sobre algumas regras pelas quais um príncipe se pode guiar.

É comum ainda, nos nossos dias, falarmos em comportamentos maquiavélicos. Estas condutas comportamentais poderão estar associadas a atitudes desprezíveis. No entanto, o escritor não pretendia mais do que esclarecer um príncipe, sobre a conquista e a manutenção do poder, tendo para isso que utilizar métodos pouco éticos. Apesar disso, segundo o seu ponto de vista, nem sempre os fins justificam os meios. Este escritor critica “aqueles que por crimes atingiram o Principado” (Maquiavel, 2015:44).

Também não se pode chamar virtude assassinar os seus cidadãos, trair os amigos, ser sem palavra, nem piedade, sem religião; modos destes podem fazer adquirir um império, mas não a glória (*Idem*: 45).

A atroz crueldade e desumanidade, com infinitos crimes, não consentem que este seja celebrado entre os homens excelentíssimos. Não se pode, pois, atribuir à fortuna ou à virtude aquilo que sem uma nem outra foi por ele conseguido (*cf. Idem*: 46).

O príncipe que governar com traições e crueldades, além de se preocupar com os inimigos externos está sujeito a que os cidadãos do seu país conspiram contra ele (*cf. Idem*: 48).

Maquiavel destaca as qualidades positivas e negativas de um príncipe. Parece-nos que o autor reconhece que um governante pode usar a sua personalidade para governar em benefício ou em prejuízo dos seus súbditos:

Um é tido por dador, outro por rapace; um por cruel, outro por piedoso; um por traidor, outro por fiel; um efeminado e pusilânime, o outro feroz e corajoso, um humano, o outro arrogante; um lascivo, o outro casto; um íntegro, o outro astuto; um duro, o outro transigente; um ponderado, o outro ligeiro; um religioso, o outro incrédulo, e assim por diante (*Idem*: 78).

Um príncipe pode escolher entre ser cruel e piedoso, o que o torna temido ou amado (*cf. Idem*: 83). Um príncipe se for muito desconfiado torna-se intolerável (*cf. Idem*: 84).

Para Maquiavel, os homens na sua generalidade são “íngratos, volúveis, simuladores e dissimuladores, arredios aos perigos, ávidos do lucro” (*Ibidem*). Quando o príncipe lhes faz o bem são reconhecidos e dão o seu sangue. Contudo, por imperiosa necessidade revoltam-se, o que pode levar à ruína do príncipe (*cf. Ibidem*). Um príncipe que transmite uma imagem positiva, que é um bom exemplo para a sociedade, dificilmente é vítima de uma conspiração (*cf. Idem*: 92):

Os homens em geral julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, porque o ver toca a todos, sentir toca a poucos: todos vêm aquilo que tu pareces, poucos sentem aquilo que tu és (*Idem*: 90).

Os Estados bem ordenados e os príncipes sábios procuram diligentemente não exasperar os grandes e satisfazer o povo e tê-lo contente, porque esta é uma das mais importantes matérias que há para um príncipe. [...] E de novo concluo que um príncipe deve estimar os grandes, mas não se fazer odiar pelo povo (*Idem*: 93-94).

Segundo o ponto de vista deste historiador e diplomata italiano, o príncipe deve construir fortalezas se tiver medo dos estrangeiros. No entanto, estas construções são bem-recebidas pelo povo se forem úteis e fundamentais. Caso contrário, a delapidação dos fundos públicos voltar-se-á contra o príncipe (*cf. Idem*:107).

Para Maquiavel, o príncipe deve ser amante das virtudes e deve reconhecer os bons profissionais. É também o seu dever encorajar e criar condições para que os seus cidadãos possam desenvolver atividades comerciais, agrícolas e outros sectores profissionais. Os mais competentes devem ser reconhecidos e premiados. O príncipe deve reunir-se com as populações, dar exemplos de humanidade (*cf. Idem* 112-113):

Porque toda a cidade está dividida em artes ou em bairros, deve ter em conta estes colectivos, reunir-se com eles algumas vezes, dar de si exemplos de humanidade e de munificência, detendo, no entanto, sempre firme a majestade da sua dignidade (*Ibidem*).

Na sua opinião, quando um príncipe não cumpre com a palavra dada, a promessa não cumprida voltar-se-á contra ele (*cf.* Maquiavel, 2015: 88). “Quão louvável seja num príncipe o manter a palavra dada e viver com integridade e não com astúcia, qualquer um o entende” (*Idem*: 87).

O poder assume-se das mais variadas formas: político, militar, religioso e cultural. Voltaire é um dos pensadores iluministas que defende a liberdade. Este filósofo francês nutre simpatia pelas elites chinesas devido ao seu carácter letrado (*cf.* Ferreira, 1995: 16). Durante o Século das Luzes, foi promovida a liberdade religiosa (*cf.* *Idem*: 173). A relação entre o poder e a liberdade é permanente. Montesquieu defende um poder, numa sociedade, na qual é possível respeitar as leis escritas e não escritas (*cf.* *Idem*: 144). Este filósofo francês reconheceu que uma sociedade democrática saudável é caracterizada pelo primado do poder político sobre o poder económico. Hoje, num primado quase absoluto, o poder económico envolve todos os Estados numa teia fabricada pela ameaça de uma aranha global (*cf.* Patrício, 2013: 33).

Não pode existir liberdade sem lei e esta não deve cortar as pernas à liberdade. Contudo, convém não esquecer que há sempre quem abuse ou tente abusar do real significado da palavra, liberdade.

Para Karl Marx, a liberdade é o valor supremo do homem (*cf.* Silk, 1974: 45). Segundo o estudo de Armando Alves, sem Liberdade não há Segurança e sem Segurança não há Liberdade. Este autor também salienta que o nível excessivo de Liberdade favorece a libertinagem e anula a Segurança (*cf.* Alves, 2011: 293).

Os momentos emocionais poderão ser apetecíveis e desaconselháveis para legislar sobre temáticas relacionadas com o controlo das liberdades individuais. Podem abrir o caminho a uma sociedade totalitária, pois, num regime ditatorial tudo é mais fácil para o poder, devido à inexistência de liberdade.

O conceito de poder está muitas vezes ligado a conflitos armados. Durante a guerra civil espanhola um obus sabotado não explode. José Saramago comove-se com esta sabotagem em material de guerra. Uma mensagem vem escrita em português

(Aguilera, 2014: 91). Para o Nobel da Literatura, pode representar mais um passo rumo à utopia:

Li em tempos, não recordo onde nem exatamente quando, que um caso idêntico sucedeu na mesma guerra de Espanha, um obus não explodiu tinha dentro um papel escrito em português que dizia: Esta bomba não reventará (Aguilera, 2014: 27).

Saramago também se questiona por que razão não existem greves nas fábricas de armamento. A doença não impede a sua necessidade de escrever, de denunciar, de criticar através do texto literário. Entre vários apontamentos surge o título de mais um romance, ... de uma obra literária inacabada. A morte rouba-lhe a pena e o tinteiro das mãos.

Alabardas, alabardas,

Espingardas, espingardas

Na sua última escrita, não foge ao seu estilo e ao seu cariz crítico. A narrativa continua a denunciar as imperfeições sociais. Artur Paz Semedo trabalha há vinte anos no serviço de faturação da fábrica de armamento, Belona, S. A. O seu esforço para defender o posto de trabalho é constante. Não permite que seja colocada qualquer hipótese de sabotagem na unidade industrial que lhe paga o pão. (*cf.* Aguilera, 2014: 26-27). O cuidadoso funcionário quer ir mais longe e consegue uma autorização escrita e assinada pelo administrador para investigar os arquivos. Nos anos trinta do século XX, época de guerras, a empresa deve ter ganho muito dinheiro (*cf. Idem*: 38):

Havia um recorte de jornal, publicado dois dias depois, com informações sumárias, sobre as causas do conflito, sendo a mais recente delas o descobrimento de petróleo no sopé da cordilheira (Aguilera, 2014: 71).

[...]

O avô do actual administrador – delegado dava instruções a alguém para informar-se a fundo do conflito, principalmente a composição dos exércitos em confronto, efectivos de infantaria e artilharia, origem dos respetivos armamentos e seus fornecedores, nomes das pessoas influentes que poderiam ser contactadas em ambos os países (*Ibidem*).

Para Saramago, todos os países são passíveis de utilizar armas, mesmo contra os seus cidadãos. O Nobel destaca o facto de os ditadores utilizarem a caneta apenas para assinar condenações à morte. Segundo o ponto de vista deste escritor, na investigação do passado, todo o cuidado é pouco, pois o indesejável contágio é possível:

Todos os países, quaisquer que sejam, capitalistas, comunistas ou fascistas, fabricam, vendem e compram armas, e não é raro que as usem contra os próprios naturais (*Idem*: 39).

Não procures encomendas assinadas pelo general Franco, não as encontrarias, os ditadores só usam a caneta para assinar condenações à morte (*Idem*:29).

A prudência manda que no passado só se deve tocar com pinças, e mesmo assim desinfetadas para evitar contágios (*Idem*:62).

A Literatura apresenta como um dos seus objetivos a denúncia de distopias sociais contemporâneas. São exemplos de construções distópicas os conflitos armados da I e II Guerras Mundiais e mais recentemente nos Balcãs (1992 a 1995). O ex-líder dos Sérvios da Bósnia é condenado pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, pela prática do crime de genocídio.³⁶

A sociedade ameaçada também se faz notar nos confrontos bélicos no Médio Oriente, no Norte de África, na Ucrânia e nos ataques terroristas que ocorrem em quase todos os continentes.³⁷ Pode ser uma espécie de guerra escondida, à escala global. O Mediterrâneo, as praias do sul da Europa transformam-se num cemitério de um movimento migratório³⁸ sem precedentes que pode ter ultrapassado um milhão de

³⁶ O sérvio, Rodavan Karadzic foi condenado pelo tribunal de Haia, a 40 anos de prisão pelo crime de genocídio. Estes crimes de guerra e contra a humanidade, foram praticados no cerco a Sarajevo, entre 1992 e 1995 (“Visão”, 31 março 2016: 26);

³⁷ Os ataques terroristas ocorridos em Paris, a 13 de novembro de 2015 custaram a vida a 129 pessoas. “St. Denis: Mulher que se fez explodir é prima de 'cérebro' de atentados”. In <http://www.msn.com/pt-pt/noticias/mundial/st-denis-mulher-que-se-fez-explodir-%c3%a9-prima-de-c%3%a9rebro-de-atentados/ar-BBn9Mwx?li=AAaYVP2&ocid=iehp> (publicado em 18 de novembro de 2015 e consultado em 18 do mesmo mês);

³⁸ Segundo a ONU, mais de 218 mil migrantes e refugiados atravessaram o Mediterrâneo com destino à Europa, em outubro de 2015. A previsão aponta para a entrada de 700 mil migrantes no continente europeu, até novembro de 2015. Em 2016 a estimativa será semelhante. Em 2015 morreram ou foram dadas como desaparecidas, cerca de 3.440 pessoas, na tentativa de atravessar o Mediterrâneo.

indivíduos durante o ano de 2015³⁹. A ameaça e o risco da suspensão do Acordo de Schengen⁴⁰, a construção de vedações em arame farpado⁴¹ no continente europeu representam a incapacidade europeia para a resolução da crise dos refugiados.⁴² A ausência de liberdade no espaço europeu contraria a base da construção europeia. Segundo a estimativa da Europol, aproximadamente 10 mil crianças migrantes desapareceram durante o ano de 2015. Também a organização Save the Children estima que cerca de 26 mil crianças não acompanhadas por adultos tenham entrado no continente europeu durante o mesmo ano.⁴³

Passado um ano após a tragédia da morte de 800 pessoas, causada por um naufrágio no Mediterrâneo, as desgraças humanas sucedem-se. Suspeita-se que mais um naufrágio tenha provocado centenas de mortes (“Público” 19 abril 2016: 48); “700 migrantes podem ter morrido em três naufrágios no Mediterrâneo” (“Público”, 30 maio 2016: 25).

Os refugiados arriscam a vida, muitos perdem-na na travessia do Mediterrâneo, cujo rumo é o continente europeu, na esperança de encontrarem a liberdade. O que encontram são vedações de arame farpado e são recebidos com balas de borracha. “Os médicos sem fronteiras trataram ferimentos em 300 pessoas — 30 foram atingidos por

³⁹ “Recorde de 218 mil migrantes atravessaram o Mediterrâneo em outubro”. *In* <http://www.dn.pt/mundo/interior/recorde-de-218-mil-migrantes-atravesaram-o-mediterraneo-em-outubro-4866065.html> (publicado em 02 de novembro de 2015 e consultado em 12 do mesmo ano).

³⁹ “Europa atinge o milhão de refugiados e migrantes, sem compromissos ou garantias”. *In* <https://www.publico.pt/mundo/noticia/ja-mais-de-um-milhao-de-refugiados-e-migrantes-chegaram-este-ano-a-europa-1718159> (publicado em 22 de dezembro de 2015 e consultado em 27 do mesmo mês);

⁴⁰ “Conselho Europeu quer repor controlo de fronteiras no espaço Schengen”. *In* http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=4881914 (publicado em 12 de novembro de 2015 e consultado em 13 do mesmo mês);

⁴¹ “Por que alguns imigrantes conseguem refúgio na Europa e outros não?”. *In* http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910_imigrantes_recusa_tg (publicado em 10 de setembro de 2015 e consultado em 15 de outubro do mesmo ano);

⁴² “«Autoridades francesas dizem temer pela segurança dos refugiados que criaram acampamento caótico enquanto esperam pela oportunidade de passar a fronteira e alcançar o Reino Unido». Diz o *Le Monde*, o problema não é «oporem-se ao desmantelamento da selva». Querem é «recordar ao Estado as suas incoerências no passado» e sublinhar “«a falta de soluções de acolhimento dignas», a seus olhos, de assim serem designadas.

Indivíduos que fazem parte de grupúsculos radicalizados cometem actos violentos contra os migrantes, e há «apelos ao ódio e à violência a circular em blogues de colectivos de extrema-direita e de extrema-direita», afirma o comunicado, para justificar a obrigatoriedade da evacuação da parte Sul da «selva».

Mais de metade da «selva» de Calais ameaçada de expulsão pela força”. *In* <https://www.publico.pt/mundo/noticia/mais-de-metade-da-selva-de-calais-ameacada-de-expulsao-pela-forca-1723935?fm=ult> (publicado em 20 de fevereiro de 2016 e consultado em 21 do mesmo mês);

⁴³ “Já desapareceram mais de 10 mil crianças migrantes na Europa”. *In* <http://www.sol.pt/noticia/494753/j%C3%A1-desapareceram-mais-de-10-mil-crian%C3%A7as-migrantes-na-europa> (publicado em 31/01/2016 e consultado em 2 de fevereiro do mesmo ano).

balas de borracha” (Ribeiro, 2016: 20). Segundo o ministro-adjunto grego para os assuntos europeus, Nikos Xydakis:

Estamos a reconstruir um espaço de guerra. Isto não é o que precisamos, nem o que queremos para a Europa. Se os países bálticos ou de Visegrado querem regressar aos tempos da II Guerra, nós não os seguiremos (*Ibidem*).

A Eslovénia, a Croácia, a Sérvia e a Macedónia fecham a rota dos Balcões, barram o caminho a milhares de seres humanos que apenas carregam a esperança de uma vida digna longe dos bombardeamentos e dos tiros (Barata, 10 março 2016: 24-25).⁴⁴

Ana Gomes visitou oito campos de refugiados na Grécia. Do ponto de vista da eurodeputada, o que viu no acampamento em Idomeni, 11 mil pessoas a sobreviver em péssimas condições ultrapassa tudo o que já viu nos piores campos de Timor, do Sudão, ou do Iraque. São milhares de seres humanos à espera de alimentos, incluindo crianças. Segundo Ana Gomes, os Direitos Humanos não são aplicados naquele local e a solução de enviar os refugiados para a Turquia, não é solução. O acordo entre a EU e a Turquia não funciona também para travar as redes de passadores que exploram os refugiados. A Lesbos, e em apenas quinze dias, chegaram 2500 pessoas.

Apesar da generosidade, o povo grego nada mais pode fazer. Vive na agonia de uma crise financeira e económica, em que a austeridade não lhe permite ajudar mais os refugiados. O Conselho Europeu prometeu enviar para a Grécia milhares de peritos para ajudar os gregos. Até à presente data apenas chegaram 35 (*cf.* Gomes, 9 abril 2016: 42).

A edificação de muralhas em betão armado e em arame farpado vem cancelar a liberdade no espaço europeu. O muro de Berlim foi derrubado em nome da utopia.

⁴⁴ “Os milhares de refugiados que todas as semanas tentam chegar à Europa dão a vida por uma morte quase certa. E os que conseguem atravessar o cemitério do Mediterrâneo quando finalmente avistam terra no horizonte não encontram um porto de abrigo. Muito menos a Terra Prometida. Para eles, a esperança é um lugar estranho. Uma miragem que se afasta à medida que dela se aproximam. Esta semana alguns destes refugiados começaram a ver a vida a andar para trás. Foram deportados das ilhas de Lesbos e Chios, na Grécia, para a sua nova morada na cidade turca de Dikili. Não levaram a casa às costas porque há muito que apenas carregam uma mão cheia de nada. Mas são os primeiros de uma longa viagem — de acordo com estimativas de organizações de Direitos Humanos, mais de 47 mil pessoas estão enjauladas em território grego à espera de guia de marcha para o outro lado do Mediterrâneo. O lado mau. Foi o primeiro passo de um acordo entre Estados-membros da União Europeia e a Turquia, que promete estancar o fluxo de refugiados na Europa” (Araújo, 2016: 40-47).

Hoje, são edificadas outras muralhas e outras fronteiras. Estas muralhas físicas e sociais são causadas pelos conflitos armados. Os valores sociais como a liberdade estão perigosamente ameaçados. A Europa não consegue promover o conceito de liberdade que está na gênese da sua organização.

Mariana Barbosa, professora da Universidade Católica, representante da Plataforma de Apoio aos Refugiados em Lesbos, olha entre as grades do portão do Campo de Moria fechado, na sequência da implementação do acordo entre a União Europeia e a Turquia. A voluntária vê as mesmas crianças que agasalhou e reconfortou, após terem chegado, assustadas e enregeladas em embarcações improvisadas. Estas crianças são filhas dos destroços da guerra, conhecem da vida apenas a luta pela sobrevivência.

Mariana Barbosa conheceu a obra de um artista sírio, Tammam Azzam, que pintou algo tão belo, “O Beijo”, de Klimt, num fundo de ruínas de Damasco. Segundo a opinião desta voluntária, é uma metáfora dos contrastes testemunhados em Lesbos. Esse beijo surge entre as ruínas de uma guerra, entre cada curva da encantadora e paradisíaca ilha de Lesbos também surge uma imensidão de vestígios das condições desumanas e do perigo constante a que os refugiados estão sujeitos. “O Beijo” de Klimt e a turística ilha de Lesbos representam as metáforas de uma sociedade desumanizada.

Chegaram a Lesbos depois do acordo, que tudo levou. Resta-lhes esperar num campo sobrelotado, são privadas das mais elementares condições de sobrevivência humana. Antes do acordo, as crianças brincavam, como crianças normais no hotel da Cáritas. As meninas abraçavam e davam beijos aos voluntários da Cáritas, pronunciavam efusivamente “Hello!!!, I love you”, eram crianças a serem crianças com o brilho nos olhos, os sorrisos, as gargalhadas, era assim no hotel da Cáritas. É assim no Campo de Kara Tepe, ou no Campo de Pikpa. Não há migrantes ou refugiados, há residentes. Para muitos, o acordo levou também o dia da entrevista com os serviços de asilo, trocando as voltas a vidas já completamente viradas do avesso. Um pai dirige-se a Mariana Barbosa, entre as grades do portão de Moria, com o mesmo sorriso rasgado das suas filhas. Acaba de saber que tem viagem marcada para a Suécia, onde irá reencontrar a sua esposa, onde as meninas irão reencontrar o colo da mãe. Por outro lado, um grupo de refugiados senta-se no chão debaixo de um sol intenso. Estão em greve de fome, como forma de protesto por causa das detenções arbitrarias e das condições desumanas do Campo de Moria. O

que diferencia uns e outros? Uma data, 20 de março [de 2016]. Os primeiros chegaram antes, os segundos chegaram depois (Barbosa, 2016: 57).

“E tudo o acordo levou ...” (*Ibidem*).

A Humanidade também poderá estar confinada entre as muralhas da liberdade de pálio, cuja matéria-prima do paredão é o terrorismo. Um dos exemplos são os ataques ao coração da liberdade.⁴⁵ Na sequência dos atentados terroristas ao jornal satírico, “Charlie Hebdo”, o Papa Francisco ao ser entrevistado defendeu que há limites para a liberdade de expressão e que a liberdade religiosa também é um direito fundamental:

A liberdade religiosa e a liberdade de expressão são ambos direitos fundamentais", começou por dizer o Papa, antes de proferir uma outra declaração definitiva: "Não se pode matar em nome de Deus. Matar em nome de Deus é uma aberração".⁴⁶

Nos atentados ocorridos na sede do jornal satírico “Charlie Hebdo” e num supermercado judaico localizados em Paris, a estimativa é de 20 mortos (Ribeiro, 10 janeiro 2015: 6-7). Os ataques terroristas levados a cabo em 13 de novembro de 2015, numa casa de espetáculos, “Bataclan” e num restaurante localizados em Paris provocaram 130 mortes (“Expresso”, 9 abril 2016: 48). O balanço provisório dos ataques terroristas sucedidos no metropolitano e no aeroporto em Bruxelas é de 31 mortos e 300 feridos, 61 em estado grave (Ferreira, 2016: 2-3).

Os ideais da Revolução Francesa são arvorados ciclicamente, na sequência de determinados acontecimentos sociais, políticos ou militares. O Grande Oriente Lusitano, após o ataque a Paris em 13 de novembro de 2015, publicou no seu site o seguinte: “ O Grande Oriente Lusitano manifesta a sua solidariedade para com o Povo Francês e repudia todas as ações que visam limitar a *LIBERDADE*, a *IGUALDADE* e a *FRATERNIDADE*.”⁴⁷

⁴⁵ “Ataques que mataram 129 em Paris foram conduzidos por três comandos terroristas”. *In* <https://www.publico.pt/mundo/noticia/ataques-em-paris-dezenas-de-mortos-varios-locais-atacados-dezenas-de-refens-em-sala-de-espectaculos-1714407> (publicado em 14 de novembro de 2015 e consultado em 30 de janeiro de 2016);

⁴⁶ “Papa: «Não se pode provocar nem insultar a fé das outras pessoas»”. *In* <http://www.publico.pt/mundo/noticia/papa-francisco-nao-se-pode-provocar-nem-insultar-a-fe-das-outras- pessoas-1682308> (Alexandre Martins – 15/01/2015. Consultado em 18 de novembro de 2015);

⁴⁷ “O Grande Oriente Lusitano manifesta a sua solidariedade para com o Povo Francês e repudia todas as ações que visam limitar a *LIBERDADE*, a *IGUALDADE* e a *FRATERNIDADE*”. *In*

Os atentados terroristas em qualquer parte do planeta Terra são um ataque à liberdade. Os atentados de Paris, ocorridos em 13 de novembro de 2015, representam sobretudo um golpe no berço da liberdade. Hollande fala em “ato de guerra” e diz que a França será “implacável” na luta contra o autoproclamado Estado Islâmico que reivindicou o ataque. As operações militares foram perpetradas por três comandos terroristas que agiram em simultâneo e de forma coordenada. Os atentados terroristas na Cidade Luz traduzem a vulnerabilidade de qualquer país. No dia seguinte, a capital francesa era uma cidade deserta.⁴⁸

Estas ações desumanas costumavam ter um palco de operações localizado no Médio Oriente e no continente africano. Hoje, o alvo é indeterminado e com um espaço temporal também desconhecido.

Segundo Adriano Moreira, na atual anarquia existe uma guerra em toda a parte camuflada por uma máscara de pacifismo. Os Estados não têm sido capazes de travar o terrorismo avulso e a exploração empresarial das migrações que se sepultam no Mediterrâneo. Por sua vez, a Grécia não desiste dos seus deveres humanitários, enquanto outros ensaiam meios de segurança contra os refugiados que procuram deter nas fronteiras⁴⁹:

A tensão da desordem mundial, que alimenta as inquietações e os medos dos europeus e ocidentais, em todas as crises tem entre as causas sempre o mau governo. A ordem sonhada pela ONU, incluindo o desenvolvimento sustentado, não desapareceu dos seus objectivos, mas não encontrou o caminho da eficácia que tem de ser redesenhado para evitar o pior (Ibidem).

O Presidente francês, François Hollande e a chanceler alemã, Angela Merkel destacam o fato de que “a Europa é um espaço frágil que é preciso proteger” (*Público*, 30 maio 2016: 26).

Uma vez mais, o alvo dos ataques terroristas localizou-se no continente europeu. No dia 22 de março de 2016, a cidade de Bruxelas acordou com dois ataques

<http://www.gremiolusitano.pt/> (publicado em 14 de novembro de 2015 e consultado em 30 de janeiro de 2016);

⁴⁸ “Atentados em Paris deixam 129 mortos e mais de 350 feridos”. In http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/internacional/1447449607_131675.html (publicado e consultado em 15 de novembro de 2015);

⁴⁹ “Adriano Moreira. O regime da insegurança”. In <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/adriano-moreira/interior/o-regime-da-inseguranca-5033334.html> (publicado e consultado em 17 de fevereiro de 2016).

terroristas em simultâneo que espalharam o pânico e o terror na capital da Bélgica. O “Diário de Notícias” ao referir-se a estes atentados aos Direitos Humanos cita um comunicado do Partido Democrático Republicano (PDR) liderado por Marinho Pinto. No entanto, os ataques terroristas não têm fronteiras:

Novos atentados na Zona Euro, como ocorrem quase semanalmente no mundo Árabe.

[...]

É triste perceber-se a dicotomia mediática entre notícias Ocidentais e do Médio Oriente, onde todos os dias morrem cristãos, inocentes, crianças, sem qualquer destaque na nossa imprensa. Porque as diferenças são apenas duas: a política e a localização.

[...]

Hoje somos todos Bruxelas, já fomos todos Paris, Madrid, Londres e EUA. Amanhã seremos o quê? PAZ era uma boa solução!⁵⁰

Os ataques terroristas são atropelos à liberdade e fazem-se notar com muita regularidade no norte de África e no Médio Oriente. A comunicação social ocidental talvez não lhes dê a cobertura jornalística que a notícia merece. Sobre esta temática, salientamos mais uma opinião:

Terrorismo. Os mortos não têm todos a mesma pele? Os atentados terroristas de Paris e Bruxelas comoveram mais os europeus do que as tragédias e ataques terroristas em outras latitudes. Será isso absolutamente normal? (Almeida, 2016: 8-9).

A União Europeia foi fundada tendo por base o princípio da liberdade de circulação no espaço Schengen, aliada a uma política comum e solidária em matéria de asilo, de imigração e de controlo das fronteiras externas. A garantia e o respeito pelos direitos fundamentais, bem como a solidariedade entre os Estado-Membros apresenta-se como um lema basilar. Sem segurança não há liberdade e sem liberdade também não é possível o cidadão usufruir da sua segurança. É importante destacar que a minha

⁵⁰ “Bruxelas, mais um dia negro para a Europa”. In <http://dnoticias.pt/actualidade/politica/576523-%E2%80%9Cbruxelas-mais-um-dia-negro-para-a-europa%E2%80%9D> (consultado em 23 de março de 2016).

liberdade termina quando se inicia a do outro. Liberdade e segurança são formas de poder e ambas devem coexistir.

Conforme alega Adriano Moreira, a atual anarquia apresenta como causa por exemplo alguns comportamentos individualizados dos EUA no Afeganistão e no Iraque, ou a “gendarmerie” que a França se consente em relação a antigas colónias (*cf.* Moreira, 2013: 21-24). Para este autor, as guerras, mesmo as mais terríveis, começam por motivos fúteis (*cf.* Moreira, de 2013).

Segundo Eduardo Lourenço, após Hiroxima e a implosão da União Soviética, os Estados Unidos assumiram-se com a hegemonia do poder. A História deixou de ter o seu papel verosímil. “A América faz e escreve a História, não há outra” (Lourenço, 2016: 36): A época dos “drones” caracteriza-se por uma história de violência telecomandada. Este novo rosto do terror pode ser considerado uma metamorfose militar, sonhada pelo homem no mundo da ficção. Este ataque à utopia, em jeito de híper-guerra é uma “espécie de doença mortal do Ocidente e a quase evaporação da instituição militar, e do homem militar como autor e sujeito dela (*Ibidem*):

O lugar do poder nunca está vago. Só ele não está vago. A autodestruição, quase lúdica da velha Europa e o seu imperialismo “inocente”, em relação a outros continentes mais frágeis do que ela, cedeu a vez a um outro imperativo sem fronteiras assinaláveis (as de Marte?) [*Idem*: 39].

Passados quinze anos após os ataques terroristas às Torres Gémeas e ao Pentágono, o mundo continua a viver sob a égide do medo da insegurança. O Médio Oriente e o norte de África permanecem em estado de guerra. Para Jorge Sampaio, Presidente da Republica Portuguesa, entre 1996 e 2006:

Atrevo-me a fazer uma breve revisitação dos anos de 2002-2003 deste século, determinantes que foram para o caos que hoje se vive no plano internacional. Refiro-me ao Iraque (Sampaio, 2016: 21).

As estruturas governamentais, sociais e culturais são dizimadas e as consequências parecem-nos imprevisíveis no curto e médio prazo. As ações terroristas

são imprevistas. Os seus organizadores desfrutam de capacidade operacional para executá-las em qualquer espaço físico e a qualquer momento. Qual será a motivação? Os teatros de operações militares localizados no Médio Oriente e no continente asiático? Não é possível responder a questões como: Onde será a próxima operação terrorista? Quem serão os operacionais? A solução não passará por pôr a vida humana à frente dos negócios e dos acordos estratégicos? Não será oportuno criar condições de vida nos países aniquilados pela guerra e evitar que milhares de pessoas atravessem o Mediterrâneo? Nesta viagem muitos encontram a morte. Os que chegam ao continente europeu, muitas vezes deparam-se com a desilusão e com a falta de esperança.

Parece que o terrorismo tem ganho várias batalhas, ao transformar a nossa vida, pela via do medo, limitando-nos a liberdade. Os cidadãos poderão estar dispostos a abdicar da sua liberdade em nome da segurança. Mais segurança pode implicar menos liberdade. A colocação de câmaras de videovigilância em locais públicos é fundamental para prevenir e dissuadir a prática de ilícitos criminais, incluindo os atentados terroristas. Devido às atuais ameaças à segurança de pessoas e bens, poderemos estar a construir uma sociedade securitária. No entanto, a mera captação de imagens enquadra-se na definição de “dados pessoais” contemplada na Lei da Proteção de Dados Pessoais⁵¹. O poder do Estado porventura nem sempre defende a liberdade do cidadão porque este está submetido à soberania governamental.

Uma mudança de regime político implica outra forma de poder governamental. Saramago no seu romance *Levantado do Chão* escreve com ironia acerca da República e do “véu de esperança” que se elevou, com a revolução do 25 de abril (*cf.* Buescu *et al.* 2011: 112):

Então chegou a república. Ganhavam os homens doze ou treze vinténs, e as mulheres menos de metade, como de costume. Comiam ambos o mesmo pão de bagaço, os mesmos farrapos de couve, os mesmos talos. A república veio despachada de Lisboa, andou de terra em terra pelo telégrafo, se o havia, recomendou-se pela imprensa, se a sabiam ler, pelo passar de boca em boca, que sempre foi o mais fácil. O trono caíra, o altar dizia que por ora não era este reino o seu mundo, o latifúndio percebeu tudo e deixou-se estar, e um litro de azeite custava mais de dois mil réis, duas vezes a jorna de um homem. (Saramago 1980, 33)”[*Ibidem*].

⁵¹ Lei da Proteção de Dados Pessoais. In <https://www.cnpd.pt/bin/legis/nacional/LPD.pdf> (consultado em 12 de dezembro de 2015).

No conto “Cadeira”, o Nobel da literatura representa “um ditador derrubado pela pertinaz e minúscula ação do caruncho” (Buescu *et al.* 2011: 234). É o fim do salazarismo e o início do marcelismo. Uma “primavera” pintada de negro, pela guerra colonial, pela censura e pela repressão. “O que no fim dos anos 60 vivemos em Portugal foi uma crise de Estado, tal como décadas de ditadura antirrepublicana o haviam conformado. A literatura estava lá para o testemunhar” (*Idem*: 234-235).

Virgílio Ferreira e Miguel Torga, entre outros homens das letras, demonstraram “uma enorme apetência para comentar a situação nacional” (Buescu *et al.* 2011: 243). Da análise do regime republicano o que mais os angustiou é a análise da época anterior à Revolução de Abril. Viveram a Revolução dos Cravos com sentimentos de alegria e de esperança. Miguel Torga sofreu as consequências do “regime totalitário” que antecedeu a Revolução. Por este facto, viveu a coragem de Salgueiro Maia e de outros capitães de abril, com compreensível júbilo, apesar de manifestar alguma incerteza (*cf. Idem*: 243-244):

“Coimbra, 25 de Abril de 1974 – Golpe Militar”. Assim eu acreditasse nos militares. Foram eles que, durante os últimos macerados cinquenta anos pátrios, nos prenderam, nos censuraram, nos apreenderam e asseguraram com as baionetas o poder à tirania. Quem poderá esquecê-lo? Mas pronto: de qualquer maneira, é um passo. Oxalá não seja duradouramente de parada (Torga 1999, 1272)” [Buescu *et al.* 2011: 244].

Para Vilma Arêas, os cravos brancos e vermelhos representam “celebração e sofrimento” (Buescu *et al.* 2011: 319), ou seja, utopias e impasses republicanos. “A Revolução não aconteceu ainda? A Revolução já aconteceu, mas não posso falar dela agora. Talvez nunca” (*Idem*: 325).

*Lembrar para que ninguém esqueça*⁵²

⁵² Tiago Contreiras, António Limão, Vanessa Brízido, Luís Cortesão. RTP Notícias (23 abril 2016, 21:06). “Colónia penal do Tarrafal foi criada há 80 anos”. In http://www.rtp.pt/noticias/pais/colonia-penal-do-tarrafal-foi-criada-ha-80-anos_v913648 (consultado em 23 de abril de 2016).

Edmundo Pedro, de 17 anos, é preso com o pai e conduzido ao Tarrafal, conhecido como Campo da Morte Lenta. É desterrado pela PIDE em 1936, sem condenação de um juiz. Passou quase 10 anos neste “campo de concentração” e não “colónia penal”, como determina o Decreto-lei nº. 26 539 de 23 de abril de 1936, assinado por António Óscar de Fragoso Carmona e António de Oliveira Salazar. Este diploma legal estabelece a criação da “colónia penal para presos políticos e sociais no Tarrafal, da Ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde” (*Ibidem*).

No Tarrafal, há espancamentos e castigos diários, o mais temido é a “frigideira”. Um cubículo em betão armado, exposto ao sol. À noite a água condensava-se e os punidos lambem as paredes para matar a sede. O mais jovem prisioneiro esteve 70 dias na “frigideira” que atingia quase os 50 graus. O médico apenas entrava na secretaria da prisão, para assinar as certidões de óbito. “Eles assumiam isso. Quem vem para aqui, vem para morrer. Os presos eram isolados do mundo. Nesta cadeia morreram mais de 30 presos políticos, durante o Estado Novo (*Ibidem*).

Segundo a opinião de Mário de Carvalho, as prisões políticas durante o Estado Novo, significam a atrocidade e a tortura do sono:

Sim. O filme [Quem é o Ricardo?] reflecte a minha experiência mas não é exactamente a minha, que está transferida para um engenheiro clandestino — o que não era o meu caso. Aproxima-se muito dos aspectos de privação do sono, retirar a cadeira, a forma de abordagem, a monotonia do interrogatório com as pancadas sucessivas na mesa, os expedientes utilizados para impedir a pessoa de dormir. Mas é uma transfiguração ficcional. Trata apenas da primeira fase do percurso, o interrogatório. Depois havia a continuação da prisão preventiva aguardando julgamento, já em contacto com outros presos, em Caxias (Dias, 2014: 32).

Outro atentado à liberdade é o assassinato de Humberto Delgado, do “general sem medo”, pela PIDE, a 13 de fevereiro de 1965⁵³. Os que têm a coragem de enfrentar o poder do Estado encontram a morte e as prisões políticas. Este regime, apenas pode ter sido mantido durante mais de quarenta anos, com o apoio das elites e de grande parte da sociedade.

⁵³ “Humberto Delgado é «incómodo ainda hoje para muitas pessoas»” *In* <https://www.publico.pt/politica/noticia/delgado-e--incomodo-ainda-hoje-para-muitas-pessoas-1686052> (publicado em 15 de fevereiro de 2015 e consultado em 12 de janeiro de 2016).

*“Em memória
de Ernesto Melo Antunes”*

(Lourenço, 2016: 38)

Eduardo Lourenço argumenta que o 25 de abril inaugurou (ou reorganizou) o sistema democrático em Portugal (*cf. Ibidem*). Mário Soares destaca a importância fundamental da liberdade conquistada com o derrube da ditadura, pela revolução dos cravos (*cf. Carius et al, 2014:15*). Os Capitães de Abril prostraram um regime político totalitário, o que permitiu abrir o caminho à utopia, à democracia e à liberdade.

3.4 “A liberdade de pátio” na sociedade atual

[Os papeis do Panamá]:
É uma má notícia para quem defende a liberdade.
(Marcelo Rebelo de Sousa,
Presidente da República Portuguesa)
[Salvador, 2016: 4-5]

A temática da liberdade tem-se revelado inesgotável ao longo das épocas históricas e literárias, razão pela qual tem sido objeto de variados estudos. Alberto Caeiro, em “O Guardador de Rebanhos”, abordou esse assunto ao referir-se a um camponês “que andava preso em liberdade pela cidade”. A mágoa da personagem espelha o Decadentismo como corrente literária, durante o final do século XIX e o início do século XX, presente por exemplo, em *Poemas de Alberto Caeiro*:

“O Guardador de Rebanhos” (1911-1912)

III

Ao entardecer, debruçado pela janela,
E sabendo de soslaio que há campos em frente,
Leio até me arderem os olhos
O livro de Cesário Verde.

Que pena que tenho dele! Ele era um camponês
Que andava preso em liberdade pela cidade.
Mas o modo como olhava para as casas,
E o modo como reparava nas ruas,
E a maneira como dava pelas cousas,
É o de quem olha para árvores,
E de quem desce os olhos pela estrada por onde vai andando
E anda a reparar nas flores que há pelos campos...

Por isso ele tinha aquela grande tristeza
Que ele nunca disse bem que tinha,
Mas andava na cidade como quem anda no campo
E triste como esmagar flores em livros
E pôr plantas em jarros
(Pessoa, 1986: 743 – 744).

Limitados na sua condição, os seres humanos não se podem movimentar em plena liberdade, pois estão confinados à “liberdade de pátio” criada pelas contingências da sociedade em que está inserido. Como exemplos, podemos citar os paraísos fiscais, a crise financeira e económica, os impostos elevados, a austeridade, a corrupção, a falta de liberdade de expressão, os abusos desta mesma liberdade, entre outros atropelos morais e éticos presentes na sociedade atual.

A suposta utilização de esquemas fraudulentos na utilização de “offshores” por líderes políticos, empresariais e celebridades representa um sinal de alerta para a necessidade de regulação financeira à escala global (*cf.* Silva, 2016: 10). Sobre o mesmo assunto, José Manuel Paquete de Oliveira, provedor do leitor, refere:

Os “senhores mandantes” deste mundo construíram para o quadro de funcionamento destes mecanismos do sistema financeiro um princípio que é a sobrevalorizado e é defendido como a muralha intransponível da seriedade do mesmo: a legalidade. Sempre muito bem proclamada pelos ditames legalistas que eles próprios constroem e aprovam nos seus parlamentos. O resto (a moral, os princípios éticos ou a justiça social, ou de defesa da equidade e dignidade humana) é lixo (Oliveira, 2016: 44).

Os paraísos fiscais podem ajudar a delapidar os Orçamentos de Estado, dos países localizados em todas as latitudes, atingindo desse modo, a liberdade dos cidadãos. Apesar disso, os “Offshores também servem para fazer circular o dinheiro mais sujo do mundo” (Tiago/Ribeiro, 2016: 2-3).

O 44.º presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, considera que os “Panama papers” são um problema global e pediu ao Congresso para tomar medidas, no sentido de as empresas norte-americanas não se aproveitem das lacunas na lei, e assim fugirem aos impostos (Salvador, 2016:4). Por sua vez, José Manuel Fernandes defende um novo consórcio para os paraísos fiscais. Na sua opinião, os “Panama papers” conseguiram juntar esforços, unir jornalistas e lançar inquéritos em vários países. Deste modo, atacaram os paraísos fiscais, a corrupção, o branqueamento de capitais e prestaram um valioso serviço à democracia e à transparência.” Para este eurodeputado, falar de paraísos fiscais é sinónimo de elisão fiscal, e em casos mais

graves, ocultam, branqueiam, protegem corruptos e criminosos. Os paraísos fiscais prejudicam os mais pobres, sobrecarregam quem paga impostos, prejudicam a concorrência — sobretudo as Pequenas e Médias Empresas (PME). A perda de receitas da EU é superior a 160 mil milhões de euros, ou seja, é superior ao orçamento anual da EU. O eurodeputado do Partido Popular Europeu, na Comissão dos Orçamentos realça a iniciativa de uma associação de jornalistas ao denunciarem e ao darem visibilidade a um problema global. A solução passará também por um novo consórcio à escala global: o dos governantes dos países (Fernandes, 2016: 5).

Segundo o ponto de vista de Ilka Varela de Barés, embaixadora da República do Panamá em Portugal:

O Panamá acredita firmemente que a corrupção corrói o progresso e o desenvolvimento. Mas não podemos agir sozinhos. O caminho passa pela transparência financeira global, deve ser em caminho colectivo (Barés, 2016: 47).

Para o político e ex-ministro João Cravinho, os “offshores” e “onshores” são “verdadeiros crimes contra a humanidade que deveriam ser assim tratados” (Cravinho, 2016: 35). Estes mecanismos financeiros estão ligados “ao tráfico ilegal de armas, ao terrorismo, ao tráfico de droga, à corrupção económica e política” (*Ibidem*). Precisamos de um tratado internacional que nos liberte desta gangrena letal. (*cf. Ibidem*).

Os paraísos fiscais semeados por vários países são responsáveis pela delapidação das finanças públicas e por alimentar uma economia subterrânea, muitas vezes ligada a ilícitos criminais de várias naturezas. O fundador da Microsoft, Bill Gates, defendeu numa entrevista concedida à BBC, em janeiro de 2012, que os mais ricos deveriam pagar mais impostos, por uma questão de justiça. O bilionário sustentou um sacrifício partilhado visando solucionar o défice orçamental e a crise financeira que assolou os Estados Unidos da América⁵⁴.

Para Karl-Eckhard Carius e Viriato Soromenho-Marques, a União Europeia está desunida, o que tem provocado uma redução de liberdades individuais. A crise

⁵⁴ “Bill Gates não paga para o que ganha”. In http://rr.sapo.pt/informacao_detalle.aspx?fid=26&did=48111 (publicado em 26 de janeiro de 2012 e consultado em 07 de janeiro de 2016).

financeira, económica, política, social e cultural, num contexto globalizado ameaça a normal convivência em sociedade (cf. Carrius/Marques, *et al*, 2014: 11-23). Dezenas de milhões de seres humanos foram lançados para o desemprego, mesmo nos países mais ricos. Tornaram-se nos descartáveis de um capitalismo que se deixou desregular hipnotizado pela mitologia clássica da “mão invisível” (cf. *Idem*: 11-12).

Foram os milhões e milhões de mulheres e homens, mais humildes, habitando na base da hierarquia social dos países da Zona Euro, quem pagou e paga, na precariedade, no desemprego, na austeridade, no desespero, os erros de uma elite sem sabedoria nem bondade. (*Idem*:12)

O diagnóstico da doença europeia parece, pelo contrário, descrever um erro grosseiro, ao qual se soma uma terapia desastrosa, designada por outro nome. “austeridade” (*Idem*: 20).

5. O RESGATE INVISÍVEL. [...] Em vez da defesa do interesse europeu, os caminhos de uma austeridade inabalável e cega, que semeia o sofrimento social e a destruição económica, acaba por alimentar as forças centrífugas presentes na Europa. Os contribuintes, sejam ou não cidadãos dos países endividados, estão todos os dias a pagar o híper-resgate provocado por uma elite financeira tão incompetente como moralmente irresponsável. Todos os dias aumenta a clivagem entre os mais ricos e os mais pobres, iniciada á três décadas (*Idem*:21).

8. AS REGRAS DO JOGO. Mas o pior na doença europeia é o silêncio imposto aos cidadãos [...]. Se este caminho prosseguir, a Europa correrá o risco de se dissolver num jogo em que todos perderão, à semelhança do jogo jamais jogado durante a guerra-fria, que teria conduzido à destruição mútua assegurada (*Idem*: 22-23).

9. Recordar os Verdadeiros Europeus de 1914. Ainda não se ouvem os canhões da guerra propriamente ditos, mas a guerra económica e financeira que alastra na Europa já fez milhões de vítimas (*Idem*:23).

Na opinião de Adriano Moreira, a atual crise mundial, económica e financeira permitiu de modo muito grave “o direito de intervenção que a autoridade europeia assumiu em relação a Chipre, espoliando, com a filosofia do Pirata de Espronceda os depositantes dos Bancos entrados em incumprimento” (Moreira, 2013: 21-24):

Na viragem do milénio, a Alemanha tornou-se numa “ espécie de novo-riquismo substituiu as ideologias em confronto, durante meio século de ameaça militar, por um *credo de mercado* sem regulação que conduziu ao crescente *desamor* pela Europa com expressão na queda dos eleitorados, na quebra de confiança nos partidos, na falta de liderança mobilizadoras, e, no que toca a Portugal, na queda para a situação de *protetorado*, além que a *dívida* é esmagadora, a *fadiga fiscal* é assustadora, a esperança de retoma é posta, com dúvidas, em lonjuras temporais” (*Ibidem*).

De facto, a evolução da União, mais comandada pelos eurocratas do que pelos governos, parece evoluir para uma *soberania cooperante*, obediente à regra de que

cada um deve crer o necessário para servir o interesse comum e superior de todos. (*Ibidem*).

Adriano Moreira destaca também o facto de a fronteira da pobreza ter ultrapassado o Norte do Mediterrâneo, o que lembra as fronteiras do império Romano. Além das armas de destruição maciça, a miséria dos povos, a globalização das ameaças também inclui a degradação da confiança entre governantes e governados. No contexto de segurança militar está incluído o movimento migratório desordenado levado a efeito por diferentes culturas. (*cf.* Moreira, 2013: 20 - 21).

Muitos cidadãos continuam asfixiados nas muralhas da sua liberdade metaforicamente confinada por impostos elevados. Uma crise financeira internacional origina as mais variadas distopias sociais. Disso parecem ser exemplos, a austeridade, a pobreza⁵⁵, a emigração⁵⁶, incluindo a dos emigrantes com formação superior⁵⁷ causada pelo desemprego e o colapso de instituições bancárias.⁵⁸ Além da delapidação de unidades empresariais públicas e privadas, a queda de entidades bancárias como o BES, o BPN e o BCP mostram a face de uma crise no sector financeiro (*cf.* Lourenço, 2014: 79-91). O Parlamento português abriu um inquérito ao fim do BANIF (*cf.* Morais, 2015: 71-73). Portugal poderá ter que se confrontar com um problema

⁵⁵ Segundo os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), durante o início de 2014: Portugal poderá ter quase dois milhões de cidadãos em risco de pobreza.

FONTE: “Risco de pobreza em Portugal no nível mais elevado desde 2005”. *In* <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/risco-de-pobreza-em-portugal-no-nivel-mais-elevado-desde-2005-1629498> (publicado em 24 de março de 2014 e consultado em 12 de outubro de 2015);

⁵⁶ Numa estimativa do INA, entre 2011 e 2015 emigraram 586.358 portugueses. “Estimativas das saídas totais de emigrantes portugueses, 2000 – 2015”. *In* <http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/> (consultado em 7 de agosto de 2016);

⁵⁷ A Misericórdia de Paris verificou a existência de casos de “escravidão moderna” junto de portugueses. Entre 2011 e 2015 estima-se que tenham saído do país mais de 100 mil portugueses, por ano;

Fonte: “Misericórdia de Paris detectou casos de «escravidão moderna» junto de portugueses”. *In* <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/541249-misericordia-de-paris-detectou-casos-de-escravidao-moderna-junto-de-portugu> (publicado em 27 de setembro de 2015 e consultado em 30 de setembro do mesmo mês);

“Emigração em 2013 e 2014 estabilizou nos 110 mil por ano”. *In* <http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/541692-emigracao-em-2013-e-2014-estabilizou-nos-110-mil-por-ano> (publicado em 29 de setembro de 2015 e consultado em 30 do mesmo mês);

“Portugal lidera emigração”. *In* http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/portugal_lidera_emigracao.html (consultado em 24 de setembro de 2015);

⁵⁸ Os lesados do Banco Espírito Santo (BES) promovem uma manifestação junto às instalações do Novo Banco (NB). Os emigrantes lesados por terem comprado produtos financeiros ameaçam: "Nunca mais mandamos um tostão para Portugal " *In*

<http://www.msn.com/pt-pt/noticias/other/protesto-re%c3%bane-pelo-menos-mil-emigrantes-e-lesados-do-bes/ar-BBly565?ocid=iehp> (consultado em 10 de agosto de 2015).

demográfico, a curto prazo causado pelo envelhecimento da população e pela saída do país de capital humano em idade ativa. Segue-se uma narrativa na primeira pessoa de Ana Calobra, jovem emigrante portuguesa:

Tenho 23 anos, formei-me na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra e trabalho no East Surrey Hospital, em Redhill, um pouco a sul de Londres. [...] Não tenciono regressar a Portugal onde as condições de trabalho são muito precárias (“Público”, 30 maio 2016: 8).

Alexandra Correia denuncia as supostas irregularidades nos estágios profissionais e curriculares, num artigo publicado na revista “Visão”. “A Industria Perversa dos Estágios – Os abusos, fraudes, pressões e exploração a que estão sujeitos, todos os dias, milhares de jovens em busca de emprego” (“Visão”, 06 de outubro de 2016: capa). Empresas alimentam-se de um exército de estagiários, que ocupam postos de trabalho sem receber remuneração ou a auferir baixos rendimentos. O lado negro desta industria já custou 840 milhões de euros em apoios do Estado. Segundo Adriano Campos, representante da Associação de Precários Inflexíveis, há empresas viciadas nestes incentivos financeiros disponibilizados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Ricardo Stoffel, presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, ao referir-se aos estágios curriculares exigidos aos alunos para que possam terminar um curso superior, critica o facto de serem as próprias universidades e as ordens profissionais a promoverem esta “forma moderna de escravatura” (*Idem*: 36 – 43). Também outros autores têm manifestado preocupação com a precariedade laboral e com a emigração:

Uma “geração atraçoada” onde a precariedade e baixos salários condicionam o presente e hipotecam o futuro dos jovens nascidos nos anos 80 e 90. A emigração deste capital humano com formação superior é a outra ou talvez a única alternativa (Bastos/Albuquerque, 2016: 20-21).

“A liberdade de pátio” também poderá estar representada numa Europa incapaz de eliminar a pobreza. Segundo a apreciação de Viriato Soromenho Marques, Marcelo Rebelo de Sousa sublinhou na tomada de posse como Presidente da República que a

obediência à constituição implica não baixar os olhos perante o crescimento da pobreza e às falhas do projeto europeu. (cf. Soromenho Marques, 2016: 8).

Para Eugénio da Fonseca, presidente da Caritas portuguesa, de acordo com o relatório elaborado por esta instituição referente a 2013, Portugal é o país em que o risco de pobreza e exclusão social mais cresceu na União Europeia. “Estimando-se que existam mais de 2,8 milhões de portugueses em risco de pobreza, sendo que destes mais de 640 mil serão crianças e jovens”.⁵⁹ “Uma em cada quatro crianças é pobre em Portugal”, afirmou Armando Leandro, Presidente da Comissão dos Direitos das Crianças e Jovens na sessão de abertura do Encontro Nacional de avaliação das atividades das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) realizado no Funchal (JM-Madeira, 29 de novembro de 2016: 8-9). No mesmo congresso nacional, Madalena Marçal Grilo, diretora da UNICEF em Portugal, salientou que “há 536 mil crianças a viver na pobreza”, apesar de haver sinais [das entidades governamentais] no sentido de corrigirem as medidas de austeridade (D. N. – Funchal, nº. 46109 de 30 de novembro de 2016: 25).

O Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker reconheceu a falha das políticas europeias causadoras de austeridade seguidas em países como Grécia, Portugal ou Irlanda, “pecamos contra a dignidade da Grécia e de Portugal”⁶⁰.

Outra muralha da liberdade de páteo pode ser a “Medicina de Guerra”, segundo um artigo publicado na revista “Visão”, sobre mortes nas urgências dos hospitais portugueses, durante o mês de janeiro de 2015. Os profissionais de saúde falam de exaustão, espera, frustração, escassez, entropia, desespero, inaceitável e de insegurança (cf. Nery, 2015: 32-38).

Mário Soares não se esquece de homenagear o apoio das “forças políticas alemãs mais progressistas, na luta de Portugal pela liberdade” (Carius/Marques *et al*, 014: 15). Todavia, não esconde uma profunda preocupação com rumo traçado para a Europa:

⁵⁹ “Caritas diz que pobreza infantil compromete desenvolvimento do país”. In <http://www.noticiasominuto.com/pais/379365/caritas-diz-que-pobreza-infantil-compromete-desenvolvimento-do-pais>. (publicado em 22 de abril de 2015.e consultado em 23 do mesmo mês);

⁶⁰ “Pecamos contra a dignidade dos povos na Grécia e em Portugal”. In <http://www.noticiasominuto.com/politica/349647/pecamos-contra-a-dignidade-dos-povos-na-grecia-e-em-portugal> (publicado em 18 de fevereiro de 2015 e consultado em 19 do mesmo mês).

Por isso não posso deixar de manifestar a minha perplexidade e inquietação perante o que está a suceder á Europa de hoje. Perante a crise financeira, declarada em 2008 nos EUA, a União Europeia respondeu de modo incompreensível. Em vez de solidariedade, os países com maior peso económico e político responderam às dificuldades de países atingidos pela crise financeira com hostilidade. Os planos de resgate, para os quais, numa inexplicável demonstração de falta de maturidade e espírito de unidade, se foi buscar ao FMI e as suas receitas são verdadeiros ultimatums impostos aos povos, que os obrigam a intoleráveis sacrifícios dentro de uma estrada de austeridade, que os mais reputados economistas mundiais consideram ser um caminho errado, condenado ao insucesso (*Idem*: 16).

A liberdade de pátio onde vivem os lusitanos encontra-se sujeita às regras de uma “Nova Ditadura – A Ditadura dos Mercados Financeiros” (*cf.* Carrius/Marques, 2014: 143-148). Segundo Sahra Wagenknecht, a Europa dos mercados financeiros traiçooou as esperanças da Revolução dos Cravos e é a principal ameaça para a paz e para a democracia (*Ibidem*):

A ditadura portuguesa está morta, mas a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu – BCE – e o Fundo Monetário Internacional – FMI) sob a liderança alemã conduz o país novamente à miséria e despoja-o da sua soberania. Portugal, a superada potência colonial, torna-se agora, ela própria, uma colónia. (*Ibidem*);

A taxa de desemprego subiu de 7,6%, em 2008, para 16,4%. Na Primavera, mais de 42% dos jovens com menos de 24 anos de idade estavam no desemprego. [...]

A História está repleta de ironia. Como afirmou Karl Marx. A História repete-se, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa;

Quando a bolha rebentar, ou seja, as exigências do sector financeiro referentes à economia real deixarem de poder ser servidas, os mercados financeiros secarão e a economia ruirá. [...] Por detrás da crise de dívida soberana, reformas estruturais e outros conceitos tecnocráticos, esconde-se a ditadura dos mercados financeiros. Esta é a principal ameaça para a paz e a democracia na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial (*Ibidem*).

Na opinião de Viriato Soromenho-Marques, a União Europeia encontra-se num “jogo perigoso da agonia lenta” (Marques, 2014: 364). Entende que a Alemanha manda, mas é incapaz de liderar o espaço europeu. As brechas são provocadas pela “diminuição das liberdades que a pobreza provoca” (*Ibidem*). Alega também o facto de a Europa alemã pretender manter uma austeridade perpétua sem futuro. O continente europeu está à deriva e joga com regras erradas. A União Europeia apenas sobreviverá com jogos em que todos ganham alguma coisa. Na agonia lenta ganham

os credores, com a divisa: tu perdes e eu ganho. Representa um jogo perigoso (*cf. Ibidem*). Para este autor, os europeus já não acreditam na utopia. Talvez as distopias sociais falam mais alto e são marcas do nosso quotidiano:

Paredes Sem Futuro. Quem percorra hoje as cidades de muitos países europeus ficará surpreendido com o que contam as suas paredes. Os seus textos e imagens estão longe do sonho e da utopia. São gritos de desespero, exclamações angustiadas que remetem para a dívida e culpa, para resgate, austeridade, troika e desemprego (Carius/Marques, *et al*, 2014: 19).

Pode ser perigoso confundir liberalismo com libertinagem porque os mercados não gostam de austeridade. O liberalismo adora os mercados, mas é um amor não correspondido: os mercados não gostam do liberalismo, mas gostam muito de libertinagem económica (*cf. Pereira*, 2011: 106).

A corrupção pode também representar “liberdade de pátio”. O então Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, na sua mensagem de ano novo (2015) salientou que “o combate à corrupção é uma obrigação de todos”.⁶¹ Para o Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO), a falta de transparência nos procedimentos administrativos, em alguns departamentos do Estado ⁶² continua a minar a sociedade. Para Paulo Morais, “o fenómeno de corrupção cresceu de forma visível nos últimos

⁶¹ “Aníbal Cavaco Silva, mensagem de Ano Novo do Presidente da República”. *In* <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=89090> (consultado em 7 de abril de 2015);

⁶² O Conselho da Europa sugere às autoridades portuguesas a reforçarem a prevenção da corrupção na atividade profissional de juizes, procuradores e deputados. Segundo sustenta o Grupo de Estados Contra a Corrupção (GRECO) há pouco foco na prevenção da corrupção nestes segmentos profissionais. Para esta organização, "atualmente, no parlamento (Assembleia da República), confia-se simplesmente na consciência individual dos deputados". "A responsabilização dos deputados foi enfraquecida por um regime de prevenção de conflitos de interesses demasiado permissivo e um regime de incompatibilidade litigiosas que lhes permite exercer advocacia", aponta o documento, acrescentando que se mantém assim acesa a "ideia segundo a qual o parlamento apenas tem uma transparência de fachada nas suas atividades". Fonte:

“Europa recomenda mais “transparência” a deputados, juizes e procuradores”. *In* <http://www.dn.pt/portugal/interior/europa-recomenda-mais-transparencia-a-deputados-juizes-e-procuradores-5022866.html> (consultado em 11 de fevereiro de 2016).

Publication: 10 February 2016. Greco Eval IV Rep (2015) 5E. FOURTH EVALUATION ROUND. Corruption prevention in respect of members of parliament, judges and prosecutors. EVALUATION REPORT PORTUGAL. Adopted by GRECO at its 70th Plenary Meeting (Strasbourg, 30 November – 4 December 2015). *In* http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/greco/evaluations/round4/Eval%20IV/GrecoEval4Rep%282015%295_Portugal_eng.pdf (publicado em 10 de fevereiro de 2016 e consultado em 11 do mesmo mês).

vinte anos” (Morais, 2015: 61). Segundo António Marinho e Pinto, “A corrupção⁶³ na administração pública local é muito danosa para a democracia [...]. A pior é ao nível das grandes decisões políticas (Pinto, 2010: 187).

Uma sociedade sem liberdade de expressão (v. Anexo IV: 147) é uma sociedade totalitária e pautada pelos mais variados ataques à liberdade. Melhor ainda, é uma sociedade enferma de cegueira branca uma vez mais plasmada na literatura: “Abramos os olhos. Não podemos estar cegos, disse o médico. É uma grande verdade a que diz que o pior cego foi aquele que não quis ver” (Saramago, 2011: 385).

Por outro lado, o direito à privacidade é praticamente inexistente.⁶⁴ Para esta nova realidade contribuem as novas tecnologias, incluindo as redes sociais, onde muitas vezes o direito de terceiros é desrespeitado.

Na opinião de Camilo Lourenço sobre os média, a maioria das publicações limita-se ao populismo para sobreviver (cf. Lourenço, 2014: 210). A temática dos abusos de liberdade de expressão existe desde que há imprensa. “O Investigador Português em Inglaterra”, publicação dedicada à cultura e à política portuguesa, editada em Londres já denotava essa preocupação. Numa das suas publicações destaca que não eram permitidos escritos pautados pela falta de honestidade, nem com abuso da liberdade que a escrita permite, visando mesmo indivíduos indefesos, ainda quando culpados (“O Investigador Português em Inglaterra”, 1811: 3).

Nos nossos dias, a atividade jornalística encontra-se regulamentada. O profissional da comunicação social, ao desempenhar a sua missão, não pode fazê-lo de livre arbítrio.⁶⁵

A prisão de 17 jovens angolanos, alegadamente por estarem a planear um golpe de Estado, poderá ser considerada um atentado à liberdade. Os ativistas angolanos foram condenados pelos seguintes crimes: “actos preparatórios de rebelião e associação de

⁶³ V. Código Penal;

⁶⁴ A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) funciona junto à Assembleia da República e é a entidade a quem foi atribuída a competência legal para instruir os processos e aplicar as coimas, em matéria contraordenacional (v. Lei da Proteção de Dados Pessoais);

⁶⁵ O Código Deontológico do Jornalista, no seu artigo 1º. refere:

O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.

Também, o Estatuto do Jornalista, no seu artigo 4º. estabelece os deveres atribuídos ao jornalista, dos quais se destacam os subsequentes:

- a) Exercer a atividade com respeito pela ética profissional, informando com rigor e isenção;
- c) Abster-se de formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência;
- h) Não falsificar ou encenar situações com intuídos de abusar da boa-fé do público.

malfeitores” (Cordeiro/Henriques, 2016: 2-5). Quando foram presos estavam na posse do seguinte armamento de guerra: um livro (*cf.* Pereira, 2016: 90).

Torna-se difícil falar em liberdade quando o ser humano se vê confrontado com distopias sociais como os conflitos armados, a armadilha mortal dos movimentos migratórios de forma maciça, a carência de liberdade de expressão, o abuso desta mesma liberdade, o desemprego, a pobreza, a fome, quando se encontra confinado em “liberdade de pátio”, entre arame farpado, ou quando se vê privado de outras necessidades básicas para qualquer indivíduo da raça humana.

3.5 Possibilidades de utopia na atualidade

*Triste de quem vive em casa, ...
Sem ... um sonho, no erguer de asa, ...
Triste de quem é feliz!
Vive porque a vida dura.
Nada na alma lhe diz ...
Ser descontente é ser homem.
Que as forças cegas se domem
Pela visão que a alma tem ...
E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou,
A terra será teatro
Do dia claro, ...
Quem vem viver a verdade?
(Fernando Pessoa – MENSAGEM)
[Alves, 2011: 319]*

Escrever sobre a liberdade é refletir sobre os pensamentos utópicos. O escritor ao confrontar o leitor com comportamentos anti-humanos alimenta um sentimento de esperança e de utopia.

D. João II deu vida aos sonhos. O Príncipe Perfeito reinou com “a imposição da Lei e a defesa da Grei” (Alves, 2011: 355).

Pola Lei e Pola Grey foi a divisa de D. João II ao tomar o poder, apoiado nas ruas pelo povo que sofria os abusos dos nobres. Esse grande vulto que a rainha de Espanha designou O Homem e que, conforme Veríssimo Serrão refere ao prefaciá-la Crónica de Garcia de Resende, desde muito novo sentira a *res publica* como ideal que transcende o detentor do poder e o irmana com a grei. Para a posteridade fica a imagem do Príncipe Perfeito: do legalista que impôs com dureza os direitos da Coroa, mesmo com sacrifício dos familiares e cortesãos; do rei que foi certo e constante na justiça para impedir atropelos à Coroa e protector dos povos; do sonhador governante que, para além de outros projectos, ordenou o descobrimento da Índia.

A divisa do Príncipe Perfeito, num sonhador golpe de asa, foi assumida pela Guarda [Guarda Nacional Republicana]. ***Pela Lei e Pela Grei*** é o farol orientador nos caminhos em busca da utopia.

O esforço legalista para impedir atropelos à soberania do Estado; o trabalho de protecção ao serviço das populações. Conforme a tradição, “Hora a Hora a Guarda Melhora”, mas em época de crise torna-se indispensável “adivinhar os perigos” e sonhar mais longe (*Idem*: 325-326).

A Guarda Nacional Republicana (GNR) escolhe para a sua divisa, *Pela Lei e Pela Grei*, a qual se mantém inscrita no seu brasão (*Idem*: 117). Assim sendo, a Guarda é fiel depositária da utopia eleita pelo Príncipe Perfeito. Não é uma missão fácil de ter a seu cargo, tão difícil responsabilidade: defender o povo e impor a lei contra “os abusos dos nobres”. A aplicação dos imperativos legais, nem sempre é líquida. Por este fato os tribunais, bem como as entidades administrativas devem decidir em função do espírito do legislador.⁶⁶

Sociedades perfeitas defensoras da liberdade e utópicas sempre cativaram os grandes pensadores. A literatura é utilizada pelos autores idealistas, visionários e com a vontade de reformar o comportamento social, para alcançar o bem comum e uma sociedade ideal, muitas vezes utópica, pois o sonho da sociedade exemplar é apenas, e só um sonho (*cf.* Shaw, 1978: 467). No entanto, esta pintura das imperfeições que aflige a sociedade pode ser retocada, atenuando deste modo, as distopias sociais.

A utopia sugere alternativas para organizar a sociedade. Pode ser um pensamento otimista, o que talvez represente um anti-poder instituído. Poderá ser uma sociedade pautada pela esperança, onde a justiça social reina. Este sonho é sinónimo de liberdade e de igualdade de oportunidades para todos os seres humanos. Representa uma cura para o desencantamento da sociedade, é sobretudo um lugar de resistência e de crítica social.

Os compromissos utópicos alicerçados na liberdade sempre foram os temas eleitos por ideologias e por projetos políticos. Também, as vítimas de injustiças, de crises económicas, de decisões políticas prejudiciais à maioria das populações encontram na utopia a esperança para a solução das suas dificuldades. Este sonho espelha a liberdade de pensamento, de concorrer a oportunidades profissionais, de contribuir para uma vida digna em sociedade e o direito à defesa perante a justiça. Portugal distingue-se quer pela ênfase que põe na abolição da pena de morte, como defende a responsabilização e condenação de todos quantos cometam violações e abusos de direitos humanos em qualquer conflito, por exemplo, na Síria (*cf.* Silva, 2016:19).

Em 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA) desfraldou o estandarte da utopia e da liberdade. Ermelinda Duarte escreveu o poema “Somos

⁶⁶ V. Espécies de Interpretação pelo resultado: Interpretação Declarativa, Extensiva, Restritiva Enunciativa e Abrogante (Mendes, 1984: 252).

Livres”. Na época é entoado em todas as estações de rádio e na televisão portuguesa. Torna-se no hino da jovem democracia e o emblema da liberdade. (v. Anexo II: 135) ⁶⁷

As possibilidades de utopias são possíveis em todas as formas de poder. Há cinquenta anos o idioma de poder era o francês, hoje, domina a língua britânica. Manuel Ferreira Patrício defende o falar e escrever em português como entidade linguística de substância científica, como instrumento de poder, incluindo o político. Sendo assim, é importante repensar o papel a desempenhar pela Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), na defesa da Pátria de Fernando Pessoa como hipótese de estratégia cultural e política (*cf.* Patrício, 2013: 33 – 35):

As nossas crianças já estão a aprender inglês na escola básica, suponho que a partir do pré-escolar. Não vejo que isso seja compensado com um reforço do ensino e aprendizagem do português.
O suicídio pátrio começa cedo (*Idem*: 35).

A liberdade e a utopia continuam a ser temáticas eleitas na atualidade e são legítimas aspirações da raça humana. Numa iniciativa inédita, Marcelo Rebelo de Sousa, atual Presidente da República juntou, na Mesquita em Lisboa, 17 confissões religiosas no dia da sua tomada de posse. Deste modo, o chefe de Estado português pretende destacar a importância da liberdade religiosa (Pena, 2016: 1-9). Na mesma cerimónia, Paulo de Carvalho canta a canção que serviu de senha ao 25 de abril, “E depois do Adeus” (Marcelino, 2016: 10-11). Estas iniciativas podem representar a esperança e o sonho por uma sociedade mais justa, mais humana, logo, menos distópica⁶⁸.

⁶⁷ “Ermelinda Duarte: História da Gaivota”. In <https://www.publico.pt/noticias/jornal/ermelinda-duarte-historia-da-gaivota-169732> (publicado em 22 de abril de 2002 e consultado em 29 de fevereiro de 2016);

⁶⁸ “Veio uma tropa fandanga, uma malta de arruaceiros bem armados, muito bebidos, entraram pela casa à força e espancaram toda a gente. O comandante quis saber como se chamava a velha. Ela disse-lhe, Esperança Job Sapalalo, patrão, e ele riu-se. Troçou, a Esperança é a última a morrer. Alinharam o dirigente e a família no quintal da casa e fuzilaram-nos. Quando chegou a vez da Velha Esperança não havia mais balas. O que te salvou, gritou-lhe o comandante, foi a logística. O nosso problema há-de ser sempre a logística. Depois mandou-a embora. Agora ela julga-se imune à morte. Talvez seja” (Aqualusa, 2016: 21-22).

Considerações finais

A crise cultural destrói os ideais do Homem, tão defendidos aquando da Revolução Francesa, alimenta a economia subterrânea levando assim a uma sociedade distópica. Trata-se de uma realidade social que frequentes vezes é retratada pelo universo literário.

Thomas More, Padre António Vieira, Eça de Queirós e Mário de Carvalho, de forma diferente, destacam as virtudes, mas também os comportamentos distópicos da sociedade. More narra a descoberta da ilha da *Utopia* por um navegador português. Vieira fala aos peixes, pois os colonos portugueses, no Brasil, não o querem ouvir. Em *A Ilustre Casa de Ramires*, Eça utiliza uma narrativa assente na crítica dirigida ao poder político e governamental, vigente em Portugal durante o final do século XIX.

Há cinco séculos, *A Utopia* ofereceu ao leitor uma narrativa, na qual se retratava uma sociedade ideal, sem desemprego e com inexistência de atropelos à liberdade. Todos os cidadãos da ilha do sonho tinham acesso aos cuidados de saúde, à educação e a outros bens e serviços fundamentais a qualquer indivíduo. Neste território, as dezoito horas livres de um dia normal de trabalho são utilizadas para descansar, participar em eventos culturais e em atividades de lazer.

No *Sermão de Santo António aos Peixes*, o autor utilizou a escrita metafórica para criticar os colonos portugueses no Brasil. As características positivas e as negativas do comportamento humano são comparadas a naus e a peixes, numa construção alegórica sustentada pela sequência de metáforas textuais.

Por sua vez, Eça de Queirós criou uma obra literária realista, na qual, interliga as ciências literária e histórica, numa escrita influenciada por uma sociedade portuguesa ferida no seu orgulho pela cedência do poder político perante as exigências do Ultimato Inglês, que culminaria com a Revolta do Porto. Um fim de século em que o povo vivia asfixiado por uma dívida pública descontrolada, sustentada por uma elevada taxa fiscal e por empréstimos bancários londrinos.

Como pudemos observar, Mário de Carvalho, em *A liberdade de pátio*, arquiteta uma alegoria que se estende à totalidade da narrativa, alicerçada por um conjunto de metáforas. O conto que dá título à obra poderá remeter-nos para uma “liberdade de pátio” mais ampla, de que pode ser exemplo os atropelos sociais

caracterizados pelos conflitos armados, pela falta de ética, pela burocracia, pelos regimes políticos totalitários e pela falta de liberdade. Os sete contos movem-se numa ação intemporal, bem como numa narrativa muitas vezes com viagens ao passado histórico e literário. Através de combinações narrativas, o autor privilegia o fantástico e o absurdo da vida quotidiana através de uma ficção enigmática e metafórica. A criação literária parece, assim, encontrar-se assente num jogo de palavras, na criatividade ficcional e na superlativa visão abrangente da realidade.

Tentámos demonstrar que a palavra liberdade pode representar dois vetores. No primeiro, a liberdade de interpretar um texto é algo positivo que permite ao leitor sonhar. Por outro lado, a prisão de uma pessoa significa a falta de liberdade e é o pior que pode acontecer a qualquer indivíduo da raça humana. Pelo facto de o professor ter ganho a sua “liberdade de pátio”, o leitor também é convidado a viajar pela “liberdade de pátio” em que, de certo modo, todos os indivíduos se movimentam. Além da falta de ética nas relações comerciais e pessoais, o narrador destaca uma alusão à sede da polícia política, localizada em Lisboa. O leitor é seduzido a viajar pelo recente passado histórico português, ou seja, até à época salazarista.

Mário de Carvalho utiliza uma escrita sobre a liberdade, numa ironia e sátira apuradas. Reaviva, sobretudo, as distopias de uma sociedade enferma de cegueira branca. Há uma espécie de intertextualidade com o *Ensaio Sobre a Cegueira*, de José Saramago. “Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem que é negra. Pois eu vejo tudo branco” (Saramago, 1995:14).

As distopias sociais continuam a moldar a sociedade ameaçada, porque, hoje, a raça humana convive com uma guerra calada à esfera global. Os atentados terroristas, a falta de liberdade e os abusos dessa mesma liberdade representam ameaças à paz mundial. Os cemitérios europeus são substituídos pelas águas do Mediterrâneo e a Europa não consegue lidar com uma crise migratória sem precedentes. A União Europeia, que teve por berço a liberdade, recebe os migrantes com muralhas de arame farpado e com balas de borracha. É um imperativo, para esta sociedade ameaçada, encontrar o caminho da utopia e da liberdade.

A utopia e a liberdade podem estar assombradas por impostos elevados, pelas centenas de paraísos fiscais, pela corrupção, pela burocracia, pelo desemprego e pela emigração. Talvez estes representem os possíveis obstáculos ao desenvolvimento de qualquer sociedade democrática. Também os excessos de um neoliberalismo, em que

o Estado negligencia as suas funções de regulador, podem ser um obstáculo à democracia, no qual o tecido económico talvez possa cair nas mãos de oportunistas.

Como tivemos oportunidade de referir ao longo da nossa investigação, atualmente, os portugueses encontram-se na rota da emigração. Muito do capital humano, mesmo com formação superior, encontra-se a aplicar o seu “know how” em terras forasteiras, à custa dos sacrifícios das famílias portuguesas. A sua grande maioria são jovens que porventura não voltarão, o que poderá contribuir para o envelhecimento da população, num curto e médio prazo, lembrando o fluxo migratório semelhante ao que ocorreu nos anos sessenta, do séc. XX. No entanto, as consequências demográficas foram evitadas pelos portugueses que regressaram das ex-colónias, após o 25 de abril de 1974. Hoje, este balão de oxigénio já não existe. Poderemos estar perante uma queda da percentagem da população ativa portuguesa, cujas consequências sociais e económicas poderão representar uma ameaça a uma sociedade desenvolvida.

Terminámos esta nossa investigação com a convicção de que nos parece imperativo limar arestas e caminhar sem olhar para trás, com um único objetivo: derrubar as muralhas da nossa “liberdade de pátio” e sonhar com a utopia e com a liberdade. Recorremos às obras literárias referidas com a intenção de espelhar os comportamentos humanos e com o objetivo de entender e organizar a sociedade e, sobretudo, alertar as consciências adormecidas.

Liberdade e utopia representam um sonho otimista e todos devemos continuar a sonhar, ou seja, a caminhar rumo a uma sociedade mais justa e mais humanizada. Contudo, não será prudente afirmar que alcançamos esse fito, porque aqueles que defendem ter alcançado esta meta navegam nos mares do totalitarismo.

Muito ficou por esclarecer e aprofundar, pois acreditamos que esta pesquisa é o início de uma investigação e não um fim. Esperemos que fique para uma próxima oportunidade a continuação do estudo aqui apresentado.

BIBLIOGRAFIA

CORPUS

- Queiroz, Eça (1900). *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Edição Livros do Brasil;
- Morus, Tomás (1985). *A Utopia*. Lisboa: Guimarães Editores, Lda.;
- Alves, Manuel dos Santos (1998). *Padre António Vieira — Sermão de Santo António aos Peixes*. Lisboa: Vega Escolar, Assírio Bacelar;
- Carvalho, Mário (2013, 1ª. edição) *A liberdade de pátio*. Porto: Porto Editora.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

- Abreu, Jorge (1912). *A Revolução Portuguesa, o 31 de Janeiro (Porto 1891)*. Lisboa: Casa Alfredo David;
- Agualusa, José (2016 – 14ª. edição). *O Vendedor de Passados*. Alfragide: Publicações Dom Quixote;
- Aguilera, Fernando Gómez/Roberto Saviniano (2014). *José Saramago — Alabardas*. Porto: Porto Editora;
- Álvares, Padre Manuel (2014). *Padre Manuel Álvares S. J. – Obra Literária Completa*. Lisboa: Esfera do Caos, Editores e APCA;
- Alves, Carlos Armando (2011). *Contributos para uma sociologia da política*. Lisboa: Edição da revista da Guarda Nacional Republicana;
- Arnaut, Ana Paula (2002). *Post-Modernismo, no Romance Português Contemporâneo*. Coimbra: Editora – Livraria Almedina;
- Bíblia Sagrada, Velho e Novo Testamento* (2011). Lisboa: Sociedade Bíblica, loja da Bíblia;
- Bivar, Artur *et al. – et alii* (1948). *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*. Porto: Edições Ouro, Lda.;
- Braz, Manuel Poirier (2011). *Eu, Maçon, me Revelo — A Maçonaria e a República*. Lisboa: Livraria Petrony, Editores;

Buescu, Helena/Cerdeira Teresa (coord.) 2011. *República e Cidadania – República das Letras – Literatura Portuguesa e a Construção do Passado e do Futuro*. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edições e Artes Gráficas, SA;

Campbell, Peter Robert (2009). *Luís XIV*. Barcarena: Editora Presença;

Cândido, António (1980). *Literatura e Sociedade – Estudos de Teoria e História Literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo;

Chagas, João/Coelho, ex-Tenente (1901). *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (Depoimento de dois Cúmplices)*. Lisboa: Empresa Democrática de Portugal;

Carius, Karl-Eckhard e Soromenho-Marques, Viriato – coord. (2014). *Muros da Liberdade – As imagens esquecidas de Lisboa e o Clamor de Hoje*. Lisboa: Esfera dos Caos Editores;

Carvalho, Mário (2014). *Quem Disser o Contrário é Porque tem Razão – Letras Sem Tretas – Guia Prático de Escrita de Ficção*. Porto: Porto Editora;

Castro, Fernanda Gonçalves (2014). *Utopia e Distopia Testemunhar o mundo em Pepetela (Estórias de Cães, Montanhas e Predadores)*. Lisboa: CLEPUL;

Chevalier, Jean e Cheerbrant. Alain (1982). *Dicionário de Símbolos*. Lisboa: Editorial Teorema. Edição original: Paris: Editions Robert Laffout S. A. et Éditions Jupiter;

Cirlot, Juan Eduardo (1984). *Dicionário de Símbolos*. São Paulo: Editora Moraes;

Coelho, Paula Mendes (2006). *Questões de Poética Simbolista – Do Romantismo à Modernidade*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

Costa, Almeida/Melo, Sampaio (S/data, 5ª. edição). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto editora;

Eco, Umberto (2003). *Sobre a Literatura*. Viseu: Editorial Difel;

Eco, Umberto (1992). *Os limites da Interpretação*. Lisboa: Editorial Difel;

Ferreira, José, et al. – et alii (1995). *Sociologia*. Lousã: McGraw-Hill, Editores;

Houaiss, Antônio, et al. – et alii. (2003) *Dicionário Houaisiss da Língua Portuguesa. Tomo I*. Lisboa: Temas e Debates;

Op. cit. Tomo II;

Op. cit. Tomo III;

Kriegel, Blandine (2000). *L'Utopie Démocratique de Francis Bacon à George Lucas*. Paris: Revue des Deux Mondes, la Societé de la Revue des Deux Mondes;

Lourenço, Camilo (2014). *Irresponsáveis*. Lisboa: Matéria-Prima, Edições;

Marques, Viriato (2014). *Portugal na Queda da Europa*. Lisboa: Círculo de Leitores;

Maquiavel, Nicolau (2015). *O Príncipe*. Lisboa: Bertrand editores;

Martins, José C. de Oliveira (2011). *Pensar Portugal – Ironia, Paródia e Desencanto: Mário de Carvalho e o Retrato Melancólico de um País. Pensar a Liter@tura no Séc. XXI. Org. Silva, J. A. Carvalho, et al. - et alli*. Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa;

Mendes, João (1984). *Introdução ao Estudo do Direito*. Lisboa: Pedro Ferreira, editor;

Mendes, Margarida Vieira (1989). *A ORATÓRIA BARROCA DE VIEIRA*. Lisboa: Editorial Caminho, S.A.;

Mendes, João (1980). *Teoria Literária*. Lisboa: Editorial Verbo;

Morais, Paulo (2015). *Janela do Futuro*. Lisboa: Gravida Publicações, S. A.;

Moisés, Massaud (1982, 3ª. edição). *DICIONÁRIO DE TERMOS LITERÁRIOS*. São Paulo: Editora Cultrix;

Paolinelli, Luísa Marinho Antunes (2004). *O Romance Histórico e José de Alencar*. Dissertação de doutoramento. Funchal: Universidade da Madeira;

Pascoaes, Teixeira (2001). *Livro de Memórias*. Lisboa: Assírio & Alvim;

Pessoa, Fernando (1986). *Obras Poéticas e em Prosa*. Porto: Lello & Irmão Editores;

Pessoa, Fernando (2014). *Mensagem*. Porto: Assírio & Alvim;

Reis, Carlos/Ana C.M. Lopes (1987). *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Livraria Almedina;

Reis, Carlos (1995). *O Conhecimento da Literatura – Introdução aos Estudos Literários*. Coimbra: Almedina;

Reis, Carlos, coord. (2006). *Narratologia (s) e Teoria da Personagem. — Figuras de Ficção*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras;

Reis, Carlos, et al. – et alli (1998, 6ª. edição). *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina;

Reis, José Eduardo (2007). *Do Espírito da Utopia: Lugares Utópicos e Utópicos, Tempos Proféticos nas Culturas Literárias Portuguesa e Inglesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

Rino, Luís (2010). *Fome de Justiça – António Marinho e Pinto*. Carnaxide: Editora Objectiva;

Rita, Annabela/Vila Maior, Dionísio – coord. (2011). *Variações Literárias e Culturais. Do Ultimato à (s) República (s)*. Lisboa: Esfera do Caos, Editores;

Santos, Luís Aguiar (2001). *A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação*. Análise Social, Vol. XXXVI. Lisboa: Faculdade de Letras;

Saramago, José (2011, 19ª edição). *Ensaio Sobre a Cegueira*. Alfragide: Editorial Caminho;

Saramago, José/Morais Graça (1987). *O Ano de 1993*. Lisboa: Editorial Calinho, SA;

Serrão, Joaquim (1979-1995). *A Queda da Monarquia (1891-1910)*. Vol. 10 da *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo;

Shaw, Harry (1978). *Dicionário de termos Literários*. Lisboa: Dom Quixote;

Silk, Robert (1974). *O Socialismo a partir de Marx – 2ª edição*. Lisboa: Ulisseia;

Silva, Carvalho, et al. – et alii. (2011). *Pensar a Literatura no Séc. XXI*. Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga;

Silva, Vitor Manuel de Aguiar (1984, 6ª edição, Volume I). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina;

Vieira, Fátima (2002). *Looking Backward e News From Nowhere: Eucronia e Identidade Nacional, Utopias, Cadernos de Literatura Comparada*. Porto: Granido Editores e Livreiros;

Wellek, René/Austin Warren (1949, 4ª edição). *Teoria da Literatura*. Sintra: Francisco Lyon Castro, Editor.

REVISTAS

Adriano Moreira (setembro – novembro 2013). “Atributos do Estado Soberano no Século XXI”. “Revista Segurança e Defesa”, pp. 21-24;

Adriano Moreira (dezembro de 2013 – fevereiro de 2014). “Portugal – África”. “Revista Segurança e Defesa”, pp. 18 – 22;

Alexandra Carita (2 abril 2016). “Jorge Barreto Xavier: «A cultura é fulcral para encontrar novas respostas»”. “Revista do Expresso – E”: Lisboa, edição nº. 2266, pp 21 e 22;

Alexandra Correia (6 outubro 2016). “A Industria Perversa dos Estágios – Os abusos, fraudes, pressões e exploração a que estão sujeitos, todos os dias, milhares de jovens em busca de emprego”. “Revista Visão”: Lisboa, edição nº. 1331, capa e pp. 36 – 43;

Ana Sousa Dias (fevereiro 2014). “A Vida Discreta das Palavras”. Entrevista com Mário de Carvalho. “Ler Livros & Leitores”: Lisboa, edição nº. 132, pp 26-37;

António José Vilela (13-19 novembro 2014). "Toda a Verdade Sobre o Um Escândalo de 100 milhões". "Sábado": Lisboa, edição n.º. 550, pp 48-69;

António José Vilela (27 novembro – 3 dezembro 2014). "José Sócrates Esteve Sob Escuta Durante 330 Dias". "Sábado Especial": Lisboa, edição n.º. 552, pp. 44-68;

[Autor não identificado] (31 Março – 6 abril 2016). "Visão": Lisboa, edição n.º. 1204, p. 26;

Eduardo Lourenço (23 abril 2016). "O fim de todas as guerras e a guerra sem fim". "Revista do Expresso —E": Lisboa, edição n.º. 2269, pp. 34-39;

Filipe Fialho (31 março 2016). "Europa à Espera do Próximo Atentado". "Visão": Lisboa, edição n.º. 1204, pp. 32-36;

Isabel Nery *et. al, et alii*. "Medicina de Guerra" (22-28 janeiro 2015). "Visão": Lisboa, edição n.º. 1142, pp 32-38;

Jorge Araújo (9 abril 2016). "Longe da Vista". "Revista do Expresso —E": Lisboa, edição n.º. 2267, pp. 40-47;

Júlio Aires Crespo, Capitão (junho 1982). "A Guarda Fiscal na Revolta do Porto – 31 de Janeiro de 1891". "Revista da Guarda Fiscal", 2ª. Série, n.º. 4, p. 9 e 10;

Júlio Aires Crespo, Capitão (setembro 1982). "A Guarda Fiscal na Revolta do Porto – 31 de janeiro de 1891". "Revista da Guarda Fiscal", 2ª. Série, n.º. 5, pp. 15-18;

Júlio Aires Crespo, Capitão (dezembro 1982). "A Guarda Fiscal na Revolta do Porto – 31 de janeiro de 1891". "Revista da Guarda Fiscal", 2ª. Série, n.º. 6, p. 6;

Manuel Ferreira Patrício (setembro – novembro de 2013). "Um Olhar Estratégico Sobre a História do Futuro de Portugal". "Revista Segurança e Defesa", pp. 32 – 35);

Maria de La Salette Bexiga (setembro – novembro de 2013). "Informações na Atualidade e a sua Relevância Estratégica". "Revista Segurança e Defesa", pp. 40 – 47;

Martim Silva (9 abril 2016). "Do céu ao inferno". "Revista do Expresso — E": Lisboa, edição n.º. 2267, p. 10;

Ricardo Araújo Pereira (14 julho 2011). "É preciso não confundir liberalismo com libertinagem". "Visão": Lisboa, edição n.º. 958, p. 106;

Ricardo Araújo Pereira (31 março 2016). "Análise e interpretação de uma arma". "Visão": Lisboa, edição n.º. 1204, p. 90;

Sónia Sapage, *et. al, et alii*. (20 – 26 novembro 2014). "Negócio da China". "Visão": Lisboa, edição n.º. 1133, 38-46;

PERIÓDICOS

- Ana Calobra (30 maio 2016). “Carta de Inglaterra — Não tenciono regressar a Portugal”. “Público”: Lisboa, edição n.º. 9540, p. 8;
- Ana Dias Cordeiro e Joana Gorjão Henriques (29 março 2016). “Condenação de activistas reforça ideia de que Angola vive uma ditadura”. “Público”: Lisboa, edição n.º. 9509, pp. 2-5;
- Ana Gomes (9 abril 2016). “Refugiados: EU vê-se Grega”. “Expresso”: Lisboa, edição n.º. 2267, p. 42;
- Ana Gomes Ferreira (30 maio 2016). “700 migrantes podem ter morrido em três naufrágios no Mediterrâneo”. “Público”: Lisboa, edição n.º. 9540, p. 25;
- Armando Leandro (29 novembro 2016). “Realidade dos menores é muito preocupante”. JM: Funchal, p. 8 e 9;
- Augusto Santos Silva (10 março 2016). “A diplomacia pelos direitos humanos. Diário de Notícias”: Lisboa, edição n.º. 53651, p. 19;
- [Autor não identificado] (junho 1811). “O Investigador Portugtuêz em Inglaterra”, Vol. I Londres: Editor: H. Bryer, p. 3;
- [Autor não identificado] (1 fevereiro 1891). “Os Paços do Concelho do Porto, onde os Revoltosos se Entrincheiraram”. “Diário Ilustrado”: Lisboa, edição n.º. 6:407, pp. 1-3;
- [Autor não identificado] (2 fevereiro 1891). “Coronel João de Lencastre e Menezes (Cabanelas)”. *Idem*, n.º. 6:408, p.1;
- [Autor não identificado]. (3 fevereiro 1891). “A Revolta”. *Idem*, n.º. 6:409, p. 2;
- [Autor não identificado] (4 fevereiro 1891). ”A Revolta”. *Idem*, n.º. 6:410, p. 1 e 2;
- [Autor não identificado] (5 fevereiro 1891). “A Revolta”. *Idem*, n.º. 6:411, p. 2;
- [Autor não identificado] (27 fevereiro 1891). “Julgamentos Militares — Os Acontecimentos do Porto”. *Idem* n.º. 6:432, p. 2;
- [Autor não identificado] (28 fevereiro 1891). “Os Acontecimentos do Porto — Suspensão de Garantias”. *Idem*, n.º. 6:433, Lisboa, p. 2;
- [Autor não identificado] (1 março 1891). “Os Acontecimentos do Porto — Os Julgamentos” *Idem*, n.º. 6:434, p.2;
- [Autor não identificado] (2 março 1891). “Os Acontecimentos do Porto — Os Julgamentos”. *Idem*, n.º. 6:435, p. 2;

[Autor não identificado] (3 março 1891). “Os Acontecimentos do Porto”. *Idem*, nº. 6:436, p. 2;

[Autor não identificado] (4 março 1891). “Os Acontecimentos do Porto”. *Idem*, nº. 6:437, p. 2;

[Autor não identificado] (25 de março de 2016). “Karadzic condenado a 40 anos por genocídio”. “Diário de Notícias”: Funchal, p. 19;

[Autor não identificado] (9 abril 2016). “Preso o homem mais procurado da Europa”. “Expresso”: Lisboa, edição nº. 2267, p. 48;

Clara Barata (10 março 2016). “Se formos muito legalistas, temo que os refugiados fiquem fora da Europa”. “Público”: Lisboa, edição nº. 9459, p. 24 e 25;

Clara Barata (30 maio 2016). “A Europa é um espaço frágil que é preciso proteger”. “Público”: Lisboa, edição nº. 9540, p. 26;

Daniel Ribeiro (10 janeiro 2015). “Crónica dos três Dias de Brasa que Abalaram Paris”. “Expresso”: Lisboa, edição nº. 2202, p. 6 e 7;

Daniela Soares Ferreira (24 março 2016). “Bruxelas — Autoridades passaram 24 horas à procura de um morto”. “Jornal I”: Lisboa, edição nº. 2141, p. 2 e 3;

Félix Ribeiro (11 abril 2016). “Macedónia dispara gás e balas de borracha contra refugiados e migrantes”. “Público”: Lisboa, edição nº. 9491, p. 20;

Ilka Varela de Barés (19 abril 2016). “Panama Pepers: o mundo deve trabalhar em conjunto”. “Público”: Lisboa, edição nº. 9499, p. 47;

Joana Pereira Bastos e Raquel Albuquerque (2 abril 2016). “A geração atraíçoada”. “Expresso”: Lisboa, edição nº. 2266 pp. 20-21;

João Cravinho (14 maio 2016). “Ex-Ministro diz que os governos não têm força para combater esta gangrena porque estão subordinados ao poder financeiro — offshors: o que haveria a fazer e por que não se fará”. “Expresso”: Lisboa, edição nº. 2272, p. 35;

José Manuel Fernandes (6 abril 2016). “Paraísos Fiscais. A exigência de um novo consórcio”. “Diário de Notícias”: Lisboa, edição nº. 53678, p. 5;

José Manuel Paquete de Oliveira (11 abril 2016). “Os Papeis do Panamá entre a legalidade, a moral e a ética”. “Público”: Lisboa, edição nº. 9491, p. 44;

Lucília Tiago e Luís Reis Ribeiro (6 abril 2016). “Investimento português em offshores tem maior subida em dez anos”. “Diário de Notícias”: Lisboa, pp. 2 - 4;

Madalena Marçal Grilo (30 novembro 2016). “Os anos de crise foram tremendos para as crianças”. “Diário de Notícias”: Funchal, edição nº. 46109, p. 25;

Manuela Goucha Soares (10 janeiro 2015). “O mês em que Portugal saiu à rua contra os ingleses”. “Expresso”: Lisboa, edição n.º. 2202, p. 28 e 29;

Mariana Barbosa (29 abril 2016). “Refugiados: e tudo o acordo levou”. “Público”: Lisboa, edição n.º. 9478, p. 57;

Nuno Ramos de Almeida (24 março 2016). “Terrorismo. Os mortos não têm todos a mesma pele?” “Jornal I”: Lisboa, edição n.º. 2141, p. 8 e 9;

Jorge Sampaio (8 maio 2016). “Iraqe, evocações presidenciais”. “Público: Lisboa, edição n.º. 9518, p. 21;

Paulo Pena (10 março 2016). “Marcelo de gesto em gesto, novo presidente tentou unir todos «num dia de sonho»”. “Público”: Lisboa, edição n.º. 9459, pp. 1-9;

Susana Salvador (6 abril 2016). “Primeiro-ministro da Islândia demite-se no segundo dia da «caça às bruxas»”. “Diário de Notícias”: Lisboa, edição n.º. 53678, p. 4 e 5;

Valentina Marcelino (10 março 2016). “Só o Dalai Lama juntou tantas religiões na mesquita”. “Diário de Notícias”: Lisboa, edição n.º. 53651, p. 10 e 11;

Viriato Soromenho-Marques (10 março 2016). “Mobilização, valores e limites”. Diário de Notícias: Lisboa, edição n.º. 53651, p. 8.

PERIÓDICOS DIGITAIS

“A Paródia” (1900). *In* http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N01/N01_master/AParodiaN01.pdf (consultado em 6 de janeiro de 2016);

“A Paródia” (1902). *In* http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/AParodia_1902.htm (consultado em 6 de janeiro de 2016);

Adriano Moreira. “O regime da insegurança”. *In* <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/adriano-moreira/interior/o-regime-da-inseguranca-5033334.html> (publicado e consultado em 17 de fevereiro de 2016);

Alexandre Martins. “Papa: «Não se pode provocar nem insultar a fé das outras pessoas»”. *In* <http://www.publico.pt/mundo/noticia/papa-francisco-nao-se-pode-provocar-nem-insultar-a-fe-das-outras-pessoas-1682308> (publicado em 15 de janeiro de 2015 e consultado em 18 de novembro do mesmo ano);

“Ataques que mataram 129 em Paris foram conduzidos por três comandos terroristas”. *In* <https://www.publico.pt/mundo/noticia/ataques-em-paris-dezenas-de-mortos-varios-locais-atacados-dezenas-de-refens-em-sala-de-espectaculos-1714407> (publicado em 14 de novembro de 2015 e consultado em 30 de janeiro de 2016);

“Conselho Europeu quer repor controlo de fronteiras no espaço Schengen”. *In* http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=4881914 (publicado em 12 de novembro de 2015 e consultado em 13 do mesmo mês);

“Corrupção em Portugal é "dramática" e está ligada à política”. *In* http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=3566249&page=-1 (publicado em 3 de dezembro de 2013 e consultado em 18 de março de 2014);

“Desemprego em Portugal deve subir até 18,5% em 2014”. *In* http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=3325314 (publicado em 16 de julho de 2013 e consultado em 18 de maio de 2014);

“Emigração em 2013 e 2014 estabilizou nos 110 mil por ano”. *In* <http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/541692-emigracao-em-2013-e-2014-estabilizou-nos-110-mil-por-ano> (publicado em 29 de setembro de 2015 e consultado em 30 do mesmo mês);

“Europa atinge o milhão de refugiados e migrantes, sem compromissos ou garantias”. *In* <https://www.publico.pt/mundo/noticia/ja-mais-de-um-milhao-de-refugiados-e-migrantes-chegaram-este-ano-a-europa-1718159> (publicado em 22 de dezembro de 2015 e consultado em 27 do mesmo mês);

“Hollande promete guerra. «Estes assassinos não representam a civilização»”. *In* <http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-11-16-Hollande-promete-guerra.-Estes-assassinos-nao-representam-a-civilizacao> (consultado em 25 de novembro de 2015);

“Humberto Delgado é «incómodo ainda hoje para muitas pessoas»”. *In* <https://www.publico.pt/politica/noticia/delgado-e--incomodo-ainda-hoje-para-muitas-pessoas-1686052> (publicado em 15 de fevereiro de 2015 e consultado em 12 de janeiro de 2016);

Hugo Franco e Rui Gustavo. “José Sócrates fica em prisão preventiva”. *In* <http://expresso.sapo.pt/sociedade/jose-socrates-fica-em-prisao-reventiva=f899597> (publicado em 24 de novembro de 2014 e consultado em 19 de outubro de 2015);

“Já desapareceram mais de 10 mil crianças migrantes na Europa”. *In* <http://www.sol.pt/noticia/494753/j%C3%A1-desapareceram-mais-de-10-mil-crian%C3%A7as-migrantes-na-europa> (publicado em 31 de janeiro de 2016 e consultado em 2 de fevereiro do mesmo ano);

“Mário de Carvalho e Gastão Cruz recebem prémios Inês de Castro”. *In* <http://www.publico.pt/cultura/noticia/mario-de-carvalho-e-gastao-cruz-recebem-premios-ines-de-castro-1619073> (consultado em 30 de março de 2014);

“Mais de metade da "selva" de Calais ameaçada de expulsão pela força”. *In* <https://www.publico.pt/mundo/noticia/mais-de-metade-da-selva-de-calais-ameacada-de-expulsao-pela-forca-1723935?frm=ult> (publicado em 20 de fevereiro de 2016 e consultado em 21 do mesmo mês);

“Misericórdia de Paris detectou casos de «escravidão moderna» junto de portugueses”. *In* <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/541249-misericordia-de-paris-detectou-casos-de-escravidao-moderna-junto-de-portugu> (publicado em 27 de setembro de 2015 e consultado em 30 de setembro do mesmo ano);

Numa estimativa do INA, entre 2011 e 2015 emigraram 586.358 portugueses.

“Estimativas das saídas totais de emigrantes portugueses, 2000 – 2015”. *In* <http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/> (consultado em 7 de agosto de 2016);

“Portugal disponível para receber dez mil refugiados”. *In* <http://www.publico.pt/mundo/noticia/portugal-disponivel-para-receber-des-mil-refugiados-1723846> (consultado em 21 de fevereiro de 2016);

“Portugal lidera emigração”. *In* http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/portugal_lidera_emigracao.html (consultado em 24 de setembro de 2015);

“Recorde de 218 mil migrantes atravessaram o Mediterrâneo em outubro”. *In* <http://www.dn.pt/mundo/interior/recorde-de-218-mil-migrantes-atravesaram-o-mediterraneo-em-outubro-4866065.html> (publicado em 02 de novembro de 2015 e consultado em 12 do mesmo mês);

“Risco de pobreza em Portugal no nível mais elevado desde 2005”. *In* <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/risco-de-pobreza-em-portugal-no-nivel-mais-elevado-desde-2005-1629498> (publicado em 24 de março de 2014 e consultado em 12 de outubro de 2015);

“Só no ano passado emigraram 110 mil portugueses”. *In* <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/emigracao-no-ano-passado-atingiu-110-mil-portugueses-1676057> (publicado em 13 de novembro de 2014 e consultado em 29 de abril de 2015);

“200 mil portugueses saíram do país nos dois últimos anos”. *In* <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/200-mil-portugueses-sairam-do-pais-nos-dois-ultimos-anos-1582063> (publicado em 25 de janeiro de 2013 e consultado em 29 de abril de 2015).

OUTROS DOCUMENTOS DIGITAIS

- “A Carta Internacional dos Direitos Humanos”. *In* http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_2.pdf (consultado em 22 de janeiro de 2016);
- “A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. *In* http://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html (consultado em 22 de janeiro de 2016);
- “A Constituição dos Estados Unidos da América (1787) e a Declaração dos Direitos (1791)”. *In* <http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/brief-history/declaration-of-independence.html> (consultado em 22 de janeiro de 2016);
- “A fundação da Sociedade de Geografia — Em Lisboa com olhos em África”. *In* <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e50.html> (consultado em 18 de setembro de 2015);
- “Aníbal Cavaco Silva, mensagem de Ano Novo [2015] do Presidente da República Portuguesa”. *In* <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=89090> (consultado em 7 de abril de 2015);
- “Atentados em Paris deixam 129 mortos e mais de 350 feridos”. *In* http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/internacional/1447449607_131675.html (consultado em 15 de novembro de 2015);
- “Bill Gates não paga para o que ganha”. *In* http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=26&did=48111 (publicado em 26 de janeiro de 2012 e consultado em 07 de janeiro de 2016);
- “Bruxelas, mais um dia negro para a Europa”. *In* <http://dnoticias.pt/actualidade/politica/576523-%E2%80%9Cbruxelas-mais-um-dia-negro-para-a-europa%E2%80%9D> (consultado em 23 de março de 2016);
- “Câmara de Lisboa apresentou queixa pelo roubo de placa da antiga sede da PIDE”. *In* <https://www.publico.pt/local/noticia/camara-de-lisboa-apresentou-queixa-pelo-roubo-de-placa-da-antiga-sede-da-pide-1630701> (publicado em 02/04/2014 e consultado em 23 de março de 2016);
- “Caritas diz que pobreza infantil compromete desenvolvimento do país”. *In* <http://www.noticiasaoiminuto.com/pais/379365/caritas-diz-que-pobreza-infantil-compromete-desenvolvimento-do-pais> (publicado em 22 de abril de 2015 e consultado em 23 do mesmo mês);

“Carta dos Direitos Fundamentais” [da União Europeia]. *In* <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=URISERV%3A133501> (consultado em 11 de dezembro de 2015);

“Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”. *In* <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:12012P> (consultado em 11 de dezembro de 2015);

“Cavaleiros da Flandres”. *In* http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/CalvariosdaFlandres_ACasimiro_IGM_rarbib/CalvariosdaFlandres_ACasimiro_IGM_rarbib_master/CalvariosdaFlandres.pdf (consultado em 13 de março de 2016);

“Criação da prisão do Tarrafal, o "Campo da morte lenta", em Cabo Verde, na Ilha de Santiago”. *In* <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=035538> (consultado em 16 de outubro de 2015)];

“Declaração Universal dos Direitos do Homem”, Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal [www.onuportugal.pt]. *In* http://www.fpce.up.pt/sac/pdfs/Decl_Univ_Direitos_Homem.pdf (consultado em 22 de janeiro de 2016);

Eduardo Cintra Torres (2010). “A utopia descendo a Rua do Almada”. Revista de Sociologia do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, pág. 475. *In* <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8814.pdf> (consultado em 12 de novembro de 2011);

“Ermelinda Duarte: História da Gaivota”. *In* <https://www.publico.pt/noticias/jornal/ermelinda-duarte-historia-da-gaivota-169732> (publicado em 22/04/2002 e consultado em 29 de fevereiro de 2016);

“Estado Islâmico diz que «é apenas o começo de uma tempestade»”. *In* <http://www.msn.com/pt-pt/noticias/mundial/estado-isl%C3%A2mico-diz-que-%C3%A9- apenas-o-come%C3%A7o-de-uma-tempestade/ar-BBmZSsN?ocid=iehp> (consultado em 15 de novembro de 2015);

“Evolução do sistema de Segurança Social”. *In* <http://www.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social> (consultado em 12 de maio de 2016);

Fernando de Sousa. “O Jornal de Notícias e a revolta de 31 de janeiro de 1891”. Revista da Faculdade de Letras, pág. 261. *In*

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2216.pdf> (consultado em 22 de novembro de 2011);

“Grande Oriente Lusitano Unido — 1869/1935”, *In*

<http://www.gremiolusitano.pt/homepage/1869-1935> (consultado em 25 de novembro de 2016);

Júlio Aires Crespo, Capitão. “A Guarda Fiscal na Revolta do Porto”. *Revistas da Guarda Fiscal* n.º. 4;5 e 6 de 1982. *In* <http://guardafiscal.org/> (consultado em 22 de novembro de 2011);

Júlio Aires Crespo, Capitão, “A Guarda Fiscal na Revolta do Porto – 31 de janeiro de 1891”, revista da Guarda Fiscal, n.º. 4, 5, e 6 de 1982. *In*

http://guardafiscal.org/index.php?option=comm_content&view=category&layout

(consultado em 24 de novembro de 2011);

“Livro do Eclesiástico, Capítulo 24”. *In*

<http://www.liturgias.altervista.org/livros/eclesiastico/eclo24.htm> (consultado em 15 de dezembro de 2015);

Maria Batista Santos (2012). “Intertextualidade e Metaficção em Fantasia para dois Coronéis e uma Piscina, de Mário de Carvalho. M. de Fátima Silva e T.V. Ribeiro Barbosa, coord., *Ensaio sobre Mário de Carvalho*”. Edição: Universidade de Coimbra. *In*

https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/bitstream/123456789/138/4/ebook_ensaios_sobre_mario_de_carvalho.pdf (consultado em 19 de abril de 2015);

“Mário de Carvalho vence Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco”. *In*

<http://www.cm->

[vnfamaliao.pt/_mario_de_carvalho_vence_grande_premio_de_conto_camilo_castelo_branco](http://www.cm-vnfamaliao.pt/_mario_de_carvalho_vence_grande_premio_de_conto_camilo_castelo_branco). (publicado em 2 de outubro de 2014 e consultado em 16 de abril de 2016);

“M.R. Soares Couto. Subsídios para uma leitura orientada do conto *A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho*”, de Mário de Carvalho. *In*

<file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/A%20LIBERDADE/M%C3%81RIO%20DE%20CARVALHO.pdf> (consultado em 29 de Março de 2014);

“Marquês de Tomar — António Bernardo da Costa Cabral. Restauração da Carta Constitucional. Cabralismo (1834 – 1844). 1ª. Divisão, 25ª. Secção Inventário de Documentos”. *In* [http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia_de_Fundos/Documents/1-](http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia_de_Fundos/Documents/1-25%20Restaura%C3%A7%C3%A3o%20da%20Carta%20Constitucional_%20Cabralismo%20_1837-1844.pdf)

[25%20Restaura%C3%A7%C3%A3o%20da%20Carta%20Constitucional_%20Cabralismo%20_1837-1844.pdf](http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia_de_Fundos/Documents/1-25%20Restaura%C3%A7%C3%A3o%20da%20Carta%20Constitucional_%20Cabralismo%20_1837-1844.pdf) (consultado em 24 de janeiro de 2016);

“O Grande Oriente Lusitano manifesta a sua solidariedade para com o Povo Francês e repudia todas as ações que visam limitar a LIBERDADE, a IGUALDADE e a FRATERNIDADE”. *In* <http://www.gremiolusitano.pt/> (publicado em 14 de novembro de 2015 e consultado em 30 de janeiro de 2016);

“Pecamos contra a dignidade dos povos na Grécia e em Portugal”. *In* <http://www.noticiasominuto.com/politica/349647/pecamos-contra-a-dignidade-dos-povos-na-grecia-e-em-portugal>. (publicado em 18 de fevereiro de 2015 e consultado em 19 de fevereiro de 2015);

“Por que alguns imigrantes conseguem refúgio na Europa e outros não?” *In* http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910_imigrantes_recusa_tg (publicado em 10 de setembro de 2015 e consultado em 15 de outubro do mesmo ano);

“Sistemas de Proteção Social – Apontamentos do Conselho das Finanças Públicas nº. 2/2014”. *In* <http://www.cfp.pt/publications/apontamento-sobre-sistemas-de-protecao-social/#.WCsygdSLTiw> (consultado em 12 de maio de 2016);

“Somos livres (uma gaiivota voava voava)”. Ermelinda Duarte (1974). *In* <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/ermelinda-gaiivota.html> (consultado em 29 de fevereiro de 2016);

“St. Denis: Mulher que se fez explodir é prima de 'cérebro' de atentados”. *In* <http://www.msn.com/pt-pt/noticias/mundial/st-denis-mulher-que-se-fez-explodir-%c3%a9-prima-de-c%c3%a9rebro-de-atentados/ar-BBn9Mwx?li=AAaYVP2&ocid=iehp> (consultado em 18 de novembro de 2015);

“VII Revisão Constitucional” [2005]. *In* <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (consultado em 4 de fevereiro de 2016).

VÍDEOS VISIONADOS

Liberdade de Pátio. In <http://www.culturafnac.pt/video/a-liberdade-de-patio-fnac-chiado-15-10-2013/> (consultado em 7 de dezembro de 2015);

A Liberdade de Pátio | FNAC Chiado 15.10.2013. In https://www.youtube.com/watch?v=ED9IyEeI_rk (consultado em 7 de dezembro de 2015);

Tiago Contreiras, António Limão, Vanessa Brízido, Luís Cortesão. RTP Notícias (23 abril 2016, 21:06). “Colónia penal do Tarrafal foi criada há 80 anos”. In http://www.rtp.pt/noticias/pais/colonia-penal-do-tarrafal-foi-criada-ha-80-anos_v913648 (consultado em 23 de abril de 2016).

LEGISLAÇÃO

Decreto-lei n.º 26539 de 23 de abril de 1936 (Cria uma colónia penal para presos políticos e sociais no Tarrafal da Ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde);

Dec-Lei n.º 63/85 de 14 de março, atualizado pela Lei n.º 49/2015, de 05 de junho (Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos);

Dec-Lei n.º 48/95 de 15 de março, com a atualização dada pela Lei n.º 30/2015 de 22 de abril (Código Penal);

Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro. Lei da Proteção de Dados Pessoais. In https://www.cnpd.pt/bin/legis/nacional/lei_6798.htm (consultado em 4 de fevereiro de 2016);

Lei n.º 2/99 de 13 de Janeiro, alterada pela Lei 18/2003, de 11 de Junho (Lei de Imprensa). Código Deontológico do Jornalista aprovado em 4 de maio de 1993, em assembleia-geral do Sindicato dos Jornalistas.

*Ninguém pode provocar nem insultar
a fé das outras pessoas;*

[...]

*Todas as religiões que respeitam a vida
e a pessoa humana têm dignidade*

(Papa Francisco)

ANEXO I

Quadro resumo de metáforas

Classe	Descrição	Bibliografia
Analogia	Semelhança parcial de caracteres que pode servir de base a uma comparação	(Shaw, 1978: 32)
Antítese	Grego <i>antíthesis</i> , contraste, oposição, <i>anti</i> , contra <i>thésis</i> , afirmação. Figura de estilo segundo a qual se aproxima dois pensamentos de sentido antagónico, via de regra ligados por coordenação. O contraste pode estabelecer-se entre palavras, frases ou orações. [...] <i>cf.</i> Entre outros poetas, Camões utiliza esta técnica literária.	(Moisés, 1982: 30)
Catacrese	Semelhança entre dois objetos materiais. “les perles de la rosée” e “il neige des feuilles” de Victor Hugo.	<i>(cf.</i> Wellek/Warren, 1949: 245)
Desbotadas, gastas, ou mortas	A “perna” da cadeira, o “pé” da planta, a “cabeça” do motor, são a aplicação por analogia de partes do corpo humano a objetos inanimados. Estas extensões foram assimiladas pela linguagem e já ninguém as considera metáforas.	<i>(cf.</i> Wellek/Warren, 1949: 242)
Emblemas ou símbolos	Na poesia de Spenser e de Dante é possível visualizar uma imagem de manuscritos e de pinturas primitivas da Idade Média	<i>(cf.</i> Wellek/Warren, 1949: 248)
Epigrama	Grego <i>epígramma</i> ; <i>epi</i> , sobre, <i>gramma</i> , escrito, inscrição. Entre os gregos, primitivamente, era tomado em sentido etimológico; designava toda a sorte de inscrição em túmulos, monumentos estátuas, medalhas, moedas, etc. Em verso ou em prosa significa lembrar um acontecimento memorável ou uma vida exemplar.	<i>(cf.</i> Moisés, 1982: 190).

Metáfora das massas	Imagens violentas, decorativas e utilizadas com astúcia. (ex. <i>Arcadia</i> de Sidney)	(Wellek/Warren, 1949: 247)
Epíteto	Palavra ou frase que se aplica a uma pessoa ou uma coisa para indicar uma qualidade ou característica sua, como quando se diz a “Idade da Razão”, “Guilherme o Conquistador” ou “Ricardo Coração-de-Leão”. Um epíteto pode ter carácter ofensivo, ou desdenhoso, mas não é necessariamente uma forma de inventiva. Homero fez largo uso de epítetos, entre os quais “a aurora de dedos rosados”, “Aquiles, de pés rápidos” e “Zeus, o que tudo vê”. Camões diz, em referência à ilha de Samatra, que “áurea, por epíteto, lhe ajuntaram”.	(Shaw, 1978: 177)
Imagem expansiva	A imagem metafórica representa por exemplo uma paixão forte e uma meditação original. Um dos termos abre o horizonte à imaginação e modifica fortemente o outro. (Shakespeare - <i>Romeo and Juliet</i>)	(Wellek/Warren, 1949:251)
Imagem sumida	É utilizada na literatura contemplativa, na poesia clássica. Caracteriza-se essencialmente pelo seu pensamento metafórico e sugere o concreto sensorial sem o projetar ou clarificar de maneira definida. (utilizada por Shakespeare)	(Wellek/Warren, 1949:249)
Imagem sumida mista	Elemento figurativo rápido elíptico. “a doce fragância de verão”; “o odor das flores estivais é para a terra o que a respiração é para o corpo humano” (utilizada por Shakespeare).	(Wellek/Warren, 1949:250)
Imagem radical	O movimento figurativo, cujos termos tocam numa lógica invisível. O termo menor por ser demasiado caseiro e utilitário parece não ser poético (utilizada por Shakespeare).	(Wellek/Warren, 1949:250)

Fixas	“aurora de rosados dedos» usada por Homero, vinte e sete vezes no primeiro livro da <i>Iliada</i> .	(Wellek/Warren, 1949: 242)
Omnipresente (Richards)	Segundo George Campbell pertence ao “gramático”. Metáfora especificamente poética. Para Wundt “perna” da mesa ou o “pé” da planta não são metáforas.	(cf. Wellek/Warren, 1949: 242)
Mágica	Interpretada como uma “abstração” do mundo da natureza. O historiador de arte, Worringer estudou a arte egípcia, a bizantina, a persa. Reduzem a natureza orgânica, incluindo o homem, a formas geométricas lineares. Os antropólogos encontraram o animismo (espíritos personalizados) e a magia (palavras sagradas, amuletos, varinhas e bastões, imagens e relíquias), nas culturas primitivas. Existe a magia branca, a dos cabalistas cristãos, como Cornélio Agripa e Paracelso. Subsiste também a magia negra, a dos homens malignos.	(Wellek/Warren, 1949: 253-254)
Mística	Nas Sagradas Escrituras, Deus é representado por coisas que não conseguimos privar-nos. Deus é o alimento e a bebida da alma, é Pão, Água, Leite e Vinho.	(cf. Wellek/Warren, 1949: 253)
Quatro elementos básicos	A analogia, a dupla visão, a imagem sensorial reveladora do imperceptível e a projeção animista.	(cf. Wellek/Warren, 1949: 244)
Poética	Os “dentes de pérola”, os “lábios de rubi”, os “colos de marfim”, as “planícies aquáticas”, as “torrentes de prata”, os “prados esmaltados”, (Utilizada na retórica por George Campbell).	(cf. Wellek/Warren, 1949: 242)
Símil [e]	Comparação ou confronto entre dois seres ou coisas de natureza diferentes. Ex. “Este terrível doesto foi certo ferir o coração de Maurício como uma seta envenenada”.	(cf. Moisés, 1982: 477)

ANEXO II

*Somos Livres*⁶⁹

*Ontem apenas
fomos a voz sufocada
dum povo a dizer não quero;
fomos os bobos-do-rei
mastigando desespero.*

*Ontem apenas
fomos o povo a chorar
na sarjeta dos que, à força,
ultrajaram e venderam
esta terra, hoje nossa.*

*Uma gaivota voava, voava,
assas de vento,
coração de mar.*

*Como ela, somos livres,
somos livres de voar.*

*Uma papoila crescia, crescia,
grito vermelho
num campo qualquer.*

*Como ela somos livres,
somos livres de crescer.*

*Uma criança dizia, dizia
"quando for grande
não vou combater".*

*Como ela, somos livres,
somos livres de dizer.*

*Somos um povo que cerra fileiras,
parte à conquista
do pão e da paz.*

*Somos livres, somos livres,
não voltaremos atrás.*

(Ermelinda Duarte - 1974)

⁶⁹“Somos livres (uma gaivota voava voava)”. Letra e música: Ermelinda Duarte (1974). *In* <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/ermelinda-gaivota.html> (consultado em 29 de fevereiro de 2016).

ANEXO III

Transcrição do vídeo da apresentação da obra literária, *A liberdade de pátio*, de Mário de Carvalho, na FNAC – Chiado (Lisboa), por Abel Barros Baptista, no dia 15 de outubro de 2013

[Abel Barros Batista]:

Esta ideia de liberdade que muitas vezes é falada é uma das ideias mais difíceis que se encontram neste livro. É talvez o modo como nós voluntariamente prescindimos da liberdade que temos, em nome de coisas que supomos serem mais importantes, não havendo de facto nada mais importante do que a liberdade. Mas o lado mais interessante disto, talvez o conto que dá o título ao livro, pode levar a uma espécie de alegoria da arte literária.

É uma história muito curiosa de um professor que está preso. Há uma discrepância do ponto de vista técnico. O lado mais curioso é a discrepância entre a linguagem e a condição da pessoa que está presa. É um professor, o Mário tem uma queda enorme para professores. Não há livro nenhum que não tenha um professor. Às vezes nas posições mais estranhas, é verdade, é um professor que está preso. Não é título, não se chega a saber por que razão está preso. É tratado por uma lisura ou deferência, absolutamente [...] ou inopinadas. Só para referir um dos aspetos, o primeiro pequeno-almoço que tem na cadeia é servido numa mesa com uma toalha de linho, uma boa porcelana e talheres de prata. No entanto, o pequeno-almoço é água e pão.

A realidade de substância é o contraste, digamos assim, com a sofisticação da forma. Toda a conversa decorre sempre assim: O governador da cadeia tem expressões extremamente elaboradas no tratamento do prisioneiro. Quando o manda embora, em vez de dizer: agora vá-se embora, diz: — então, o senhor não manda mais nada? Queira retirar-se ou pode retirar-se ou talvez, [...] faz o favor de dizer. Não me diga que tem piolhos na cadeia? Vai-se tratar já disso! Dir-se-á que o senhor professor está num hotel que está a ser bem tratado. Um hotel do ponto de vista estritamente linguístico. A realidade é muito mais forte.

De uma certa maneira, a literatura é isto. Há uma certa deferência que a literatura tem relativamente à realidade ao traduzir-se nesse estranhamento que é tratar uma coisa violenta, cruel, agressiva, por algo de motivo de riso. Por exemplo, as tragédias de Soft [...]. Tragédias onde mães matam filhos e no entanto as pessoas temem ao ver aquilo, mas há um ponto mais circunscrito que me parece mais circunscrito. A certa altura é-lhe concedida a liberdade de pátio e o professor vai e tenta subir às muralhas e um guarda diz-lhe isto que eu vou ler:

— A liberdade de pátio, senhor professor, não tem quaisquer limitações, excetuando, se bem entendido, a da subida às muralhas. Mas o senhor professor tem toda esta extensão — e apontava-me o lajeado — (que é uma coisa pequenina), onde fará o favor de movimentar-se a seu belo prazer.

Isto é um ato de cinismo, movimentar-se num quadrado do tamanho de um livro. Pode movimentar-se ao seu belo prazer, ali, mas é a liberdade de pátio. Isto significa que estamos a ler uma história sobre a liberdade.

Não interessa saber onde é a cadeia, não interessa saber quem é o governador. Interessa é saber que a prisão permite entre outras coisas, um certo cinismo de tratamento mas é sempre prisão. Ele tem sempre as algemas, ele está sempre sujeito aos piolhos, ele está sempre sujeito à autoridade de outra pessoa. É sempre sujeição, mas ao mesmo tempo é uma imagem da posição em que o leitor está. Isto é para o leitor perceber que isto é um livro sobre a liberdade.

Tem que se cingir àquilo que está. Não pode se pôr com perguntas impertinentes e dizer: — Mas, o gajo ainda não disse porque ele está preso! Mas afinal ele está preso, porquê? Este é o género de perguntas que não se fazem ao conto. Não se diz porque ele está preso, porque não é preciso. Isto é a nossa liberdade de pátio. Nós por sermos livres, a partir de um momento percebemos que não é preciso saber por que ele está preso. Isto é, se nos movimentarmos a nosso belo prazer, no pequeno pátio que é o que está circunscrito numa forma de conto, nós temos uma liberdade maior do que aquela que as pessoas pensam que têm. Não têm que fazer perguntas [do género]: — Mas ele não chega a dizer: Ele terá cometido um crime? Será pedófilo? Será ladrão? Será o quê? Não interessa! O conto tem toda a informação que é preciso e ao mesmo tempo, toda a margem de liberdade necessária para nós pensarmos no que

quisermos. Isto é uma das grandes coisas que a literatura tem. É uma das artes que mais sujeita as pessoas. Eu creio que é uma das razões porque os livros são pouco lidos. Porque ler dá trabalho, porque ler é uma atitude de sujeição. Se não conhecemos as palavras, se não entendermos, temos que procurar, temos que entender. É uma atividade intelectual, uma atividade de conhecimento mas ao mesmo tempo é uma atividade que aumenta a nossa capacidade de tratar a realidade por tu. A capacidade de tratar a realidade por tu é uma capacidade dos romancistas. É uma capacidade de encontrar possibilidades e descobrir as possibilidades e a conexão entre elas, mas só se for em liberdade de pátio.

Conseguimos uma coisa que é o paradoxo que eu acho que aí é que está a arte de um grande escritor. Uma experiência é simultaneamente positiva e negativa. É positiva se referir-se à literatura. Ter liberdade de pátio é bom é positivo é aprendizagem. Se referir-se à prisão, a liberdade de pátio é cruel é o sinónimo de [...] é sadismo, é o pior que nos pode acontecer. É com este pequeno jogo, com [...] este simples argumento [que] nós percebemos toda a diferença entre a realidade e a literatura. Entre este fosso de uma cadeia e estar preso num livro.

[Mário de Carvalho]:

— Eu nunca falo? [...] As minhas personagens são sempre engenheiros ou professores, isto para não ser acusado de autobiografismo. E por isso de estar de certa forma a roçar pela minha vidinha, de maneira que escolho sempre outras profissões. Às vezes tenho essa consciência de estar deliberadamente a evitar o advogado e o escritor.

Das histórias mais mencionadas [...]. Eu já vou falar um bocadinho sobre o conto e depois trocávamos umas normas indicativas para nós conversarmos um pouco.

A liberdade de pátio tem que ver com alguma coisa que me impressionou na Bastilha. Na Bastilha, os presos da Bastilha, muitas vezes tinham “caché” que nós ainda hoje falamos [...] a carta de “caché”, ter “caché”, o que significa um certo estatuto social. De certa maneira, os convidados do rei [...]. Na altura da Bastilha havia uma boa mesa, comia-se ali bem. Havia um cozinheiro. E havia alguns que tinham o privilégio da “liberté de préau”, a liberdade de claustro, a liberdade de pátio. Foi este ter o privilégio de liberdade estando preso o que me chamou à atenção e que me levou a este conto que também pode funcionar como uma espécie de alegoria da condição humana.

Nós estamos presos dentro das circunstâncias, dentro de uma história, dentro de uma linguagem. Pensamos que nos movimentamos livremente, mas as muralhas estão lá.

O “Passe social” tem que ver com um processo de reiteração, com uma coisa que se vai repetindo e escrevi-o com a lembrança de uma personagem de Tchékhov, do conto, “A morte de um funcionário” que é um homem que espirra para cima do pescoço do seu superior e fica tão atrapalhado. Quando começa a pedir desculpas, acha que as desculpas não foram suficientes e torna a pedir desculpas e acha que as desculpas não foram suficientes, e torna a pedir, torna a pedir e torna-se tão maçador que o outro o expulsa duma sala.

Sobre o conto tem-se instalado de facto desta ideia peregrina, é o despautério, não é a de que o conto é um género menor em relação ao romance. Parece que a apreciação e a valoração que fazem é em função da quantidade. O romance tem muitas páginas, enfim, vale mais. O conto tem poucas páginas. O conto de Tchékhov que eu mencionei, tem três páginas. Talvez, neste caso, seria mais desvalido por isso. E esta noção que tem por aí corrido, bem que agora desmentido por atribuição de um prémio Nobel a uma contista que eu ainda não li. Quando me dizem que ela é uma Tchékhov do Canadá, eu sempre quero ver se é assim. Eu irei procurar confirmar. Mas esquecem-se que grande parte dos grandes autores foram também grandes contistas. Há autores que só fizeram contos e são grandes autores da literatura de sempre. Estou a pensar o Borges, estou a pensar no Tolstói. Não podemos dizer que a *Guerra e Paz* é melhor do que *A Morte de Ivan Ilitch*, que é enfim, um filme muito longo.

Podemos dizer isto ou estas coisas estão ao nível da qualidade ou da excelência. A excelência de *A Morte de Ivan Ilitch* é a excelência da *Guerra e Paz*. Não podemos dizer pelo facto da *Guerra e Paz* ter mil e tal páginas, lá por isso é melhor do que *A Morte de Ivan Ilitch*. Por outro lado, não podemos dizer que os romances do Maupassant sejam melhores do que os contos do Maupassant que é um espantoso contista e o mesmo podemos dizer de Kafka. Em Portugal, o José Cardoso Pires tem contos que são autênticas obras-primas do meu ponto de vista. Eventualmente até mais importantes para a literatura portuguesa do que os seus romances.

Esta tarde no escritório estive a fazer uma lista, (não vale a pena estar agora a lê-la) de grandes contistas. Como escreveram só contos, ou digamos que os contos são conhecidos na história da literatura equiparados às suas grandes obras.

No escritório estive a fazer outra coisa, estive a entreter-me a fazer um decalque [...] destes trinta anos de literatura, de vida literária, chamemos-lhe assim, o que é que eu aprendi e quais foram as convenções a que eu cheguei.

Eram dez pontos, passaram a doze [...]. Eu vou lê-los e eventualmente comentá-los. [Depois], penso que podemos encerrar a sessão. Está exatamente como saiu, eu não estive a ordenar os pontos. Não sei se têm todos a mesma importância, reza o seguinte:

1º

Há coisas que não se escrevem, nem sob tortura. “Um homem alto e [...]”. Por exemplo, “os lábios de cereja”, uma mulher que lembra uma cereja! Essas coisas não se escrevem, estão proibidas. Ou então um insípido do género: “tudo começou quando [...]”. São coisas que estão proibidas ao escritor.

2º

Aprender com os mestres. Eu era capaz de dizer, ler os mestres de forma egoísta. Ou para rejeição ou para a elaboração. Ou para nos afastarmos, nos distanciarmos deles ou para fazer alguma coisa com aquilo que eles nos apresentam. Esta coisa de estar sempre a inventar a literatura parece um bocadinho ociosa e perigosa. A pólvora foi descoberta uma vez, não vale a pena estar sempre a descobri-la, de decénio em decénio. A literatura não se inventa. [...] Vai-se reinventando sempre a partir da tradição literária [...].

3º.

A fugacidade das glórias literárias. Eu já tenho trinta e tal anos disto, eu já tenho visto ascenderem e jubilarem-se. Ascendem às vezes, regressam e afundam-se muitas glórias literárias. De maneira que isso pode levar-me a uma certa prudência, às *Neves de Antanho*. Como falava o poeta, neves que derretem rapidamente, derretem e desaparecem.

4º

Nunca se deve lisonjear o leitor. Não devemos escrever só para ter um certo efeito imediato ou um certo reconhecimento imediato. Até porque o leitor que está presente hoje não é seguramente o mesmo que estará daqui a 15 anos, daqui a 20 anos. A literatura tem um pouco essa vocação, de perdurar no tempo e de falar ao leitor de vários tempos. Não apostar na moda porque a moda é absolutamente transitória. Pela sua natureza é fugaz. Quem aposta em certo tempo fica lá dentro.

5º

Há que evitar, quando nos referimos à literatura, aquelas palavras muito fortes: “fulgor”, “assombro”, “sublime”, atendendo que a literatura está no reino do inefável. Nós nunca esgotamos um texto falando dele, há sempre um resíduo porque as palavras não nos chegam. As palavras [surgem] nesta zona do inefável.

6º

A literatura não é sagrada, nem precisa de teatros nem de beatas. Mesmo o texto literário mais dorido e solene tem um lado lúdico que busca uma espécie de instinto do jogo dos humanos.

A este propósito, o que se passava nas minhas aulas de medicina legal, quando eu andava em Direito. Nós éramos obrigados a assistir a autópsias. Aparecia-nos o professor Arsénio Nunes, sempre com uma bata lívida de manchas de sangue de vários anos. Umas mais recentes, outras mais antigas que nos tratavam a nós estudantes de Direito, com o máximo de desprezo. Estávamos ali, tínhamos que fazer aquela cadeira.

Uma das coisas que ele nos ensinava a distinguir é entre o cadáver e o defunto. “— O defunto meus senhores, é muito respeitável, põem-se a velar, as pessoas choram, as pessoas estão perto dele, veneram-no, respeitam-no, levam-nos aos ombros. Um cadáver é uma coisa que tem uma etiqueta no pé e em que se mexe”. Nós ali estávamos para mexer no cadáver.

De vez em quando é anunciada a morte da literatura e a morte do romance. Mas sendo assim, tratando-se deste cadáver em que nós possamos mexer, e não apenas referenciar de longe, como um defunto.

7º

Há que valorizar o ofício, a técnica, o domínio cuidado e verificado dos materiais. Essa é a arte em que falavam os antigos e colocavam a par do engenho, ou seja, da inventiva. Arte é a necessidade de trabalhar com os materiais. Isto de nós nos sentarmos à mesa e deixar que as ideias apareçam e ir escrevendo tumultuosamente [...]. Pode ser alguém com acessos de genialidade, mas eu aprecio muito mais quando pressinto que há um labor feito para mim. Ali atrás de um texto que alguém se está a debater com alguma língua e com aqueles materiais. Assim como o artífice está a se debater com os materiais com que trabalha.

8º

As teorizações e doutrinas vêm após o texto, exercem-se sobre o texto. Quando se tenta ao contrário geralmente dá mau resultado. Está para discutir se uma hiperconsciência do texto não será até inibidora. Quis sublinhar isto porque aparece muito, aparecem muitas vezes, designadamente nos chamados cursos de escrita criativa, os imperativos. “Deve fazer isto, não deve fazer aquilo”. Acaba por ter um movimento de recuo que nos aparece. Deve ser assim, desta maneira ou não. Deve ser desta maneira o diálogo? Deve começar logo ou não deve começar logo? Deve haver uma cena de cama, logo a seguir, ou não? Este tipo de coisas entretém muito as pessoas e são formas de falar. Também tem este aspeto positivo sobre estas coisas. Mas o autor deve agir em extrema liberdade. Ele próprio é que tem que definir os limites daquilo que vai escrever. E quanto a isso de nada valem os deveres e as imposições que muitas vezes aparecem neste tipo de abordagens.

A língua com que trabalhamos apresenta um número variadíssimo de recursos. Nenhum deles está vedado ao autor. Mas que as opções sejam resultado da escolha e não das limitações.

Estou a pensar, um belo dia, escrevo talvez um livro de contos, o mais elíptico possível. Isto é, recorrendo apenas às palavras absolutamente necessárias. Se bem repararam neste livro de contos, *A liberdade de pátio*, às vezes segue-se o caminho contrário, o caminho da convenção literária manifesta. É o caso de vários cavaleiros que se encontram à mesa, à noite, junto de uma lareira e conversam e um assunto é chamado ali e contado para todos e a intriga nasce daí. Isto é uma convenção literária muito manifesta. Mas eu quero fazer exatamente ao contrário, usar o mínimo de palavras possíveis e se calhar recorrer ao chamado vocabulário básico, elementar. Mas há uma diferença entre nós fazermos isto porque queremos ou fazermos isto porque somos limitados porque não sabemos. Ou temos uma opção de escolher certo tipo de linguagem [...], nós temos uma linguagem mais rica ou porque não sabemos porque não temos reservas porque não temos recursos. Não sei se estou a ser claro, penso que é importante em vários campos, sublinharmos isto.

Todas as afirmações perentórias sobre a literatura estão erradas. É como o célebre paradoxo do mentiroso Cretense. Se calhar esta própria afirmação minha também está errada.

Devo dizer que desconfio muito das afirmações perentórias. Assim como no ato da escrita desconfio das ordens de: deve se fazer assim ou assado. Desconfio muito quando ouço dizer: “— A literatura é” ou “— O autor é”. Tenho a impressão que este ser é demasiado assertivo. Talvez valesse a pena introduzir à maneira do António Sérgio: “— Talvez, penso que, eu acho que” [...]. Sermos mais cautelosos porque há muita coisa. Aliás, uma das formas de identificar o “outsider” ou “ParaView” [...], de paraquedas, é exatamente a utilização de frases assertivas. “— O que conta é a História” ou “— A História não conta nada”. Quando ouvimos alguém dizer estas coisas penso que nos devemos encostar um bocadinho à parede.

11º

Uma velha frase Bíblica que se diz de várias maneiras: “Na mansão do meu Pai há várias moradas” ou “No jardim do Senhor há várias tendas”. Pode dizer-se das duas maneiras. Os maoistas diziam: “Que floresça sem flores” e “Que sem escola rivalizem”. Muito bem, é isto. Há muitas formas de abordar o texto e a criação literária. Há muitas escolas, há muitas influências, há muitas coisas em jogo e todas elas são respeitáveis.

Devo dizer, aliás que não tenho nenhum preconceito quanto à chamada literatura popular, nem contra a cultura popular. No meu tempo (agora já não é assim), mas o cinema era cultura popular. Eu recordo-me, a banda desenhada era cultura popular. Eu de certo modo fui formado também aí. De maneira que não tenho nenhuma prosápia contra a literatura popular. Tenho sim, quando ela quer impor-se à outra, aí sim!

12º

Finalmente, em décimo segundo lugar, se calhar deveria ser o primeiro, costume invocar uma frase que o Óscar Lopes disse um dia, a propósito do Aquilino. Dizia que o Aquilino Ribeiro é capaz de criar novos leitores, capazes de serem autores dos livros que leem. Isto parece ser extremamente importante, principalmente para os jovens escritores. E acho que a primeira coisa é conseguirmos ser autores dos livros dos outros. É ler muito. Adquirir uma capacidade de combinação em que os livros dos outros estejam presentes também. Ainda de certo modo, formulada de outra maneira, a velha ideia que eu já tinha adiantado da necessidade dos mestres e da importância [que representam para a literatura].

Fonte:

- *Liberdade de Pátio*. In <http://www.culturafnac.pt/video/a-liberdade-de-patio-fnac-chiado-15-10-2013/> (consultado em 07 de dezembro de 2015);
- *A Liberdade de Pátio* | FNAC Chiado 15.10.2013. In https://www.youtube.com/watch?v=ED9IyEeI_rk (consultado em 7 de dezembro de 2015).

ANEXO IV

Jornal satírico “A Paródia” (1900 e 1903)



Fonte: “A Paródia”. Ano 1, n.º 1, 17 Jan. 1900: 1. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N01/N01_item1/index.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).

SITUAÇÃO MORAL DA EUROPA



Código de bandeiras

Fonte: “A Paródia”. Ano 1, n.º 8, 7. Mar. 1900: 60. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N08/N08_item1/P4.htmlm (consultado em 6 de fevereiro de 2016).



Fonte: “A Paródia”. Ano 1, n.º 9, 14. Mar. 1900: 65. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N09/N09_item1/index.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).

N.º 11 — LISBOA 28 DE MARÇO

I ANNO
1900

A PARÓDIA

<p>PREÇO DA ASSIGNATURA</p> <p>(PAGAMENTO ADIANTADO)</p> <p>Leitura e província, série de 20 números... 500 reis</p> <p>Leitura pelo correio custa... 1.500 reis</p> <p>Altraz e Estrangeiro, accresce o porte de correio.</p> <p>EDITOR — GABRIEL CHAVES</p>	<p>Publica-se às quartas-feiras</p> <p>CARICATURAS DE RAPHAELO BORDALLO PINHEIRO</p> <p>E</p> <p>M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</p>	<p>Administrador — GONZAGA GOMES</p> <p>Administração — RUA DA BARROCA, 115, 1.º</p> <p>Composição: Min. Peninsular, 111, R. da Alameda, 115</p> <p>Impressão: Typographia da Comp. Nacional Editora</p> <p>Largo do Conde Barão, 50</p> <p>Preço avulso 20 réis</p> <p>Um mez depois de publicado 40 réis</p>
--	--	---

AS MEDIDAS DE FAZENDA

O TONNEL DAS DANAÏDES

81

Para punir as Danaïdes, Jupiter condemnou-as a encher eternamente um tonnel sem fundo.

(MYTH.)

Fonte: “A Paródia”. Ano 1, n.º 11. 28 Mar. 1900: 81. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N11/N11_item1/index.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).



Fonte: "A Paródia". Ano 1, n.º 13. 11 Abr. 1900: 100. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N13/N13_item1/P4.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).



Fonte: “A Paródia”. Ano 1, n.º 14. 18 Abr. 1900: 112. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N14/N14_item1/P8.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).



Fonte: “A Paródia”. Ano 1, n.º 24. 27 Jun. 1900: 185. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N24/N24_item1/index.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).

O VERDADEIRO ENGRAVANÇO

(PERDIGÃO GANHOU A PENA)



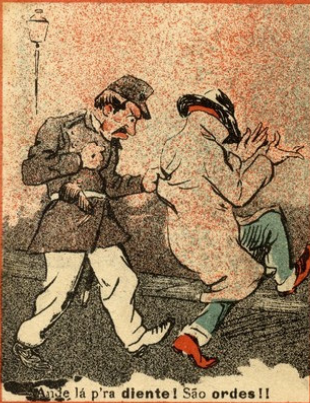
— Desconto deste gajo.



— Você é perdigão!



— Não me reponte! Gire lá par'a esquadra!



— Ai de lá p'ra diante! São ordens!!



— Oh seu chefe! Temos aqui um perdigão!



O chefe — Se calhar... é jornalista!...



— N'esse caso ferra-se-lhe uma sova!



— Ah! Você é dos papeis!



— Então espeta-se-lhe a lei...

Fonte: "A Paródia". Ano 1, n.º 31. 15 Ago. 1900: 248. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1900/N31/N31_item1/P7.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).



Fonte: “A Paródia”. Ano 1, n.º 38. 1 Out. 1900: 4. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1903/N38/N38_item1/P4.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).

O CAMPEONATO DA FORÇA



AGUENTA TODO

SUPPORTA TODO

O athleta que, em todo o mundo, levanta mais pesos

Accumula: — é o mais forte e o mais fraco

Fonte: "A Paródia". Ano 1, n.º 50. 24 Dez. 1903: 8. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1903/N50/N50_item1/P7.html (consultado em 6 de fevereiro de 2016).

N.º 125 - LISBOA, 4 DE JUNHO

3 ANO 192

A PARÓDIA

<p>PREÇO DA ASSIGNATURA (PAGAMENTO ADIANTADO)</p> <p>Lisboa, provincias e Africa serie de 26 numeros 500 réis Lisboa, provincias e Africa 52 13000 * Cobrança pelo correio custa 100 * Estrangeiro, accresce o norte do correio.</p> <p>Preço avulso 20 réis Um mez depois de publicado 40 réis</p>	<p>Publica-se ás quartas-feiras</p> <p>PROPRIETARIOS: RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO E M. GUSTAVO BORDALLO PINHEIRO</p> <p>Redacção - RUA DO GREGIO LUZITANO, 66, 1.º</p>	<p>ADMINISTRADOR - GONZAGA GOMES Administração - R. DO GREGIO LUZITANO, 66, 1.º</p> <p>Composição: Minerva Peninsular 111, Rua do Norte, 113</p> <p>Impressão: Lythographia Artística, Rua de Almeida, 36 e 34</p> <p>SINIOR - CANDIDO CHAVES</p>
--	--	---

SALVADORES



A cabeça perdida do extra-partidarismo.

Fonte: "A Paródia". Ano 3, n.º 125. 4 Jun. 1902: 177. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AParodia/1902/N125/N125_item1/index.html (consultado em 20 de fevereiro de 2016).

ANEXO V

A origem das cores da Bandeira Nacional: uma hipótese



Bandeira hasteada pelos “revoltosos”, na Câmara Municipal do Porto em 31 de janeiro de 1891 (A implementação da República no Brasil ocorreu em 15 de novembro de 1889).

Fonte:

D'ABREU, Jorge, *A Revolução Portuguesa, O 31 DE JANEIRO*, Porto, 1891. In http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/A_revolucao_portuguesa_o_31_de_janeiro_porto_1891_de_francisco_jorge_de_abreu.pdf (consultado em 13 de dezembro de 2013).



Um dos estandartes do Grande Oriente Lusitano



A bandeira da Carbonária Portuguesa de 1910

Fonte:

<http://www.centenariodarepublica.org/centenario/2010/04/15/a-bandeira-de-portugal/> (consultado em 13 de dezembro de 2013).

Cidade de Paranaguá - Estado do Paraná



Brasão

“O escudo sanifíco, usado para representar o Brasão de Armas de Paranaguá, foi o primeiro estilo de escudo introduzido em Portugal, por influência francesa, mostrando aqui a raça latina colonizadora, que foi a principal formadora da nacionalidade brasileira.

A coroa é o símbolo universal dos brasões do domínio, classifica a cidade que representa a Segunda grandeza, ou seja, sede da Comarca.

O mar, a caravela e a cruz são um chamado ao passado, para lembrar a época de colonização, quando a baía de Paranaguá vieram aportar as caravelas lusitanas.

O Escudo é formado pela coroa com oito torres de prata, um campo verde com uma caravela navegando sobre as ondas de prata na cor preta, ostentando nas velas a Cruz de Cristo, em vermelho e uma faixa em azul com o perfil de uma ilha, um sol nascente em ouro. Como suporte temos à esquerda uma haste de cana, e à direita um galho de café entrecruzados na ponta, sobre os quais está uma faixa em vermelho, contendo em letras de prata o nome "Paranaguá" contornados pela data de "29 de julho de 1648".

O mar significa ira freada, benignidade ou liberdade; e a caravela, "ânimo forte" - que resiste aos mais graves perigos da guerra e à adversidade da vida. (Fonte: Projeto Onze)”

Fonte:

<http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/simbolos-e-hino> (consultado em 13 de dezembro de 2013).

Estandarte do Clube Republicano da cidade de Paranaguá —1887
Supostamente inspirado na Revolução Francesa



Art. 1º

“O Clube Republicano Recreativo foi fundado em 21 de agosto de 1887, na cidade de Paranaguá-Pr., onde tem sede e fôro;”

[...]

“A semente primeira da Democracia, no Paraná, chantou-se em nossa Paranaguá; no fértil campo do jornal hedomadário “Operário da Liberdade”, fundado em 1870”.

Fonte:

<http://clube-republicano.blogspot.pt/2009/09/bandeira.html> (consultado em 13 de dezembro de 2013);

<https://pt-br.facebook.com/pages/Clube-Republicano-Paranagu%C3%A1/240626812676858>

(consultado em 13 de dezembro de 2013).

Estado de Santa Catarina



Fonte: <http://www.sc.gov.br/index.php/simbolos-de-sc> (consultado em 14 de dezembro de 2013).

Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: <http://www.rs.gov.br/o-estado/Simbolos-oficiais/35> (consultado em 13 de dezembro de 2013).



Selo comemorativo dos 150 anos da morte de José Bonifácio de Andrada e Silva (patriarca da independência), com alusão a símbolos do império do Brasil e da maçonaria.

Fonte: <http://www.lojasaopaulo43.com.br/filatelia-maconica.php> (consultado em 14 de dezembro de 2013).



Fonte: <http://ritoescoces.org.br/> (Rio de Janeiro, consultado em 14 de dezembro de 2013).

O DOS CASTELOS

A Europa Jaz, posta nos cotovelos:

De Oriente a Ocidente jaz, fitando,

E toldam-lhe românticos cabelos

Olhos negros, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;

O direito é ângulo disposto.

Aquele diz Itália onde é pousado;

Este diz Inglaterra onde, afastado,

A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,

O ocidente, futuro do passado,

O rosto com que fita é Portugal.

(Fernando Pessoa)

OBS.:

A organização textual e a indicação bibliográfica seguiram a norma sugerida por “The Chicago Manual of Style”, com algumas adaptações. *In* http://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide.html (consultado em 12 de outubro de 2015).